

cadernos do

terceiro mundo

CIA
A Guerra Psicológica

Maio 1982 - Esc 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - CV 60,00 - Cr\$ 200,00 - Ano V - n.º45

MALVINAS a grande lição

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira, Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 260,00





TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

Nesta edição

Editorial

- 5 Petróleo: quem força a queda dos preços

Matéria de capa: Malvinas, a grande lição

- 8 A história dá razão à Argentina, *Roberto Remo*
11 A Argentina já não será a mesma, *Carlos Castillo*
21 Petróleo: chave para o quebra-cabeça, *Beatriz Bissio*

Opinião

- 31 As viúvas de Monroe, *Neiva Moreira*

Especial – Comunicação

- 33 A guerra psicológica da CIA, *Fred Landis*

América Latina

- 45 El Salvador: O fracasso da manobra eleitoral, *Francisco Guzmán*
49 Nicarágua: “Zero” à direita, *Arqueles Morales*

África

- 54 Chade: Dias difíceis para Gukuni Ueddei, *Carlos Pinto Santos*
58 Exclusivo: Entrevista com o presidente Ramalho Eanes

Oriente Médio

- 62 Palestina: “Resistir é um direito sagrado”, *Alberto Mariantoni*
64 Líbano: “Israel põe em perigo a paz mundial”

Ásia

- 68 Vietnã: Continuidade na linha histórica, *Narinder Koshla*
70 Bangladesh: A história se repete, *C. M. Menon*

Norte/Sul

- 72 O sistema do café, *Marcos Arruda*

Cultura

- 75 “Pra frente Brasil”, um filme sobre o medo, *M. A. Jakobskind/Cláudia Guimarães*
78 Cinema, monopólio e identidade nacional, *Orlando Senna*
81 Presença do cinema brasileiro

- 84 **Panorama Tricontinental**

Ciência e Tecnologia

- 89 Pode a mandioca salvar o Terceiro Mundo?, *Ed Cowan*



“Zero” repudiado



Eanes com Machel

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal
nº 45
maio - 1982
Preço de capa: Cr\$ 200,00
Números atrasados: Cr\$ 200,00

● *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Altair Campos

Secretário de Redação
Carlos Castilho

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte
Carmem Saporetto (editor)
Samaral e Amoury dos Anjos

Tradução
Vanize Campos

Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães

Assinaturas
Mafília Mourthé

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza

Fotolito e Impressão
Ébano Gráfica e Ed. Ltda.
Rua do Senado, 349

Circulação em 70 países.

editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no INPI nº 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Créditos das fotos desta edição

Gamma, pp. 12, 14, 27, 28, 71; Sygma, pp. 12, 54; Ken Heinen, p. 12; UPI, pp. 13, 15, 22; Ricardo Malta, p. 14; Beatriz Bissio, pp. 21, 24, 50, 66, 85; Sigla, p. 26; Gordon Moore, Langley, p. 27; Covert Action, pp. 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41; Black Star, pp. 46, 68; Barricada, pp. 50, 51, 52; Afrique-Asie, pp. 56, 75; Etevaldo Hipólito, p. 60; Palestine, p. 62; ONU, pp. 64, 69; Myrtle Chaumeny, p. 67; Steve Northup, p. 69; Guia do terceiro mundo, p. 70; Américas, p. 74; Embrfilme, pp. 75, 76, 77, 78, 81, 82; Paulo Medeiros, p. 80; Irmo Celso, Rivaldo de Souza, p. 91; Ricardo Chaves, p. 95; JB (29/03/81), charge p. 96; e fotos do nosso Arquivo.

ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/1º
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua da Kongwa, 153 - Maputo

● *Edições em espanhol*

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLOMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Telephone: 724-712

● *Edições em inglês*

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BE-LIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI-VIA: Teconlibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chingaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro de Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur Dardignac 306 Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijota, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resources Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Bookellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BREITANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita - Spagnoli Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramena, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runemars, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djournal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Petróleo: quem força a queda dos preços

A partir de 1973, o mundo assistiu a uma subida em espiral dos preços do petróleo. E desde meados de 1981, a um fenômeno inverso: a queda das cotizações do cru. Para explicar os dois fenômenos, os meios de imprensa do sistema transnacional usaram as leis do mercado, isto é, a relação entre a oferta e a procura.

Essas explicações omitiram ou colocaram em segundo plano a razão mais relevante da involução dessa tendência: uma programação delineada no seio da Agência Internacional de Energia (AIE) e sancionada durante a reunião de cúpula das sete maiores potências capitalistas realizada em Veneza em junho de 1980.

A AIE é uma instituição antagonista à Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) e foi criada principalmente por instância do ex-secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger com a missão de neutralizar o grupo de produtores de petróleo do Terceiro Mundo, depois que estes decidiram, em 1973, a primeira grande alta do preço do cru.

Cadernos do terceiro mundo chamou constantemente a atenção para os móveis que incitavam as potências capitalistas a combaterem denodadamente a Opep. É que esta tinha instituído um precedente inaceitável para aquelas: o controle dos preços e do fornecimento de matérias-primas por parte dos países que são seus principais produtores e exportadores, quer dizer, as nações do Terceiro Mundo.

O desenvolvimento das potências capitalistas assentou-se sobre a obtenção de matérias-primas baratas e abundantes, o que supunha ser a procura dos consumidores industriais, o fator que controlava os mercados. Esse domínio das economias centrais sobre as periféricas prosseguiu depois de liquidados os impérios coloniais e por isso foi caracterizado como "neocolonialismo": a Opep foi a única organização de produtores que graças às características especiais do petróleo e à concentração de suas reservas em poucos países, pôde romper com tal imposição.

Ao colocar sua oferta alguns pontos abaixo da procura, perante um Ocidente industrializado e jogado a uma expansão que implicava um consumo crescente de energia proveniente do

petróleo, conseguiu controlar o mercado. Foi assim que pôde articular uma política altista entre 1973 e 1980, oferecendo a seus países membros notáveis benefícios econômicos.

Desde 1973, as potências ocidentais procuraram por diversos meios deter esses avanços da Opep. Mas uma contradição os impedia: pretendiam prosseguir seus programas de expansão com base no aumento do consumo de petróleo, por ser este o energético que mais vantagem apresentava. Enquanto se fosse por esse caminho, a Opep continuaria numa posição privilegiada pela qual conservaria a chave do mercado e das cotizações.

Diversos acordos no plano das grandes potências não bastaram para refrear a Opep, pois não havia consenso entre elas principalmente pela recusa dos Estados Unidos em aplicar um programa de poupança de energia.

Até que se produziu a segunda grande onda altista (1979-1980), elevando os preços a inusitadas alturas (em alguns momentos a mais de 40 dólares o barril). Para isso, concorreu o explodir da revolução iraniana e a consequente queda drástica da produção desse país que, antes da derrubada do xá, era o segundo produtor mundial. Isso não só deu impulso ao processo altista como também fez temer que pudesse acontecer uma prolongada carestia do cru e, portanto, faltasse a base energética em que o desenvolvimento ocidental se apoiava.

Nesse momento, as potências ocidentais decidiram ter uma programação eficaz, apesar dos sacrifícios a curto prazo que ela implicaria. Enfim, só se tratava de estabelecer um período de relativa austeridade nos países ricos.

A nova política foi adotada por ocasião da conferência de cúpula de Veneza. Vale a pena citar alguns parágrafos do editorial dedicado a esse encontro por *cadernos do terceiro mundo* ("Os sete grandes contra a Opep", número de agosto de 1980), pois as previsões de então se cumpriram inteiramente:

"Os Estados Unidos, Alemanha Federal, Inglaterra, França, Japão, Canadá e a Itália adotaram duas medidas fundamentais: conter o consumo e dar força às fontes alternativas de energia. O objetivo estatístico é que o petróleo

baixe, de hoje a 1990, dos 53% atuais a 40%, como fornecedor da energia consumida pelas sete grandes potências.

"Poderão surgir dúvidas quanto à aplicação concreta, por todas as potências, dos planos de expansão das fontes alternativas e, principalmente, de que algumas medidas de austeridade sejam aplicadas com firmeza. Isso só faria a porcentagem variar em alguns graus, mas não o sentido geral da estratégia.

(...) "O objetivo declarado consiste em eliminar a dependência das potências capitalistas em relação ao petróleo em geral e à Opep em particular. A reunião de cúpula anterior, em Tóquio, tinha dado um primeiro passo ao decidir fixar um teto para as importações até 1985, meta que agora continua estabelecida até 1998. Essa decisão e o desenvolvimento de novas fontes alternativas tendem a provocar a reversão do quadro atual. Se considerarmos que atualmente não há escassez de petróleo, o fato de atingir as metas faria com que a oferta de petróleo superasse a procura; esperam, com isso, dobrar o braço da Opep."

Com efeito, a programação de Veneza logo deu resultados. Nos primeiros meses de 1981, as compras petrolíferas dos Estados Unidos tinham baixado 10%, enquanto as da Europa Ocidental e Japão o fizeram em cinco e seis por cento. Dados da AIE (da qual participam todas as potências capitalistas) nos dizem que a procura conjunta de seus países membros baixou 7,7% em 1980, 7% em 1981 e que no ano em curso a redução poderá ficar entre dois e quatro por cento.

Ao analisar esse processo, os partidários de não dar importância à programação das potências capitalistas argumentam que tão grandes economias não teriam se realizado sem mediar a recessão do Ocidente. Isso está fora de questão, mas a recessão também é uma medida de política econômica e são os governantes das potências centrais que dispõem como e quando ela deve ser aplicada.

Essa tendência em ocultar os verdadeiros mecanismos do controle da economia mundial responde a diversas razões. Uma é ideológica, pois esse tipo de intervenção contraria radicalmente o suposto livre jogo do mercado, caro aos teóricos clássicos da economia capitalista. Num nível mais concreto, os

interesses do sistema transnacional estão altamente concentrados, muito mais do que pode parecer à primeira vista. E uma contradição que não querem deixar em evidência é o fato de que nas democracias ocidentais apenas uns poucos poderosos decidam, em função de seus interesses, um ordenamento econômico que afeta suas populações e o resto do mundo.

Verificada a queda da procura, a oferta da Opep (apesar dos contínuos cortes efetuados pelos países membros, com exceção da Arábia Saudita) ficou acima do novo nível da procura. E verificou-se a consequente queda dos preços do cru desde 1981, segundo uma evolução a qual nossa revista tem informado em suas sucessivas edições.

Chegou-se, assim, a uma desesperada situação para os membros da Opep. Ao mesmo tempo que baixavam as cotizações, viam diminuir a quantidade de suas vendas. Esses países, quase todos engajados em grandes planos de desenvolvimento (assim como num ritmo de consumos suntuosos e chocantes desperdícios, em alguns casos), comprovaram que não podiam financiar seus orçamentos.

Assim, depois de falidos encontros, na reunião da Opep de 1981, chegou-se a uma situação limite. Arábia Saudita, intrinsecamente ligada aos Estados Unidos, era uma das principais responsáveis, pois nesse quadro, aumentava sua produção em vez

de reduzi-la. Os próprios sauditas, não adotando medidas severas, teriam em pouco tempo que rebaixar os preços do seu petróleo, que até os primeiros meses de 1981 era o mais barato dentro da Opep.

Assim, a recente reunião extraordinária da Opep (Viena, 18 e 19 de março passado) respondeu ao desafio com cortes. Pouco antes da reunião, a oferta da Opep era de um pouco mais de 20 milhões de barris diários. Depois da reunião e a partir de 1º de abril, ficaria em 17,5 milhões. Isso pressupõe uma mudança de atitude da Arábia Saudita, que controla cerca de 45% da produção da Opep (equivalente à metade das exportações mundiais) que baixou sua participação no mercado de 8,5 para 7 milhões de barris diários.

Com essa e outras disposições complementares, os membros da Opep esperam ficar abaixo da procura e que os seus preços oficiais de referência (34 dólares por barril) sejam mantidos.

As providências, por si mesmas, são apropriadas para que o desafio seja encarado. Mas é cedo para se saber se a aspiração da Opep será verificada, pois antes terá que se comprovar se todos os seus integrantes as respeitam rigorosamente. Também pesa a atitude dos exportadores não-membros da organização que competiram com aqueles quanto a preços e colocações, e estão fornecendo ao mercado uns oito milhões de barris diários.

E, principalmente, se deverá aguardar a posição das potências membros da AIE que acumularam grandes reservas. Em todo caso, a reação da Opep é apenas conjuntural. Ela não adotou ainda uma verdadeira programação, equiparável à das potências capitalistas, as quais, particularmente por meio das grandes transnacionais petrolíferas, estão se preparando para uma economia pós-petrolífera.

Independentemente das evoluções do mercado (que só poderão influir no ritmo de execução de seus planos), elas continuarão desenvolvendo seus programas de energias alternativas. E dependerão cada vez menos do cru.

O grave dessa previsão é que só as potências industrializadas poderão caminhar nessa direção. Os países do Terceiro Mundo não têm recursos para investir em fontes alternativas, de maneira que, a longo prazo — e por dependerem substancialmente do petróleo — serão os que puxarão uma oferta que encarecerá o preço do cru a níveis intoleráveis para suas economias. Os déficits crônicos e o gigantesco endividamento dos países do Terceiro Mundo não-petrolífero já são uma realidade penosa e explosiva, passível de agravar-se ainda mais.

Diante dessa ameaçadora realidade, a resposta adequada seria um acordo entre produtores e consumidores, para ordenar um mercado oscilante (devido às pugnas entre a Opep e a AIE) e para atender às necessidades de todas as partes. É óbvio que não existe vontade de dar semelhante resposta, mas, nesse plano, a responsabilidade da Opep é relativa. O determinante é a atitude negativa das potências capitalistas que, sob os ditames dos Estados Unidos — que aplica uma política particularmente dura com a atual presidência de Ronald Reagan —, resistem em realizar negociações globais entre o Norte e o Sul, inclusive no tema crítico da energia.

MALVINAS
a grande lição.

A história dá razão à Argentina

A alegação britânica que apela à história das ilhas para justificar a sua soberania no arquipélago foi contestada pela comunidade internacional que, em 1965, incluiu as Malvinas nos territórios a serem descolonizados

Roberto Remo

A aliança anglo-norte-americana contra a Argentina na disputa pelas ilhas do Atlântico Sul não é novidade. De fato, foi graças a uma intervenção militar norte-americana que os ingleses conseguiram arrebatar as Malvinas da Argentina em 1833.

A história do arquipélago deve ser lembrada na hora de se avaliar o conflito atual, já que o problema da soberania e dos direitos que cada uma das partes invoca é chave para a sua resolução.

Os ingleses reivindicam o mérito do descobrimento das ilhas, oficialmente atribuído ao capitão John Strong, que em 1690 as batizou de "Falklands", em homenagem a um visconde com esse nome que era então tesoureiro da marinha britânica. Porém, também os holandeses reivindicam esse mérito, atribuindo-o ao marinheiro Sbalde de Weert, que visitou a região em 1600. Oito anos antes, em 1592, outro capitão inglês, chamado John Davis, tinha dado notícias sobre as ilhas, com as quais se deparou uma esquadra britânica que tentava entrar no Estreito de Magalhães. Deve-se notar, no entanto, que a rota de Magalhães era transitada por espanhóis e portugueses desde os primeiros anos do século 16. Em 1520, um marinheiro espanhol notificou ter avistado umas ilhas que poderiam ser as Malvinas e, em mapas publicados na primeira meta-

de deste século, há várias referências imprecisas sobre as ilhas, com diferentes nomes.

Em todo caso, o certo é que foram os franceses os primeiros a estabelecer atividades econômicas nas ilhas, às quais chamaram de Malouines em homenagem a seu porto de origem: Saint-Malo. Desde o começo do século 18 os franceses se dedicam a caçar focas no arquipélago e a eles é atribuída a introdução do gado bovino. Em 1764, o francês Bougainville estabelece uma pequena colônia (Port Louis) em Isla Soledad, a metade Oriental das Malvinas. Por um acordo entre Paris e Madri (a quem corresponderia o território pelo Tratado de Tordesilhas), a colônia passou para as mãos da Espanha dois anos mais tarde.

Nesse mesmo ano de 1766, os ingleses estabelecem em Port Egmont sua primeira colônia, com 100 habitantes. Em 1767, cedem seus direitos para a Espanha (que o rebatiza Puerto Soledad) por 24 mil libras. Porém, os colonos resistem a se retirar. Por esse motivo, Espanha e Inglaterra estiveram à beira da guerra em 1770. No ano seguinte, depois de prolongadas negociações, os espanhóis devolvem Port Egmont para a Grã-Bretanha.

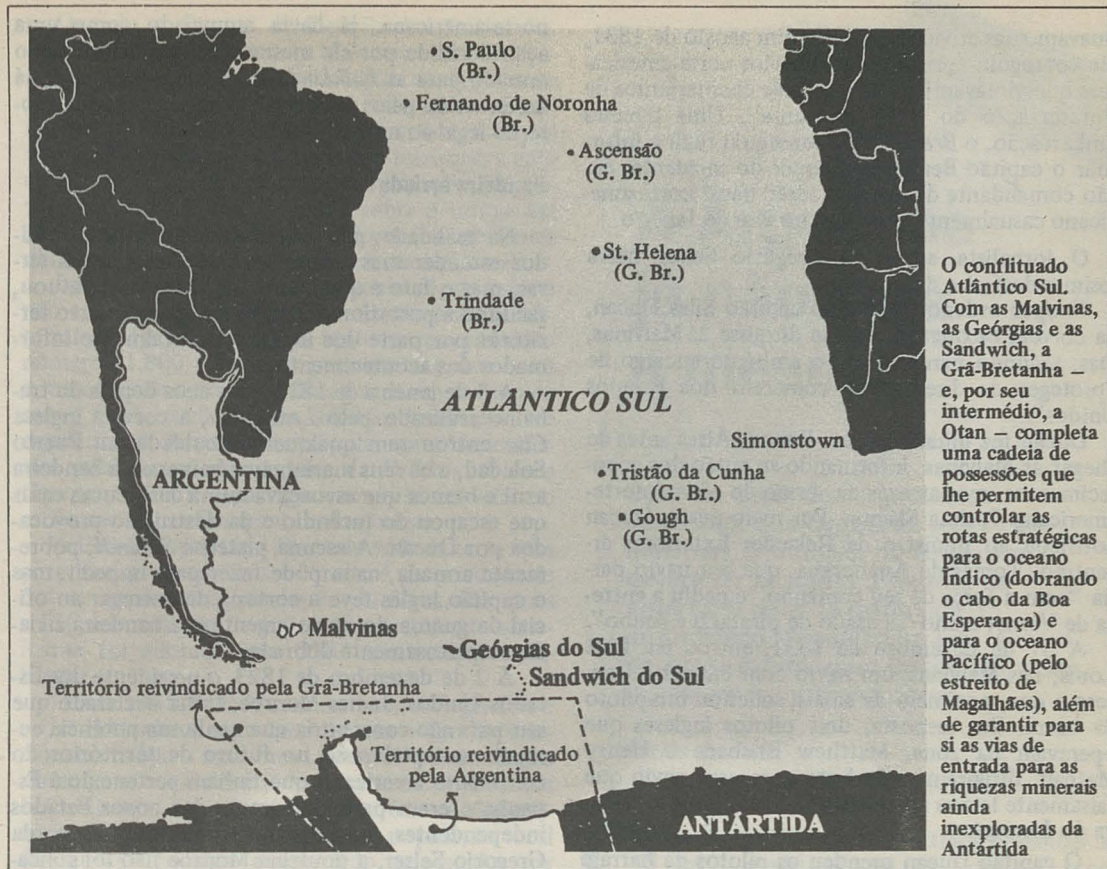
Uma simples placa de chumbo

No entanto, o que não conseguiram as armas ou as negociações, foi imposto pelo clima inóspito das ilhas (onde, como escreveu um inglês numa carta cheia de lamentos, "não há madeira maior do que meu lápis"). Em 1774, a Grã-Bretanha abandona a colônia, economicamente inviável, e deixa uma placa de chumbo alegando que "as ilhas Falkland pertencem por direito e propriedade" ao rei Jorge III.

Basear naquela placa a reivindicação inglesa de hoje equivaleria a reconhecer que a lua é dos Estados Unidos porque Neil Armstrong deixou nela uma bandeira com listras e estrelas.

As ilhas Malvinas foram parte do vice-reino espanhol do Rio da Prata desde sua criação em 1776 e os espanhóis mantiveram nelas um destacamento militar, até que, em 1811, o vice-rei ordenou ao último governador espanhol, Gerardo Bondas, que corresse em seu auxílio para combater os independentistas, que o haviam obrigado a abandonar Buenos Aires e buscar refúgio em Montevidéu.

Assim, as ilhas Malvinas são parte constitutiva das Províncias Unidas do Rio da Prata (a atual Argentina, ainda que então incluísse também o Paraguai, Uruguai e Bolívia) desde a sua criação. O princípio de que as fronteiras coloniais vigentes em 1810 seriam as fronteiras dos novos Estados independentes (salvo posterior modificação por tratados) foi enunciado pelos juristas latino-americanos desde os primeiros anos de independência.



O conflituado Atlântico Sul. Com as Malvinas, as Geórgias e as Sandwich, a Grã-Bretanha — e, por seu intermédio, a Otan — completa uma cadeia de possessões que lhe permitem controlar as rotas estratégicas para o oceano Índico (dobrando o cabo da Boa Esperança) e para o oceano Pacífico (pelo estreito de Magalhães), além de garantir para si as vias de entrada para as riquezas minerais ainda inexploradas da Antártida

Em 1922, o Conselho Federal Suíço, atuando como árbitro numa disputa territorial entre Colômbia e Venezuela, pronunciou uma sentença na qual afirma que: “na antiga América espanhola não existia, do ponto de vista do direito, nenhum território sem dono. As regiões não exploradas ou ocupadas pelos espanhóis (...) eram consideradas, de comum acordo, como ocupadas *de jure*, desde o primeiro momento, pela nova República.”

Esse princípio, acrescenta o tribunal, “oferecia a vantagem de acabar (...) com as disputas de limites entre os novos Estados”. O critério pareceu tão lógico para toda a comunidade internacional que foi adotado um século e meio mais tarde pela Organização da Unidade Africana (OUA): os novos Estados independentes herdaram as fronteiras traçadas pelos colonizadores, somente modificáveis por tratados internacionais e não pela força.

A defesa do meio ambiente

Em 1820, o governo de Buenos Aires resolve ocupar *de facto* as ilhas desabitadas que lhe pertenciam

de jure e designa Daniel Jewit como primeiro governador argentino das ilhas. Ao chegar, Jewit encontra nelas meia centena de navios ingleses e norte-americanos dedicados à pesca de leões marinhos, cujas peles eram um lucrativo negócio. A caça foi proibida, porém o governador carecia de força para impor sua decisão.

Para controlar a depredação dos recursos naturais, em 1829 Buenos Aires envia às Malvinas um novo governador, Luis Vernet, e comunica oficialmente ao encarregado de negócios dos Estados Unidos, John Forbes, a proibição à caça de leões marinhos nas ilhas.

Vernet, que em 1826 tinha fundado uma colônia argentina em Puerto Soledad, elabora um detalhado relatório sobre as riquezas e potencialidades das ilhas, estimula sua colonização e, em 1830, celebra nelas o primeiro casamento: o casal de argentinos Gregorio Sánchez e Victoria Enríquez. Não se tem notícias, no entanto, de cidadãos argentinos nascidos nessa época nas Malvinas.

Os problemas imediatos de Vernet eram mais complexos. Os caçadores de leões marinhos conti-

nuavam suas atividades ilegais. Em agosto de 1831, ele conseguiu aprisionar dois navios norte-americanos que violavam as leis que hoje chamaríamos de "preservação do meio ambiente". Uma terceira embarcação, o *Breakwater*, conseguiu fugir e informar o capitão Benjamín Cooper do incidente, então comandante de um esquadrão naval norte-americano casualmente ancorado no Rio de Janeiro.

O jornalista argentino Gregorio Selser narra assim o desfecho do episódio:

Cooper ordenou então ao capitão Silas Ducan, da corveta *Lexington*, que se dirigisse às Malvinas, mas, segundo parece, com o ambíguo encargo de "proteger os direitos do comércio dos Estados Unidos".

Ducan fez uma escala em Buenos Aires antes de chegar às Malvinas, informando-se então dos acontecimentos, mas através da versão do cônsul norte-americano Joshua Slacum. Por meio deste, Ducan notificou ao ministro de Relações Exteriores argentino, Tomás de Anchorena, que seu navio partia "com a força de seu comando" e pediu a entrega de Vernet como "acusado de pirataria e roubo".

A 31 de dezembro de 1831, entrou em Port Louis, nas Malvinas, um navio com bandeira francesa e que, por meio de sinais, solicitou um piloto da barra. Em resposta, dois pilotos ingleses que operavam na zona, Matthew Brisbane e Henry Matcalf, dirigiram-se de bote para esse navio que falsamente levava a bandeira francesa, pois se tratava do *Lexington*.

O capitão Ducan prendeu os pilotos da barra e em seguida desembarcou com suas forças para proceder com toda calma à destruição das precárias instalações existentes no local, incendiando à pólvora e destruindo as armas da pequena guarnição; além disso, apropriou-se, "como troféu de guerra", das baixelas e objetos pessoais dos colonos, e de todo o gado bovino e ovino.

Entre os "troféus", Ducan levou ainda todos os colonos que conseguiu capturar, incluindo 15 escravos negros. No final de sua ação, nada ficou de pé, nem as casas dos civis, nem fortificações militares. Por último, Ducan desembarcou seus prisioneiros clandestinamente em Montevidéu, a 2 de fevereiro de 1832.

O governador da Província de Buenos Aires (designação que na época compreendia toda a Argentina), Juan Ramón González Balcarce, notificou o cônsul Slacum que suas relações estavam cortadas devido à sua "aberração de idéias e irregularidades de linguagem", e pediu explicações aos Estados Unidos.

O governante argentino ignorava talvez que o presidente norte-americano Andrew Jackson, num relatório enviado ao Congresso baseado na versão que o capitão do *Breakwater* fornecera à marinha

norte-americana, já havia anunciado como uma ação decidida por ele mesmo o envio de um navio armado para as *Falklands Islands* (denominação já usada então pelos ingleses), "para prestar toda proteção legal ao nosso comércio".

Bandeira arriada

Na realidade, não interessava aos Estados Unidos estender suas possessões a tão longínquas terras, mas o fato é que Ducan, ao atuar como atuou, facilitou a posterior ocupação do agora deserto território por parte dos ingleses, naturalmente informados dos acontecimentos.

A 3 de janeiro de 1833, dois anos depois do trabalho realizado pelo *Lexington*, a corveta inglesa *Clio* entrou sem qualquer dificuldade em Puerto Soledad, e os seus marinheiros baixaram a bandeira azul e branca que esvoaçava numa das poucas casas que escapou do incêndio e da destruição provocados por Ducan. A escuna platense *Sarandí*, pobremente armada, nada pôde fazer para impedir, mas o capitão inglês teve a cortesia de entregar ao oficial da guarda do navio argentino a bandeira arriada, respeitosamente dobrada.

A 2 de dezembro de 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, tinha declarado que seu país não consentiria que nenhuma potência europeia se apoderasse no futuro de territórios do continente americano que tinham pertencido à Espanha e eram parte integrante dos novos Estados independentes do hemisfério. Contudo, recorda Gregorio Selser, a doutrina Monroe não foi aplicada pelos Estados Unidos diante da ação desencadeada pela Grã-Bretanha no arquipélago das Malvinas.

A ocupação britânica das Malvinas resulta assim de um ato de força (com apoio norte-americano, por ação prévia e posterior omissão de qualquer protesto), ao qual a comunidade internacional não pode reconhecer nenhuma legitimidade. Desde o século 18 (ou seja, muito antes da ocupação), o direito internacional estipulara que a ocupação pela força "não implicava transferência de soberania".

A Argentina jamais firmou tratado algum que legalizasse a nova situação criada *de facto* e, pelo contrário, sempre protestou contra ela, reclamando por meios pacíficos, durante 149 anos, a devolução das ilhas.

A definição das Nações Unidas

Tampouco gera direitos o tempo transcorrido desde a ocupação (se o fizesse, quanto tempo seria necessário para que a ocupação por parte de Israel de terras árabes passe a ser considerada legal?) ou o fato de existir uma população britânica permanente nas ilhas.

Quando o Comitê de Descolonização das Nações Unidas foi criado, as Malvinas e suas dependências (ilhas Sandwich e Geórgias do Sul) foram incluídas na lista de territórios "não autônomos". Porém, o Comitê (e depois a Assembléia-Geral) não consideraram válido para esse território a aplicação do princípio de autodeterminação dos povos, que teria posto a decisão sobre o futuro das ilhas Malvinas nas mãos dos *kelpers* (os habitantes das ilhas, que tiraram o nome de uma alga local).

Em termos de direito internacional, os *kelpers* não constituem um povo, com direito a se autodeterminar. Isso não se deve tanto ao seu reduzido número (1.800 residentes permanentes, dos quais a maioria não nasceu nas ilhas), mas sim ao fato de serem legal e etnicamente cidadãos britânicos, em dependência direta da metrópole, como funcionários públicos ou empregados da *Falkland Islands Company* (FIC), uma típica empresa colonial no estilo das velhas Companhias das Índias.

A FIC é proprietária direta de 46% da terra apta para pastagem nas ilhas e o resto é propriedade de outras empresas registradas em Londres, nas quais a FIC tem maioria de ações. Uma resolução semelhante foi adotada pela ONU com relação a Gibraltar.

Desde 1965, a ONU vem instando a Argentina e a Grã-Bretanha a negociarem "com o fim de solucionar o litígio o mais breve possível", descartando claramente a existência de uma terceira parte (os *kelpers*) com direitos sobre o território. A Argentina reconhece que os interesses da população local devem ser atendidos (indenização no caso dos que queiram abandonar as ilhas, reconhecimento de direitos de propriedade e traços culturais próprios dos que optem por ficar), porém Londres insiste que sua opinião deve ser ouvida, já que esta indubitavelmente favoreceria a Grã-Bretanha.

O impasse nas negociações foi dramaticamente rompido pela ocupação militar das ilhas por forças argentinas em 2 de abril passado. A medida é claramente contrária à resolução 2625 das Nações Unidas, que proíbe o uso da força "como meio de resolver (...) as disputas territoriais". Porém, uma vez que a nova situação *de facto* das ilhas passou a coincidir com o reconhecido direito argentino de soberania, também é uma violação desse mesmo princípio a reação militar britânica, que vai contra, além disso, à resolução do Conselho de Segurança de 3 de abril, que em seu primeiro ponto exige "o imediato cessar das hostilidades". Para cumprir o segundo ponto ("retirada imediata de todas as forças argentinas das Malvinas"), Buenos Aires exige o retorno da frota inglesa e o prévio reconhecimento de sua soberania por parte da Grã-Bretanha, um ponto sobre o qual o Conselho de Segurança não se pronunciou e dificilmente se pronunciará, dado o poder inglês de veto.

MALVINAS
a grande lição

A Argentina já não será a mesma

Oito em cada dez argentinos acreditam que depois da guerra das Malvinas, a situação na Argentina deverá ser bastante diferente da anterior à data da retomada do arquipélago. A guerra foi um recurso da Junta militar para dissimular o seu isolamento político interno

Carlos Castilho

Quando os soldados argentinos desembarcaram na madrugada do dia 2 de abril, o comando militar de Buenos Aires estava se jogando na mais arriscada empreitada política desde o golpe de março de 1976. O ato não chegou a ser uma surpresa. Várias revistas argentinas já estavam com edições praticamente prontas e até alguns especialistas latino-americanos de jornais ingleses já haviam previsto o ataque.

Ao se decidir pela invasão do arquipélago controlado pelos ingleses há 150 anos, a Junta militar usou a sua última cartada no esforço para tentar anular um crescente desgaste de sua imagem política. Após seis anos de governo, os militares argentinos já começavam a mostrar sinais de divisão interna, que levaram em 73 o general Lanusse a entregar o poder aos civis, para preservar a imagem do exército.

A causa das Malvinas sempre foi extremamente popular na Argentina. Os militares não tinham nenhuma dúvida de que ela seria apoiada em massa pelo povo. Em termos de mobilização, ela foi mais intensa do que o campeonato mundial de futebol em 1978, porque envolveu também todas as organizações políticas duramente atingidas pela repressão desencadeada em 1976. Mas no afã de buscar uma saída para seus problemas imediatos, o gover-

no subestimou a capacidade dos argentinos de assumir a defesa de uma causa, que estava mais identificada com a defesa da soberania nacional, do que com o apoio a um regime desgastado.

E além disso, o governo do general Leopoldo Galtieri não avaliou corretamente as consequências de seu gesto. Se fosse derrotado militarmente, seria inevitável a sua queda. Se vencesse, teria deflagrado um processo irreversível que necessariamente culminaria numa abertura política, contra a qual ele derrubou o seu antecessor, o general Viola. O cálculo de Galtieri estava todo ele baseado na certeza de que os Estados Unidos convenceriam a Inglaterra a não reagir, garantindo assim uma solução rápida e indolor para a crise. Mas Galtieri se enganou com relação aos norte-americanos. E aí, todo o quadro mudou.

Resistir às interferências externas

A questão das ilhas Malvinas se transformou no episódio mais recente de uma campanha de pressões movida por grupos militares de tendência nacionalista cujo principal objetivo é o de preservar o programa nuclear argentino das influências de políticos e militares norte-americanos. Especialmente na marinha argentina existem fortes setores da oficialidade que se opuseram às negociações tripartites, envolvendo também os Estados Unidos na questão das Malvinas, justamente por acharem que o país deve resistir o mais possível a interferências externas.

Essa tese vem sendo defendida pelo jornalista e ex-professor da Universidade de Buenos Aires, Ro-

gelio García Lupo, como sendo uma das principais preocupações da alta oficialidade naval na Argentina. Nenhuma referência oficial foi feita até agora a uma vinculação entre a questão nuclear e o tema Malvinas. O único fato concreto é que enquanto Alexander Haig se encontrava em Buenos Aires, na sua segunda viagem à capital argentina em abril, o governo de Buenos Aires assinou um acordo técnico com a União Soviética sobre fornecimento de urânio às usinas em construção na Argentina.

Segundo García Lupo, alguns oficiais navais acham que a questão nuclear é mais importante do que o problema das Malvinas no que se refere à manutenção de um programa independente. Essa prioridade para a questão atômica resulta de uma concepção primeiro-mundista de muitos oficiais que não se conformam com um papel secundário dentro do bloco capitalista, e que negam qualquer vínculo com o Terceiro Mundo. Para eles, a autonomia nuclear obrigará os chamados "grandes" a discutir com a cúpula militar argentina em pé de igualdade. Um dos ideólogos dessa facção militar é o almirante Castro Madero, o responsável pelo programa nuclear argentino.

A Argentina até hoje não assinou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, alegando que ele limita a autonomia nacional no que se refere ao desenvolvimento de um projeto autônomo, baseado principalmente na utilização do urânio natural. E a pressão norte-americana tem sido constante. A crise das Malvinas se constituiu no entanto num violento revés para os militares que defendem a posição primeiro-mundista. A reivindicação de soberania sobre o arquipélago foi violentamente



Galtieri (à esquerda) e Thatcher (à direita): a falência das negociações bilaterais foi o fator decisivo para o acirramento da questão



Os argentinos se enganaram com relação aos norte-americanos: Haig (acima) apoiou os ingleses e, aí, todo o quadro mudou





Soldados argentinos nas Malvinas: um plano militar bem estudado, mas uma avaliação política equivocada

rejeitada pelos países europeus e pelos Estados Unidos.

O revés foi duramente sentido tanto na marinha como no exército. Na marinha, porque ela tem sido tradicionalmente uma arma muito ligada à Inglaterra e aos Estados Unidos. Todos os oficiais navais ainda usam a gravata negra que é um sinal de luto pela morte do almirante Nelson. A marinha é também o setor militar mais aristocrático da Argentina. Suas posições nacionalistas derivam muito mais de um sentimento de competição com os europeus do que do nacionalismo revolucionário de outros países do Terceiro Mundo. Seria, mais ou menos, como o nacionalismo pequeno-burguês de alguns países do velho mundo.

A marinha argentina foi também a que sofreu o primeiro choque com a ocupação das ilhas Geórgias do Sul. A sua reação ao ataque britânico e à posição norte-americana foi de uma profunda irritação. Uma irritação que terá desdobramentos ainda não previsíveis.

O exército também foi profundamente afetado. Depois do golpe contra o general Viola, o regime militar se alinhou rigidamente com o departamento de Estado norte-americano. O general Galtieri mandou militares argentinos para El Salvador, prometeu efetivos para uma força de paz no Sinai e recolocou em prática a política de alinhamento automático com os Estados Unidos. O governo atual chegou a se apresentar como o melhor aliado de Reagan na América Latina.

Um erro de cálculo

Mas a crise das Malvinas mudou todo esse quadro. Galtieri contava com o apoio incondicional dos Estados Unidos contra a Inglaterra. Informações bastante fidedignas indicam que Galtieri e seus auxiliares do exército estavam convencidos que o departamento de Estado norte-americano não vacilaria em apoiar o governo argentino para preservar um aliado capaz de segui-lo na arriscada aposta salvadorenha.

Mas isso não aconteceu. Alexander Haig não apenas manteve os seus vínculos com a Otan, e portanto com os ingleses, como foi até Buenos Aires para pressionar os militares que antes o consideravam como um aliado. Isso provocou uma forte reação militar que causou também fortes fissuras no plano interno. Não há dúvidas de que os militares argentinos prepararam muito bem a tomada das ilhas Malvinas segundo um plano militar minuciosamente elaborado nos aspectos técnicos. Mas falharam completamente na avaliação das circunstâncias políticas internas e externas.

Da mesma forma que não previram a violenta reação britânica, com a intransigência da senhora Margaret Thatcher e a "traição" norte-americana, também internamente eles não foram capazes de perceber que os interesses econômicos europeus e norte-americanos seriam capazes de causar importantes tensões. Depois de se autoproclamarem adeptos do Primeiro Mundo, eles não esperavam

que o governo britânico sofresse uma recaída imperial e colonialista. Para a primeira-ministra Margaret Thatcher, Galtieri passou a ser um "ditador cruel", tão logo as Malvinas foram tomadas. Toda a velha soberba britânica ressurgiu repentinamente, para espanto dos assessores de Galtieri que se acreditavam aceitos no fechado círculo dos bons e fiéis anticomunistas. O desprezo inglês e a vontade de castigar o regime militar de Buenos Aires da mesma forma que a rainha Vitória punia os rebeldes de suas colônias, colocaram alguns ministros do governo em posições extremamente delicadas. O mais atingido foi o ministro de Relações Exteriores e Culto, Nicanor Costa Méndez, que tem profundas ligações com a *Swift* inglesa e com o grupo *Rockefeller* nos Estados Unidos. Costa Méndez tentou conciliar os frustrados oficiais do exército com Alexander Haig, mas não teve sucesso. Pior do que isso, foi violentamente pressionado. Em diversas oportunidades, teve que engolir "sapos" nada agradáveis durante os seus encontros com Haig e a Junta militar. Além disso, Costa Méndez foi obrigado pela opinião pública civil e militar a acusar o colonialismo durante a reunião da OEA em Washington. Foi também obrigado pela cúpula militar argentina a invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), para desespero do departamento de Estado norte-americano.

A invocação do Tiar foi feita num claro clima de vingança pela humilhação imposta por Alexander Haig. Depoimentos de pessoas que tiveram acesso aos encontros de Haig com a Junta militar dão conta de um diálogo particularmente áspero entre o enviado norte-americano e o comandante

da marinha, almirante Jorge Isaac Anaya. Além disso, o fato de Haig ter ido jogar tênis, no momento em que as negociações eram mais tensas, foi encarado por alguns militares argentinos como um sinal de despreocupação num momento em que a tensão atingia pontos críticos. O certo é que os militares argentinos resolveram descartar a mediação norte-americana bem antes dela ter sido considerada oficialmente como fracassada.

A posição da Marinha

Alexander Haig parece ter cometido um grave erro de avaliação em seus contatos em Buenos Aires. Ele acreditou que não teria dificuldades em pressionar o general Galtieri, forçando-o a um recuo militar e diplomático, sem que fosse necessário discutir com os demais chefes militares argentinos. Galtieri, sob inspiração de Nicanor Costa Méndez e do ministro da Economia, já estava disposto a fazer concessões, quando decidiu levar suas propostas a toda a Junta militar. E foi aí que a situação se inverteu totalmente. Diante da forte resistência da marinha, fracassaram as tentativas de negociações e Alexander Haig foi obrigado a voltar a Washington de mãos vazias, sem se despedir de nenhum de seus anfitriões argentinos.

O papel de Galtieri no episódio das Malvinas também parece bastante controvertido. Há informações de que ele discutiu com os norte-americanos a idéia argentina de invadir as ilhas como uma medida destinada a dar um mínimo de apoio a um regime que sofreu um enorme desgaste nos escassos cinco meses em que assumiu o poder. Na sua



Lord Carrington não soube compreender as mensagens argentinas que vaticinavam a ocupação e pagou esse erro com seu cargo



O chanceler argentino Costa Méndez, advogado de empresas transnacionais, foi obrigado pelas circunstâncias a defender uma causa anticolonialista



O leão imperial fica com raiva quando lhe pisam na cauda: "marines" ingleses ensaiam, na base da ilha de Ascensão, um desembarque nas Malvinas

última viagem a Washington, Galtieri teria avisado o departamento de Estado que a tomada das Malvinas era absolutamente essencial para a sobrevivência de seu regime. Os norte-americanos teriam então elaborado junto com ele uma estratégia que previa uma ação militar nas ilhas, e a subsequente discussão do problema no Conselho de Segurança da ONU. Sempre segundo essas versões, Galtieri também teria ficado de convencer a União Soviética a vetar no Conselho qualquer moção antiargentina. Não havendo condenação da ONU à iniciativa militar do governo de Buenos Aires, a Inglaterra ficaria sem base jurídica para tentar qualquer tipo de retaliação. Porém, os Estados Unidos condenariam — pró-forma, assim como o fazem com as agressões israelenses ao sul do Líbano — a ocupação militar das Malvinas, tendo de enfrentar assim a atitude que a União Soviética deveria tomar, e transformando o caso num conflito Leste-Oeste.

Até aí, nada de novo: o acordo entre Reagan e Galtieri fazia parte de um acordo maior que beneficiaria a ambos. À Argentina, porque recuperaria as Malvinas e aos norte-americanos, porque gerando um clima de guerra fria, seriam criadas as condições para justificar a instalação de uma base de rastreamento de mísseis nas ilhas Geórgias do Sul, cedida por Galtieri para "neutralizar" o seu "pecado" de ter contado com a ajuda dos soviéticos no Conselho de Segurança. O ex-chanceler inglês, Lord Carrington, cujo objetivo seria o de resolver o problema das ilhas por meio de uma operação financeira, também teria conhecimento da negociação entre Reagan e Galtieri.

Embora essa versão esteja sujeita a muitas dúvidas e contradições, o certo é que ela se encaixa numa série de desdobramentos políticos anteriores à crise. Mas todo o projeto fracassou no momento

em que os soviéticos, percebendo a armadilha, se abstiveram na votação da resolução 502 do Conselho de Segurança, que exigiu a retirada das tropas argentinas. Há indícios bastante concretos de que Galtieri teria decidido atacar as Malvinas antes do dia três de janeiro, data em que se comemoraria o sesquicentenário da ocupação inglesa das ilhas. A Junta militar também resolvera que nada deveria ser tentado antes das eleições de El Salvador. Mas o que precipitou os acontecimentos foi o temor de um golpe de Estado contra Galtieri. A invasão do dia 2 de abril surpreendeu os ingleses, especialmente Lord Carrington que acreditava piamente na possibilidade da solução do problema ser alcançada via bancária.

Um grupo econômico argentino, chefiado por Héctor Capozzolo, fez no começo deste ano uma segunda tentativa para comprar a *Falkland Islands Company*, por 20 milhões de dólares, quase o dobro do que a companhia vale. O grupo britânico *Coalite*, que detém o controle acionário da *Falklands Islands Co.*, já teria concordado com a negociação, quando foi surpreendido pela retomada. Por ter jogado todas as suas cartas na possibilidade de uma solução financeira do problema das Malvinas, com a cessão pelos argentinos aos ingleses dos direitos de exploração do petróleo das ilhas, Lord Carrington foi obrigado a renunciar. E com isso, a crise passou a ter nos seus primeiros 30 dias, um desdobramento altamente emocional, notadamente da parte dos ingleses.

Apoio popular condicionado

Não há a menor dúvida de que apesar da sangüinária repressão posta em prática pelos governos militares posteriores a 1976 na Argentina, a popula-

ção apoiou em massa a retomada das Malvinas. A concentração da *Plaza de Mayo*, no sábado de Aleluia comprovou esse apoio, mas teve também um papel fundamental numa aliança política inédita nos últimos anos na Argentina. O general Galtieri em seu discurso dos balcões da Casa Rosada, assumiu um compromisso público com os manifestantes. Mas estes não fizeram nenhum pacto com as autoridades. Isso ficou claro em vários *slogans* e faixas que pediam "*Malvinas sí, pero también democracia*".

Galtieri foi buscar no povo um apoio essencial para a sobrevivência de sua empreitada militar. Mas a grande maioria das forças políticas, tanto partidárias como sindicais, em nenhum momento desvinculou a questão das ilhas do problema das liberdades políticas e da mudança do programa econômico monetarista, que vigora desde 1976 e que é o responsável pela pior crise da história da Argentina.

Dirigentes políticos da oposição ilegal, vários dos quais estiveram detidos durante bastante tempo, viajaram para Porto Argentino, capital das ilhas Malvinas para assistir a posse do novo governador argentino do arquipélago, o general Menéndez, tristemente conhecido pela repressão aos movimentos guerrilheiros em Córdoba. Junto com esses opositores, viajou o general Jorge Videla, ex-presidente e responsável pelo golpe que afastou os civis do poder em 1976. Foi o primeiro reconhecimento, pelos militares, da existência de um setor político e dos sindicatos peronistas, que continuaram a existir mesmo sob uma dramática clandestinidade de seis anos.

A Multipartidária em cena

O maior núcleo político está organizado em torno da chamada Multipartidária, formada por cinco partidos ilegais entre eles os dois maiores da Argentina, o Justicialismo e a União Cívica Radical. Mas o governo estendeu também os seus contatos a grupos mais à esquerda como a Frente de Esquerda Popular, do escritor Jorge Abelardo Ramos, um crítico intransigente do regime militar e de sua política econômica.

A Multipartidária ganhou um grande destaque político durante a crise. Seus dirigentes passaram a ter acesso à televisão, onde o controle do governo é total. Além disso, os jornais começaram a dar uma razoável cobertura às atividades dos partidos, inclusive os que não fazem parte da Multipartidária. Os únicos que continuam totalmente expurgados da imprensa são os *montoneros*, que, não obstante, conseguiram interromper no auge da crise as transmissões da TV estatal em Mar del Plata, para divulgar um manifesto político apoiando a tomada das Malvinas, mas fazendo severas críticas ao governo.

A estratégia geral dos cinco partidos da Multipartidária é dar apoio a Galtieri, sem no entanto assumir qualquer compromisso fora da questão das Malvinas. A União Cívica Radical e os justicialistas, conforme conversas informais com jornalistas, deixaram claro que manterão uma distância prudente do governo, esperando que ele se desgaste durante o conflito militar, e assim acabe sendo obrigado a fazer concessões maiores do que as aceitáveis pelos militares no momento.

Os dois partidos estão mais preocupados, de imediato, com a questão da anistia. Nos dois existem setores que querem intensificar a campanha a favor do esquecimento das arbitrariedades cometidas pelos militares, enquanto outros grupos, que não controlam os comitês executivos nacionais, acham que o governo deve prestar contas publicamente das violências cometidas desde 1976. A principal delas é a questão dos desaparecidos, cerca de vinte mil argentinos que sumiram nas mãos dos grupos paramilitares da repressão.

A grande preocupação dos partidos argentinos é, no momento, ocupar o espaço político aberto pela crise. O governo, por sua natureza ditatorial e arbitrária, tem se mostrado tímido na mobilização popular. Tem preferido travar a guerra nos gabinetes e através da propaganda pela imprensa escrita e pela televisão. Mas não tem força para impedir que os políticos avancem. O custo da guerra, tanto em vidas como em recursos econômicos, obrigou o general Galtieri a fazer concessões que antes da crise eram inadmissíveis pelos militares. Isso ficou claro no dia seguinte à invasão britânica das ilhas Geórgias do Sul, quando as principais sindicais argentinas encheram a *Plaza de Mayo*, numa manifestação que não foi autorizada e nem reprimida pelo governo. Nessa manifestação, reapareceram os bumbos peronistas e *slogans* como "*Perón, Perón, mi corazón*", que antes eram sufocados com bombas de gás lacrimogênio e cassetetes. No meio da concentração, apareceram até cartazes dos *montoneros* e da radicalizada juventude peronista.

O Movimento de Integração Democrática (MID), do ex-presidente Arturo Frondizi, antecipou-se aos seus colegas da Multipartidária, divulgando um documento sobre a situação atual, dando ênfase especial à questão econômica. No terreno das reivindicações políticas, o MID ficou mais ou menos no nível da superficialidade, sem avançar muito. Na economia, o partido desenvolvimentista da Argentina fez severas críticas ao moribundo projeto monetarista posto em prática por Martínez de Hoz nos idos de 76 e mantido sem alterações até a crise das Malvinas.

Dentro da Multipartidária, existem também vacilações quanto à exigência de realização de eleições gerais em 1983. Alguns setores consideram que colocar a reivindicação no auge da crise equi-

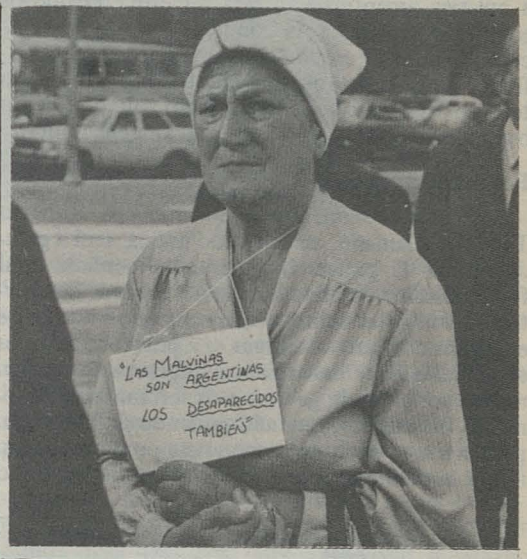


As manifestações de apoio ao governo argentino pela soberania das ilhas não escondem a necessidade que o povo sente de voltar aos caminhos democráticos

valeria a uma espécie de chantagem. Outros setores acham; no entanto, que o governo não está em condições de abrir uma nova frente de luta e que agora seria o momento ideal para arrancar maiores concessões. Mas não há a menor dúvida de que, tão logo o conflito com a Inglaterra chegue a um desfecho, a questão eleitoral assumirá uma enorme importância. Do que os partidos ainda têm dúvida, é a forma como seria feita essa nova transição de um período ditatorial para outro de experiência democrático-representativa.

Um novo período Lanusse?

Nessa transição, existem duas tendências: uma, de certa maneira, acredita na repetição do fenômeno Lanusse, quando os militares se autoconscientizaram de seu profundo desgaste interno e de sua enorme impopularidade, decidindo devolver o poder aos civis, isto é, aos peronistas, como aconteceu em 1974; a outra corrente acredita que não existem mais condições para um retrocesso na história, acreditando num possível entendimento entre civis e militares. Os justicialistas parecem ser os maiores interessados na primeira hipótese, enquanto a segunda tem numerosos adeptos dentro do MID. O certo é que os partidos argentinos estão dando uma grande importância às modificações na área militar. Em primeiro lugar, pelo destaque conquistado pelos chamados oficiais *combatientes*, ou seja, o setor que se envolveu diretamente nas operações militares das Malvinas, ou os que, estando na segunda linha do poder, tendem a recolher os dividendos do desgaste dos que ocupam os principais postos do governo. A figura mais destacada dos *combatientes* é o general Menéndez, governador militar argentino das Malvinas. Trata-se de um militar obcecado, de origem não-aristocrática, oriundo das províncias, com ascendência índia, e que,



nem fisicamente, se assemelha aos militares aristocráticos de Buenos Aires.

Nos meios militares, afirma-se que perdendo ou ganhando, a sombra de Menéndez assustará muitos oficiais do Campo de Mayo, sede do exército. Se derrotado militarmente, Menéndez poderia cobrar da Casa Rosada os erros que conduziram a um fracasso. Se vitorioso, se tornaria uma espécie de herói, o homem que teria resistido aos ingleses.

O outro fator militar é a tendência detetada dentro dos setores mais nacionalistas de buscar um entendimento direto com os sindicatos, tentando uma reprodução modernizada do corporativismo. Os militares mais nacionalistas no sentido pequeno-burguês, acham que os partidos e principalmente seus líderes, estão velhos e incapazes de oferecer algo novo ao país. Sabem, por outro lado, que não

é mais possível reproduzir regimes militares distantes dos setores civis, porque isso conduz quase sempre ao desgaste, fenômeno que até hoje funciona como um fantasma assustador para os militares.

Haveria, nessa última hipótese, um ressurgimento dos setores mais retrógrados que predominaram no governo durante a época do ditador Juan Carlos Onganía, ao qual é muito ligado o chanceler Nicanor Costa Méndez. É o nacionalismo inspirado no fascismo, ultraconservador e ferrenhamente católico.

Desde o dia 2 de abril, os meios políticos argentinos passaram a viver um período extremamente tumultuado. Todos os políticos que ouvimos se mostraram muito preocupados e cautelosos no sentido de analisar os desdobramentos da crise. Mas, mesmo no meio das dúvidas, a grande maioria garante que, qualquer que seja o desfecho da guerra, a política argentina não será a mesma quando os combates cessarem. As condições de negociações com os ingleses é que determinarão o grau de enfraquecimento do governo. Mas é sobretudo para o terreno econômico que todos estão voltados, como o grande determinante do futuro do regime militar.

Economia de guerra

O projeto monetarista do ministro Roberto Teodoro Alemann, ao que tudo indica, será a grande vítima da guerra. O sistema de liberdade total foi drasticamente afetado pela necessidade de apertar os controles sobre o empresariado visando as exigências da guerra. Surgiu aí a polêmica entre os economistas que defendiam a implantação da chamada economia de guerra, e os ferrenhos defensores do liberalismo, que não podendo defender impunemente o purismo monetarista procuravam disfarçar semanticamente as medidas restritivas. Foi o

caso do ex-ministro Alvaro Alzugaray, que publicou um artigo no jornal *La Razón* onde, em síntese, afirmava que se "poderia ajustar a economia a um período de crise, sem que fosse decretada a economia de guerra". O ex-ministro afirma que os adeptos das medidas de emergência são os defensores do "dirigismo econômico".

A Argentina vive hoje a sua pior crise econômica desde 1930. A dívida externa do país passou de nove bilhões de dólares em março de 1976 para 32 bilhões de dólares em maio de 1982. A inflação continua acima dos 130% ao ano, o desemprego não pára de crescer e a recessão começa a atingir todos os setores da economia. Nesse quadro difícil, o país gastou, desde o dia 2 de abril, vários milhões de dólares só com a guerra contra a Inglaterra. As reservas do país hoje são suficientes para cobrir apenas uns poucos meses de importações. As reservas monetárias disponíveis de imediato apresentam uma queda ainda maior. Segundo fontes do Ministério da Economia, a Argentina tem hoje em dinheiro só 600 milhões de dólares no Banco Central, o que permite apenas cobrir três semanas de importações.

Nessas condições, o crédito internacional passou a ser muito importante para o país. Até o fim do ano, o governo argentino tem que pagar 7.200 milhões de dólares em dívidas a curto prazo. Numa situação de guerra, esse dinheiro terá que ser fornecido por bancos estrangeiros, elevando ainda mais a dívida. Simultaneamente, os exportadores argentinos estão bloqueando as suas vendas ao exterior esperando que as inevitáveis desvalorizações do dólar lhes tragam maiores lucros. Mas isso vai contra os interesses do governo que precisa manter alto o nível das vendas externas para obter empréstimos estrangeiros.



Menéndez (aqui, com Galtieri) é peça importante na crise que abriu novos espaços aos peronistas



A Argentina vive hoje a sua pior crise econômica desde 1930. A dívida externa do país aumenta cada vez mais, a inflação e o desemprego chegam a níveis alarmantes e a recessão atinge quase todos os setores

Vínculos novos com o bloco socialista

O bloqueio econômico determinado pelo Mercado Comum Europeu (MCE) não chegou a ser catastrófico durante o período de guerra. A Argentina tem um saldo favorável no comércio com a Europa Ocidental, e além disso cria vínculos cada vez maiores com o bloco socialista, que hoje já fornece cerca de 40% das divisas externas da Argentina.

A situação depois do dia 2 de abril criou, para os responsáveis pela economia argentina, uma difícil opção política. A implantação da economia de guerra impõe sacrifícios que deverão ser pagos também pelos empresários, banqueiros e latifundiários. É a isto eles estão resistindo, apesar de se apresentarem “da boca para fora” como defensores intransigentes dos brios patrióticos. Mas, as medidas postas em prática pelo ministro Alemann, no começo de maio, demonstravam claramente que o remédio para as dificuldades econômicas continuava sendo classicamente monetarista e inflacionário. A desvalorização do dólar beneficiou os exportadores tradicionais e fez cair sobre os assalariados o peso da nova corrida inflacionária.

Durante a crise, os setores que mais ameaçaram o precário equilíbrio das finanças oficiais foram justamente os que pagaram menos pela crise. A corrida aos bancos para retirada maciça de depósitos foi feita pela burguesia que resolveu converter em dólares toda a sua poupança. Nos bairros pobres de Buenos Aires não houve saque em massa

dos depósitos bancários. No chamado “cinturão industrial” — que hoje é mais um cinturão de miséria — também não chegou a ocorrer a corrida aos supermercados, como aconteceu nos bairros aristocráticos de San Isidro e Palermo. Por absoluta falta de economias, o trabalhador argentino se comportou como o mais desinteressado dos patriotas, enquanto os ricos procuravam especular com a crise.

Mas o preço da guerra deve recair sobre os trabalhadores, porque são eles que vão sofrer as consequências da inflação, que, se nada for feito em termos mais drásticos, deve ultrapassar os 160%. Este é um problema crucial para a oposição política. Quase todos os integrantes da Multipartidária denunciaram que enquanto o país vivia as agruras de uma guerra de afirmação nacional, os círculos econômicos argentinos, silenciosamente e acobertados pela proteção oficial, travavam uma guerra diferente. A guerra contra a mudança da política econômica. No auge da crise, a oposição política não teve muitas condições para ampliar as suas denúncias, temendo ser apresentada como divisionista num momento difícil. Mas não há a menor sombra de dúvida de que, passada a fase mais difícil da guerra, a questão econômica será o ponto principal dos conflitos entre a oligarquia financeira e a grande massa do povo argentino. E o governo militar não poderá mais impunemente reutilizar a repressão porque teve o apoio do povo na hora em que foi preciso fazer sacrifícios pela causa das Malvinas.

GUERRA LIMPA E GUERRA SUJA

□ Em recente e sugestivo artigo sobre a “Outra guerra do general Menéndez”, a revista sensacionalista Gente, de Buenos Aires, publica uma fotografia do primeiro governador argentino das Malvinas, neste século e meio, quando ele era coronel e “se movia com segurança” numa “guerra cruel, dura e sem leis” contra a guerrilha na província de Tucumán. Gente descreve o adversário de 1975 como “um inimigo capaz de usar qualquer recurso, qualquer tramóia”, e assinala que Menéndez enfrenta agora uma “guerra mais convencional”.

É possível que o redator esteja sofrendo da “anglomania da velha sociedade vitoriana” que, segundo o historiador argentino Jorge Abelardo Ramos, “sobrevive no meio de uma guerra contra o imperialismo britânico”, já que trata, obviamente, com mais cortesia o atual inimigo da Argentina que os revolucionários argentinos eliminados ontem. Em todo caso, não resta a menor dúvida que a atual guerra pouco tem a ver com a “guerra suja” anti-subversiva, na qual uma percentagem mínima dos trinta mil “desaparecidos”, assassinados e torturados chegou realmente a empunhar as armas.

Em vez de se tornar uma experiência para o atual conflito com uma potência colonial, a “guerra suja” de triste memória e cicatrizes que ainda afloram é um pesado lastro para as forças armadas argentinas. O povo, reunido na Plaza de



Alfredo Astiz

Mayo para demonstrar a unidade nacional e a determinação de resistir à frota restauradora e ao bloqueio econômico ocidental, provoca solidariedade em todas as latitudes do planeta que vivem sob ameaças semelhantes ou sofreram a afronta colonial. Mas se torna difícil para a opinião pública simpatizar, por exemplo, com o capitão da marinha Alfredo Astiz, que comandava as tropas argentinas que foram derrotadas a 26 de abril pelos britânicos nas ilhas Geórgias do Sul.

Conhecido como o “anjo louro”, Astiz era tenente durante a “guerra suja” e em 1976 ocupou o cargo de administrador da Escola de Mecânica da Marinha, um dos pelo menos 15 campos secretos de concentração e extermínio. Ali, segundo o jornal espanhol Cambio 16, “foi inaugurado o serrote utilizado para amputar e aniquilar os presos políticos argentinos, tarefa na qual Astiz se aperfeiçoou rapidamente”.

De acordo com a Anistia Internacional, de 4.700 homens, mulheres e crianças que passaram pela Escola, só sobreviveram 100. Em 1977, o “louro Astiz” participou do sequestro e posterior assassinato da cidadã sueca Dagnar Hagelin, segundo denúncias de um jornalista sueco que obteve os números dos telefones secretos do campo e falou pessoalmente com ele. A revista norte-americana Covert Action acusou-o também (antes da invasão das Malvinas) de infiltrar-se em centros religiosos fazendo-se passar por parente de um cidadão desaparecido e comandar depois pessoalmente o sequestro, tortura e assassinato de militantes que conseguiu identificar, defensores dos direitos humanos.

A 20 de junho de 1979, o capitão Astiz foi nomeado adido naval em Pretória, África do Sul, na ocasião em que crescia a campanha a favor da criação de um Pacto do Atlântico Sul entre o regime do apartheid e as ditaduras do Cone Sul. Astiz foi identificado como torturador por jornalistas liberais sul-africanos do Sunday Tribune e, em dezembro de 1981, teve de abandonar o cargo, tomando rumo ignorado. Supôs-se que estivesse colaborando no treinamento de forças repressivas em El Salvador.

Astiz reaparece finalmente na imprensa como comandante dos 140 efetivos argentinos nas Geórgias do Sul, todos eles treinados na luta anti-subversão, segundo informações oficiais da Junta. “Enquanto alguns se dirigiram às montanhas oferecendo resistência – comenta o Diário 16 – Astiz não foi capaz de travar com os ingleses a mesma guerra – desigual, sem moral e sem respeito às regras do jogo – que travou com os argentinos e, mais grave ainda, com as suas mães”.

Petróleo: chave para o quebra-cabeça

Um pedaço de terreno rochoso ou um segundo Kuwait? As Malvinas, com grandes jazidas petrolíferas, poderiam transformar a Argentina no segundo exportador sul-americano de óleo cru. É essa a opinião de Silenzi de Stagni, especialista argentino no assunto.

Beatriz Bissio



Silenzi de Stagni

Para algumas pessoas, é impossível entender a guerra entre a Grã-Bretanha e a Argentina — e ainda mais, as proporções que o conflito já alcançou — pois o arquipélago teria, afinal, uma importância estratégica duvidosa para fins militares. Outros especulam que o interesse estaria na projeção sobre a Antártida que o domínio das ilhas concede à nação que detenha sua soberania. Houve inclusive quem entendesse esta luta como expressão da decadência de um antigo império e a prepotência de umas forças armadas que acreditam poderem resolver todos os problemas com o uso da força. Mas, em geral, houve um aspecto que foi relegado, esquecido ou desprezado na hora das análises sobre o por quê do empenho das duas nações no controle das Malvinas. No entanto, esse “detalhe” é da maior importância. Trata-se do petróleo: a riqueza petrolífera da região austral e das Malvinas, “vinte vezes maior que a localizada em terra firme”, segundo as palavras de Adolfo Silenzi de Stagni, estudioso do assunto e autor do livro “As Malvinas e o petróleo”, um best-seller na Argentina desde o início de 1982. O general Jorge Leal, que, em 1965, encabeçou a primeira expedição argentina ao pólo Sul, afirmou em declarações publicadas pelo Clarín de Buenos

Aires em março passado: “Essas ilhas são saliências de toda uma imensa plataforma submarina onde se sabe que existe petróleo”. O assunto também era analisado em círculos e publicações inglesas, só que antes da crise; depois, o véu do silêncio. O que se segue foi escrito, a 18 de fevereiro passado, por Hugh O’Shaughnessy, um dos jornalistas britânicos que mais conhece da realidade latino-americana, no *The Observer*, de Londres: “A Argentina se prepara para tomar pela força as ilhas Falkland. Sob a atual violência dos argentinos, esconde-se muito orgulho ferido e o enorme desejo de garantir sua possessão, que é potencialmente rica em petróleo, gás natural e minerais sob o solo do Atlântico Sul e da Antártida”. Comentando o que poderia ser o projeto dos militares, o dr. Conrado Storani, funcionário do governo de Arturo Illía, denunciou que por detrás da privatização da empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) está a filosofia da “atual direção econômica que supõe que com a venda do subsolo poderá pagar a dívida externa”. E acrescentou: “Eles não tremem ao leiloarem cerca de três milhões de quilômetros quadrados, ou seja, a superfície do território nacional. A isso devemos somar outro tanto, que corresponde à

plataforma marítima nacional (inclusive as Malvinas). Aqueles que favorecerem esse plano deverão enfrentar no futuro um governo constitucional que fará um julgamento político e anulará esse roubo do patrimônio nacional". Esses poucos antecedentes são suficientes para mostrar a importância do assunto do petróleo na crise do Atlântico Sul. Essa é justamente a colocação do livro "As Malvinas e o petróleo", do dr. Adolfo Silenzi de Stagni, que nos autorizou a reproduzir as partes do texto que achamos conveniente.

Nossa entrevista foi realizada a poucos dias da tomada das Malvinas e antes do início das ações bélicas e de suas consequências no plano político interno e internacional. No entanto, algumas das apreciações de Silenzi sobre a situação já eram muito claras:



"Apesar do apoio dado à Junta no primeiro momento — dizia-nos ele —, eu, pessoalmente, estou certo de que o povo argentino, com sua elevada consciência política, não duvidará em sair novamente às ruas — mas para reivindicar liberdades e direitos civis — no dia em que a crise tenha sido superada. Os argentinos sabem diferenciar os problemas. Estão com a Junta militar no caso da ocupação das Malvinas, um fator de unidade nacional. Mas não aceitam nem sua política econômica nem o cerceamento dos direitos humanos, e desejam ver o país retomar os caminhos democráticos. Ninguém vai se confundir", acrescentava. "Estou ameaçado de morte por eles e, hoje, eu os aplaudo. Mas não tenho dúvidas de que, amanhã, estaremos nos enfrentando novamente".

Quando Adolfo Silenzi de Stagni tomava o avião em Buenos Aires em direção ao Rio de Janeiro, não podia desconfiar que voltaria rapidamente a seu país em consequência da recuperação militar das ilhas Malvinas, que ele havia exigido no prólogo de seu bem-sucedido livro "As Malvinas e o petróleo", convertido em *best-seller* em seu país nos primeiros meses de 1982 e que lhe custara esse breve exílio.

Todo o livro — fruto de dez anos de pacientes pesquisas — é um libelo contra a presença britânica no arquipélago e uma documentada análise da política petrolífera dos diferentes governos argentinos desde a década de 60 até hoje.

Na Argentina de Galtieri, publicar críticas à política entreguista do governo, pode custar a vida. A pregação nacionalista de Silenzi rapidamente teve sua resposta: chamadas telefônicas anônimas com ameaças ao autor — ostensivamente seguido na rua — e sua família, bombas nos locais onde devia dar conferências, enfim, todos os elementos de uma guerra psicológica que acabaram por obrigar Silenzi a abandonar temporariamente o país.

O jornal *La Nación* de Buenos Aires comentou em 12 de março de 1982: "O especialista em política petrolífera, doutor Adolfo Silenzi de Stagni, abandonou seu domicílio para refugiar-se em um hotel, como consequência de reiteradas ameaças contra a sua vida. Silenzi de Stagni, um advogado de reconhecida atuação política no nacionalismo histórico, formulou ultimamente várias denúncias contra a política petrolífera do atual governo, sendo a última delas a conferência que pronunciou há pouco em uma entidade sindical. Seu último livro, 'As Malvinas e o petróleo', provocou críticas em determinados setores ao vincular o tema com as negociações que atualmente a Argentina realiza com a Grã-Bretanha".

Depois que uma bomba impediu sua conferência sobre a possível privatização da empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)*, Silenzi havia divulgado um documento no qual afirmava: "Durante esses últimos anos de regime militar não houve um só dia de greve, o país não sofreu nenhum cataclisma e, no entanto, a economia nacional e as regionais ficaram totalmente destruídas porque ser produtor é um mal exemplo. Os únicos que tiveram direito, não só de sobreviver como de enriquecer, foram os intermediários, os corretores, os que emprestam dinheiro, os cambistas, os financeiros, os ligados à área do petróleo e todo tipo de traficante parasita e especulador". E acrescentava: "Agora, está em marcha a segunda etapa para desnacionalizar a economia e o objetivo é a liquidação de todas as empresas estatais de energia, com a entrega às transnacionais das reservas descobertas pela *YPF*, que superam um bilhão de metros cúbicos em petróleo e gás natural, com um valor co-

mercial de 200 dólares o metro cúbico, a 200 bilhões de dólares.”

A obsessão do retorno

Quando encontramos Adolfo Silenzi no Rio de Janeiro, começavam a chegar as versões da ocupação militar das Malvinas por tropas argentinas. Conhecendo como poucos o problema das ilhas e também a filosofia que o governo de seu país defende — a qual combateu com tantos argumentos de peso em seus livros — Silenzi achava necessária sua presença na Argentina nesses momentos críticos.

NÃO HÁ OUTRA ALTERNATIVA

□ O prólogo do livro “O petróleo e as Malvinas”, datado em Buenos Aires a 3 de dezembro de 1981, faz uma documentada resenha das negociações da Argentina com o Reino Unido para descolonizar as Malvinas. Depois de analisar as variantes que se apresentariam para uma solução diplomática, Silenzi conclui que só caso Argentina aceitasse alienar o petróleo em troca de uma soberania formal, os britânicos estariam de acordo em dar por terminada a diferença. Como o autor acha que essa solução não satisfaz a reivindicação argentina — que pretende recuperar as Malvinas e o petróleo — ele termina com uma exortação contundente às forças armadas:

“Já se passaram mais de 15 anos de negociações, durante as quais o Reino Unido não cedeu nem um milímetro de sua posição inicial e, em compensação, a Argentina foi aceitando, passo a passo, todas as petições que lhe foram apresentadas sem exigir nenhuma reciprocidade”, escreve Silenzi. E acrescenta: “Primeiro, se concordou com a abertura de comunicações e agora se aceita unilateralmente a cooperação econômica, concedendo ao consórcio britânico Shell quatro importantes áreas marinhas com uma superfície que ultrapassa os 40 mil quilômetros quadrados.

“É público e notório que o atual governo não tem nenhum consenso; no entanto, como o tempo corre e devemos ter a firme resolução de recuperar as ilhas antes de 3 de janeiro de 1983 — dia em que a Grã-Bretanha se proporia a festejar o sesquicentenário da ocupação — não nos resta outra alternativa senão pressionar os integrantes da Junta militar para que assumam a responsabilidade histórica de ocupar as Malvinas e, nesse momento, contarão com o aplauso solidário de todos os argentinos, qualquer que seja a sua ideologia.

Em sua opinião, a tomada das Malvinas correspondeu a uma sentida aspiração popular (Silenzi apóia a ação militar e inclusive instou a que se tomasse este tipo de medida; ver Quadro). Porém, por isso mesmo, se a operação estivesse inspirada em objetivos de curto alcance, procurando um efeito político interno, o episódio poderia terminar com a entrega do petróleo das Malvinas às transnacionais ou ao usufruto britânico, em troca de uma soberania sobre as ilhas que — desprovidas de sua riqueza em hidrocarbonetos — perderiam a maior parte de seu valor estratégico.

las malvinas y el petróleo vol. 1



El Cid Editor

adolfo silenzi de stagni

“Em nenhum momento de sua história — conclui Silenzi — a Argentina esteve mais insegura de seu próprio destino e talvez uma medida como a que se pregoa poderá re confortar o espírito nacional, sempre e quando essa recuperação, que considero como um fato inexorável, não se realize mediante um acordo sub-reptício, às escondidas do povo, oferecendo depois, em troca, a exploração comum da gigantesca riqueza existente no mar Austral.”

“Os militares querem reivindicá-las, porém uma vez satisfeito o orgulho nacional, vão entregar o petróleo”, nos dizia. “E quero dizê-lo para que se publique e se dissipem as eventuais dúvidas, que a Argentina pode explorar o petróleo por si mesma. Hoje em dia quem não tem tecnologia, compra”. E acrescentou: “Este governo está reeditando, e de forma mais acentuada, a política econômica de Videla. Privatiza todas as atividades produtivas e não os serviços públicos. E pretendem privatizar o petróleo, que é o negócio de maior rentabilidade do mundo.”

Silenzi voltou, apesar das ameaças, e tal como previa, sua presença em Buenos Aires foi fecunda, desempenhando uma intensa atividade desde então, em diferentes níveis. A escalada bélica que levou à guerra no Atlântico Sul deu uma nova e candente força às afirmações premonitórias de seu livro.

As revelações de Silenzi

Como uma prévia das conclusões de sua pesquisa, o autor afirma no prólogo do livro, concluído em Buenos Aires a 3 de dezembro de 1981: “Só seria possível uma solução pela via diplomática se estivéssemos dispostos a aceitar uma troca: a restituição nominal da soberania sobre o arquipélago contra a coparticipação na exploração do petróleo na bacia do golfo de San Jorge, Marina Austral e das Malvinas. Situação esta que no melhor dos casos deixaria a Argentina com as mesmas limitações de soberania que tem a Arábia Saudita”.

Em uma resenha dos principais antecedentes que se conhecem do interesse britânico na riqueza petrolífera das Malvinas, Silenzi recorda que “em sua edição de 29 de novembro de 1969, o jornal



De Stagni

“Só seria possível uma solução pela via diplomática, se estivéssemos dispostos a trocar uma limitada soberania sobre o arquipélago pela coparticipação na exploração do petróleo na bacia das Malvinas”

La Nación publicou um telex da *Associated Press*, proveniente de Londres, que intitulou ‘A exploração do leito marítimo das Malvinas’. Segundo esse telex, ‘fontes autorizadas do governo britânico’ afirmavam que estavam sendo estudados ‘diversos pedidos para explorar o leito marítimo em torno do arquipélago’ em busca de petróleo”. Acrescenta o autor que os pedidos haviam sido apresentados por diversas companhias petrolíferas ao governador inglês das Malvinas e que este tinha transferido para o *Foreign Office*, a decisão final sobre o assunto. Ainda segundo esse telex, “a Grã-Bretanha (apelando para o direito internacional) pode reclamar direitos sobre o petróleo e minerais do leito marítimo em frente às Malvinas, até uma profundidade de 200 metros. De fato, as águas em torno das ilhas são consideravelmente menos profundas”, conclui o mencionado despacho telegráfico.

Silenzi não deixa o fato sem resposta, demonstrando a inexistência da afirmação: “Uma potência ocupante de um território a ser descolonizado (as Malvinas entram nessa categoria segundo a resolução 2065 (XX) de 1965, aprovada pela Assembleia-Geral da ONU), onde existe controvérsia sobre sua soberania e em relação à qual as Nações Unidas recomendaram meios concretos de solução, não pode alegar nenhum direito sobre qualquer tipo de jurisdição marítima, chame-se mar territorial, plataforma continental ou mar patrimonial”.

Segundo os estudos de Silenzi, naquela época a Grã-Bretanha havia feito um novo e documentado mapa geológico da região, que “já permitia adiantar que a bacia das Malvinas continha estratos de sedimentos de uma espessura duas a três vezes maior que a do Mar do Norte”. Uma das consequências desse estudo, segundo o autor, foi que “a partir de então se decidiu que todos os trabalhos de prospecção geofísica nas águas que circundam o arquipélago deviam ser realizados de forma estritamente reservada, recebendo instruções diretas do *Foreign Office*”.

O “Relatório Griffiths”

O primeiro documento dando conta da enorme potencialidade petrolífera das Malvinas data de 1975 e foi realizado por dois cientistas, a pedido do *Foreign Office*. São eles dois geólogos da Universidade de Birmingham, Donald H. Griffiths e P. F. Parker. Os resultados de seus estudos — mantidos em segredo — foram reunidos em um documento conhecido como “Relatório Griffiths”. Na opinião de Silenzi, que teve acesso a um documento que ele considera só “uma parte” desse relatório, os resultados “foram suficientemente animadores para aconselhar o governo (britânico) a não economizar os fundos necessários para continuar imediatamente o trabalho de prospecção”.

Assim, de 1971 a 1974, várias expedições são realizadas às Malvinas, patrocinadas pelos ingleses, todas elas coincidentes em seus resultados: a formação geológica da bacia das Malvinas é rica em jazidas de petróleo.

Como não podia ser de outra maneira, os norte-americanos também se interessaram pela potencialidade petrolífera da região. Uma empresa norte-americana, a *Geocom Inc.*, apresentou um relatório em 1971 que, como assinala Silenzi, “apesar de reconhecer a necessidade de realizar novos trabalhos de sísmica, o certo é que localizou várias estruturas e tão logo se teve conhecimento de suas conclusões, iniciou-se uma disputa entre várias companhias petrolíferas”.

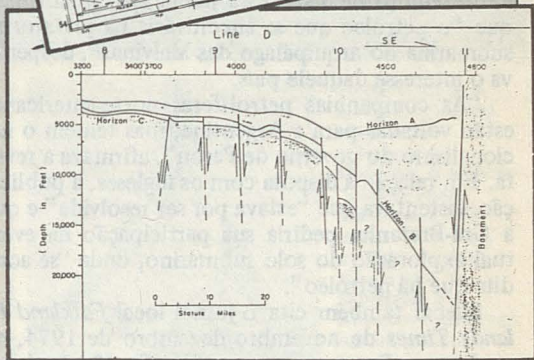
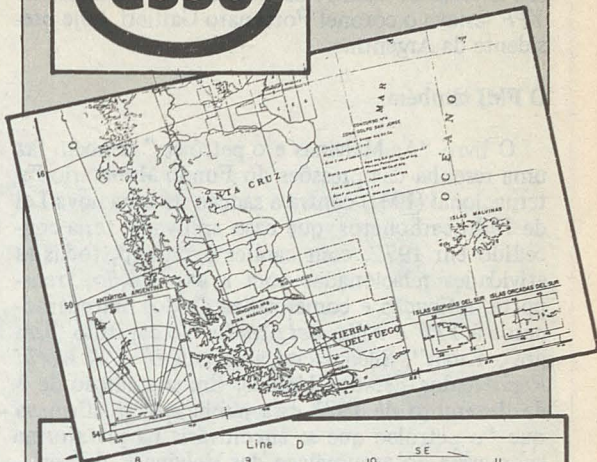
A política petrolífera dos sucessivos governos militares argentinos sempre foi condescendente com os interesses estrangeiros. Em 1971, foi publicada pelo *Buenos Aires Herald* e *El Cronista Comercial*, de Buenos Aires, e pelo semanário *Marcha*, de Montevideu, uma documentação que certificava a descoberta dessas imensas jazidas nas Malvinas e revelava as gestões das transnacionais *Shell* (britânica) e *Esso* (norte-americana) com os governos dos generais Marcelo Levingston e Alejandro Martín Lanusse, para se apropriarem dos hidrocarbonetos.

O episódio acabou por derrubar o coronel Manuel Raimundes, administrador geral da *YPF* e o engenheiro Jorge Haiek, secretário da Energia, ambos defensores da política de passar o setor petrolífero para o controle do Estado argentino. Porém as pressões das transnacionais foram mais fortes.

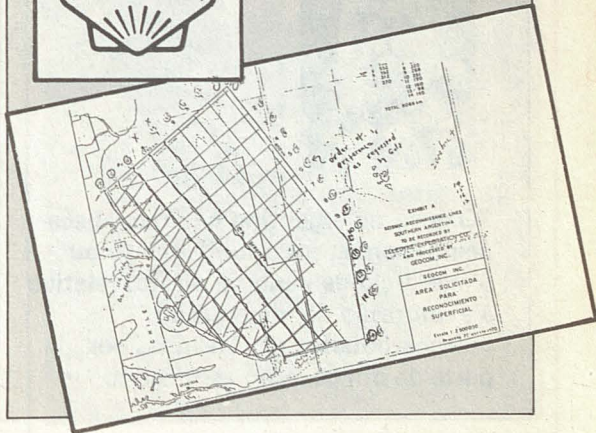
Silenzi inclui em seu livro uma análise pormenorizada do episódio e um documento redigido pelo comandante-em-chefe do exército dirigido ao chefe do estado-maior da arma, general Galán, um verdadeiro “advogado”, como Silenzi o descreve, da *Shell*. No último ponto desse memorando, sugere que se comece a trabalhar (a *Shell*, naturalmente) o quanto antes na plataforma submarina em frente às Malvinas, “como afirmação nacional” já que “o melhor argumento é utilizar o que é reivindicado”.

Silenzi responde assim: “É surpreendente que se possa acreditar que a soberania nacional sobre as Malvinas seja reafirmada se entregarmos a uma companhia petrolífera inglesa — a *Shell*, a segunda maior transnacional do mundo — a concessão para explorar uma área na bacia Marinha Austral por um prazo que ultrapassa meio século. Se bem que, em 1971, esse argumento não teve êxito, consegue seu objetivo oito anos depois, em 1979, durante o governo do general Videla, ao se conceder à *Shell* duas áreas na bacia Marinha Austral, denominadas Río Gallegos e Magallanes”.

Silenzi destaca que o coronel Raimundes foi substituído pelo general Jorge Raúl Calcagno, que imediatamente depois de assumir o cargo de admi-



Os interesses das transnacionais Esso (norte-americana) e Shell (inglesa) na apropriação do petróleo das ilhas foram fator importante na política petrolífera dos governos militares argentinos



nistrador-geral da YPF declarou que “não faria modificações substanciais na política aplicada pelo seu antecessor”. Entre os assessores de Calcagno na YPF estava o coronel Fortunato Galtieri, hoje presidente da Argentina.

O FMI também

O livro “As Malvinas e o petróleo” também faz uma resenha das pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) contra a sanção de uma nova Lei de Hidrocarbonetos, que caso aprovada, teria concedido em 1972, com caráter exclusivo, todas as atividades relacionadas com a exploração, transporte, refinação e comercialização dos hidrocarbonetos à YPF e à *Gas del Estado*. No capítulo “Um novo Kuwait”, Silenzi cita a revista *U. S. & World Report*, dos Estados Unidos. Em sua edição de 3 de dezembro de 1973 essa publicação já afirmava que “o petróleo que se encontraria na plataforma submarina do arquipélago das Malvinas”, despertava o interesse daquele país.

“As companhias petrolíferas norte-americanas estão voltadas para a Argentina, mas temem o nacionalismo do governo de Perón”, afirmava a revista. Em relação à disputa com os ingleses, a publicação sustentava que “estava por ser resolvida” e que a Grã-Bretanha pediria sua participação na eventual exploração do solo submarino, onde “se acredita que há petróleo”.

Silenzi também cita o jornal local *Falkland Islands Times* de novembro/dezembro de 1974, no qual se confirmava que o governo (inglês) havia recebido vários pedidos de concessões para perfurar poços de exploração de petróleo, porém no momento não se propunha a conceder nenhuma delas. O jornal assinalava que o governo inglês das Malvi-



Perón

“O governo argentino não reconhece nem reconhecerá o fundamento ou o exercício de nenhum direito relativo à exploração de minerais ou hidrocarbonetos nas Malvinas por parte de um governo estrangeiro”

nas estava estudando propostas para criar em torno do arquipélago uma zona econômica de 200 milhas.

“Essa pretensão do governo britânico — escreve Silenzi — de reivindicar uma zona de 200 milhas, como já afirmamos antes, carece de fundamentação jurídica. Existe consenso na maioria absoluta dos Estados que participam da Terceira Conferência sobre Direitos do Mar — e foi incluído como disposição transitória do texto do Tratado a ser firmado — o fato de que, quando existe uma controvérsia sobre a soberania de um território sob ocupação estrangeira, ou dominação colonial, em relação à qual as Nações Unidas recomenda meios concretos de solução — e este é o caso da Resolução 2065 (XX) sobre as Malvinas —, os direitos sobre a soberania e/ou jurisdição marítima não podem ser exercidos até que a controvérsia seja resolvida.”

A reação do governo Perón

Silenzi demonstra nos parágrafos seguintes como o governo Perón — o breve intervalo democrático que a Argentina viveu nas últimas décadas — reagiu com firmeza e indignação a todas essas pretensões britânicas e às contínuas pressões das transnacionais petrolíferas. O documento oficial afirma, entre outras coisas: “Levando em conta que as ilhas Malvinas são parte integrante do território nacional, o governo argentino manifesta que não reconhece nem reconhecerá nelas o fundamento ou o exercício de nenhum direito relativo à exploração de minerais ou hidrocarbonetos por parte de um governo estrangeiro. Por conseguinte, também não reconhece nem reconhecerá e considerará irremediavelmente nulos qualquer atividade, medida ou acordo que a Grã-Bretanha possa realizar ou adotar com referência a essa questão, que o governo argentino considera da maior gravidade e importância”.

O dr. Silenzi também reproduz em seu livro um telex da agência *France Press* do dia 9 de março de 1975, no qual já se aceita a possibilidade de um choque armado entre a Argentina e a Inglaterra pela soberania das Malvinas. Diz o telex: “Uma disputa entre a Argentina e a Grã-Bretanha por causa do petróleo das Malvinas pode provocar um enfrentamento militar.” E acrescenta: “Os temores de uma guerra petrolífera entre a Argentina e a Grã-Bretanha se multiplicaram devido às pressões que o Ministério das Relações Exteriores britânico sofre para conceder licença de prospecção a empresas petrolíferas. Quase 50 companhias apresentaram pedidos para explorar as jazidas do banco Burwood, situado ao sul das Malvinas, cuja riqueza petrolífera é maior que a do Mar do Norte, segundo peritos consultados pelo *Sunday Telegraph*”.



As possíveis soluções

Reproduzimos aqui as propostas que o governo britânico estudava em 1975 e que seriam submetidas à consideração da Argentina, sobre o destino do disputado arquipélago. Silenzi escreve: "O *Financial Times* assinala que o governo do Reino Unido está oferecendo soluções que harmonizariam as reivindicações da Argentina de soberania sobre as Malvinas com as reiteradas afirmações do governo do Reino Unido de que essa matéria seria submetida às aspirações dos habitantes do território". E reproduz as propostas britânicas:

- 1) O estabelecimento de um condomínio anglo-argentino sobre as Malvinas;
- 2) a transferência da soberania para a Argentina, que por sua vez daria as ilhas em arrendamento ao Reino Unido;
- 3) o congelamento de todas as reivindicações de soberania e de exploração dos recursos petrolíferos sobre uma base binacional.

O "Relatório García Mata"

Já em 1974, a questão do petróleo das Malvinas tinha despertado o interesse do engenheiro argentino Carlos García Mata, descrito por Silenzi em seu livro como "um homem de negócios radicado em Nova Iorque". Com o título de "O petróleo argentino e as ilhas Malvinas", García Mata apresentou um estudo e uma proposta política à embaixada argentina em Washington, que foi encaminhado à chancelaria de Buenos Aires com caráter "confidencial e urgente".

Diz o engenheiro: "Do ponto de vista da *economia argentina atual* as ilhas Malvinas são de pou-



Desde 1975 já se previa um choque armado pela soberania das Malvinas. A agência "France Press" publicou, a 9 de março desse ano, um telex no qual afirma que "o Ministério das Relações Exteriores britânico sofre pressões para conceder licença de prospecção" a cerca de 50 empresas petrolíferas



quíssima importância. Do ponto de vista da *economia da Argentina do século 21*, as ilhas Malvinas (com a plataforma continental que as circunda e as montanhas submarinas do 'Platô' das Malvinas que se estende até o leste), serão um item de capital importância. Porém, para que possamos usufruir das enormes riquezas naturais dessa zona é indispensável que a nossa soberania seja indiscutível. A crise mundial do petróleo dos últimos meses apresenta a oportunidade de resolver definitivamente esse problema, além de obter hoje um grande adiantamento financeiro por conta dessas riquezas."

Depois assinala que "se traçamos um paralelo entre o problema petrolífero argentino e o europeu, notamos uma grande diferença. Enquanto a Europa experimenta uma aguda crise por causa da escassez de jazidas petrolíferas no continente, que atendam as necessidades de mais de 500 milhões de habitantes, a Argentina, com uma população reduzida e um índice muito baixo de crescimento (pelo menos no resto do século) tem jazidas continentais exploradas que podem satisfazer as necessidades atuais e de um futuro próximo e jazidas potenciais, ainda inexploradas, e que se calcula sejam suficientes para uma população várias vezes maior que a atual".

"Mas além disso — continua García Mata — a Argentina tem outra reserva ainda maior sob a plataforma continental que se estende em frente à Patagônia e continua em direção ao leste das Malvinas. É uma das maiores plataformas continentais do mundo, muito maior do que a do golfo do México nos Estados Unidos."

García Mata cita depois a opinião do geólogo Wallace E. Pratt, que prognosticou que as platafor-

mas continentais "chegariam a ser o principal fator da produção de petróleo do futuro, pois calcula-se que o volume de rochas sedimentares apropriadas à produção petrolífera que estas plataformas possuem é o dobro do volume das rochas similares em todos os continentes".

Depois o técnico afirma que mesmo de posse da soberania sobre as Malvinas, seria muito caro para a Argentina começar a explorar o petróleo do arquipélago, pois antes deveria ser utilizado o da parte continental. García Mata sugere, então, que "contra o reconhecimento total e completo da soberania argentina nas ilhas e na plataforma" o governo argentino poderia arrendar "por 30 anos a exploração de toda a plataforma continental situada abaixo do paralelo 42 (digamos, a partir de 50 km da costa) a uma 'autarquia das ilhas Malvinas', criada e de propriedade da Comunidade Econômica Européia (CEE)". Continuando com a proposta de García Mata, "essa autarquia visaria à obtenção imediata de créditos no mercado de eurodólar para fazer um adiantamento substancial de várias centenas de milhões ao governo argentino, que logo os repassaria à YPF para um plano de intensificação das explorações de petróleo e gás no continente".

Em argumentações posteriores, García Mata defende sua tese de arrendamento por 30 anos, assinalando que no fim do período, o problema energético será muito diferente do atual, pelos avanços conquistados através da fissão do urânio, e que, por essa razão, não seria tão importante preservar as jazidas das Malvinas para as futuras gerações de argentinos.

Também um chileno

Datam de 1975 os estudos do geólogo chileno Bernardo Grossling, que também se ocupou do petróleo das Malvinas. Em seu trabalho "As perspectivas petrolíferas da América Latina dentro da crise de energia", citado por Silenzi, esse cientista afirma que "a plataforma continental da Argentina pode ser comparada com a da bacia da costa do golfo do México e com a plataforma continental dos Estados Unidos no Atlântico".

Grossling assinala que as reservas calculadas na plataforma continental atlântica dos Estados Unidos oscilam entre os 10 e 50 bilhões de barris (1,6 a 8 bilhões de metros cúbicos). Por dedução, afirma: "Se levarmos em conta que a plataforma continental da Argentina é quatro vezes mais extensa que a dos Estados Unidos e que a espessura dos sedimentos é maior, e que, das bacias argentinas, duas já se acham em produção em terra firme, seria acertado calcular que a reserva de petróleo da plataforma continental da Argentina é, pelo menos,



Reagan

Apesar de ter sido chamado por Reagan de "um pedaço de terreno rochoso", o território das Malvinas encerra riquezas incalculáveis. A exploração do petróleo das ilhas já é economicamente viável



Um dado que ajuda a montar o quebra-cabeça da crise: Mr. Thatcher, marido da primeira-ministra britânica, é um especialista em assuntos petrolíferos e um dos principais acionistas da "Falkland Islands Company"

quatro vezes maior que a dos Estados Unidos no Atlântico". Ou seja, "um volume de petróleo potencialmente recuperável entre os 6,4 e os 32 bilhões de metros cúbicos".

Outro relatório britânico, o de Lord Shackleton, apresentado às autoridades inglesas em julho de 1966, e que também confirma a presença de petróleo, faz referência aos estudos de Grossling.

O dr. Silenzi recorda que "o axioma no campo da geologia do petróleo é que quanto maior o volume de sedimentos, maiores são as probabilidades de achar petróleo". Assim, para Silenzi, é de extrema importância o dado segundo o qual o volume de sedimentos das Malvinas é quatro vezes maior que o dos Estados Unidos sobre o oceano Atlântico.

Num artigo do dia 3 de junho de 1981, o *Wall Street Journal* refere-se também à potencialidade petrolífera argentina. O autor é o jornalista Bill Paul, especialista no assunto. Afirma ele: "Geólogos que têm estudado o país afirmam que a Argentina poderá exportar até 300 mil barris por dia nos próximos anos. Ocuparia assim um segundo lugar, depois da Venezuela, entre os exportadores sul-americanos e ficaria na frente de alguns membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo, (Opep)".

Interesses pessoais e transnacionais

As informações citadas por Silenzi são contundentes e falam por si mesmas. Esse território, que fora chamado pelo presidente Reagan de "um pe-

daço de terreno rochoso" encerra riquezas incalculáveis e a alta do preço internacional do petróleo já torna sua exploração economicamente viável. Apesar dos meios de comunicação transnacional terem omitido qualquer referência direta ao pano de fundo da crise, é evidente que nos gabinetes da senhora Margaret Thatcher e do general Alexander Haig não se ignora a documentação que o dr. Silenzi revela em seu livro. Pelo contrário, eles devem dispor de relatórios ainda mais amplos e atualizados e que nunca foram levados ao conhecimento do público.

O general Galtieri e sua equipe também não desconhecem a importância do petróleo na crise, embora se tenham precavido e não façam ostentação dessas riquezas. Se, como Silenzi teme, estão dispostos a entregar esse "ouro negro" à voracidade das transnacionais em troca de uma "vitória" aparente na guerra das Malvinas, a tática da Junta seria não reconhecer publicamente a potencialidade das jazidas, para não dar importância ao fato delas deixarem de ser usufruídas pelo povo argentino.

Rádios uruguaios que comentavam a crise nas Malvinas divulgaram um dado interessante, que ajuda a montar o quebra-cabeça da crise: o sr. Thatcher, marido da primeira-ministra britânica, é um especialista em assuntos petrolíferos e um dos principais acionistas da Companhia das Ilhas Falkland. Quando Margaret Thatcher despachou a frota em direção ao Atlântico Sul não estava apenas defendendo o orgulho nacional diante da ofensa de um governo que somente agora ela reconhece como autoritário. Defendia também interesses de família.

GOVERNOS SE MANIFESTAM OFICIALMENTE EM FAVOR DA UNIÃO LATINO-AMERICANA

□ Da Nicarágua: "Caso as iniciativas de paz forem condenadas ao fracasso definitivo, reiteramos nossa solidariedade ativa para com a irmã República Argentina em todas as medidas por ela tomadas." (Chanceler Miguel D'Escoto, na OEA, 28/04/82).

Da China: "Várias sessões do Movimento dos Países Não-Alinhados indicaram a quem pertence a soberania sobre as ilhas Malvinas. E o governo chinês espera que ambas as partes exerçam sua moderação e solucionem a disputa razoável e pacificamente." (Declaração do Ministério das Relações Exteriores, Pequim, 26/04/82).

O Uruguai "condena a ação armada da Grã-Bretanha no Atlântico Sul e considera que a posição assumida pelos Estados Unidos no conflito anglo-argentino fere a unidade latino-americana". (Comunicado do governo uruguaio, Montevidéu, 02/05/82).

Dos revolucionários salvadorenhos: "A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) considera que, independentemente das motivações iniciais que levaram o governo do general Leopoldo Galtieri ao envio de tropas visando a reconquista das ilhas, esta é uma ação legítima, soberana e patriótica, que merece o apoio maciço desse povo irmão". A FMLN assinala, além disso, que se o governo argentino deseja ser "coerente com os princípios invocados por ele para reintegrar as Malvinas à soberania de seu país, deve ordenar a retirada imediata dos assessores militares (de El Salvador) e a cessação de todo tipo de cooperação militar com o genocida regime salvadorenho." (Declaração divulgada em San José da Costa Rica, 22/04/82).

Da Guatemala: "A Argentina deve ser apoiada militar e politicamente, mas o envio de tropas seria uma medida extrema", disse o coronel Francisco Gordillo, membro da Junta militar, já que "estamos bastante preocupados em resolver nossos problemas", isto é, o combate às forças guerrilheiras. (Declarações recolhidas pela IPS na Cidade da Guatemala, 23/04/82).

Do Panamá: "As ilhas Malvinas são parte integrante da nação irmã do Sul, por direito, por sua história e sua geografia." (Aristides Royo, presidente do Panamá, em carta ao presidente Galtieri datada do dia 03/04/82).

De Cuba: "Uma guerra colonial está prestes a atingir sua etapa mais cruenta e criminosa. Uma guerra que as potências coloniais, pelo seu caráter e evolução, tratam de transformar em lição para todos os países do Terceiro Mundo que — não importa qual seja o seu regime político e social — defendem sua soberania e integridade territorial." (Fidel Castro, presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados, em carta aos demais chefes de Estado da organização, datada em Havana, a 10/05/82).

O México "condena qualquer forma de colonialismo" e "tem apoiado invariavelmente a soberania argentina sobre esses territórios", mas "rejeita o uso da força, tanto por parte da Argentina como da Grã-Bretanha". (Comunicado do Ministério das Relações Exteriores, 12/05/82).

A Venezuela "continua firme em sua solidariedade para com a Argentina". (Presidente Luis Herrera Campíns, 25/04/82).

A União Soviética lembrou que a Grã-Bretanha "recusou-se obstinadamente a respeitar as resoluções das Nações Unidas sobre a descolonização das ilhas Malvinas e dificultou as negociações com a Argentina", em comunicado do Ministério das Relações Exteriores emitido em 07/04/82 para explicar sua abstenção na votação do Conselho de Segurança.

O Chile "lamenta profundamente que a disputa entre a Argentina e a Grã-Bretanha tenha atingido níveis tão graves que se traduzem, neste momento, em perdas de vidas"; também está disposto a colaborar "com todas as iniciativas de paz" e reitera que sua posição é de "neutralidade". (Chanceler René Rojas Arias Stella, 11/05/82).

A esquerda trabalhista britânica: "Uma vitória total pela via das armas é impossível. Recuperar as ilhas implica em ter de cedê-las, inevitavelmente. A maioria dos britânicos é contra a guerra e pede uma solução negociada, apesar de estarmos diante de uma das mais gigantescas manipulações dos meios de comunicação de massa." (Tony Benn, líder da esquerda trabalhista, em entrevista ao Paese Sera, 11/05/82).

As viúvas de Monroe

Neiva Moreira

Poucas semanas antes do desembarque nas Malvinas, um alto funcionário da Junta militar de Buenos Aires declarou que a Argentina não pertencia ao Terceiro Mundo. E sentenciou: "Somos um país rico, branco e cristão-ocidental".

O ministro Nicanor Costa Méndez é, sabidamente, um sócio de transnacionais norte-americanas e européias, e já se discutia a retirada argentina do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Às vésperas da crise das Malvinas, dois jovens surfistas brasileiros que ingressavam na Argentina com exemplares de cadernos do terceiro mundo foram detidos e as revistas confiscadas. Os policiais da fronteira nem sequer examinaram o conteúdo da publicação. O nome já era suficiente para a sua apreensão.

Não há dúvidas de que o general Leopoldo Galtieri e os seus colegas estavam absolutamente seguros de que já pertenciam ao clube dos ricos e, como tal, o episódio das Malvinas, mesmo desagradável para um dos seus parceiros influentes, a Inglaterra, poderia ser absorvido como um problema em família, sem guerra.

Até hoje, Galtieri não deve ter entendido o que está ocorrendo. Os Estados Unidos apoiando a Inglaterra, cedendo-lhe suas bases, como a da ilha de Ascensão (essa base, situada entre o Brasil e Angola, é vital à esquadra inglesa para apoio logístico no Atlântico Sul), entregando-lhe aviões e armas e espionando, com os seus satélites, os movimentos da frota argentina. Sem essa informação teria sido praticamente impossível aos ingleses descobrir e afundar o cruzador *General Belgrano*, que estava muito distante da zona de bloqueio.

Do mesmo modo, os generais argentinos não conseguiram compreender a posição dos seus "aliados" brancos e cristãos do Mercado Comum Europeu (MCE), que, dos conservadores da democracia cristã alemã aos socialistas de Mitterrand, se alinham automaticamente com a sra.

Margareth Thatcher e sua visão colonialista e vitoriana do mundo.

Mas o nó na cabeça dos generais, almirantes e brigadeiros argentinos foi, decerto, ainda maior quando analisaram a posição de Washington à luz da doutrina de Monroe e das garantias continentais que acreditavam encontrar no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). Ambos, monroísmo e Tiar, apesar de separados por mais de um século, foram concebidos como um escudo de proteção do continente, do Alasca ao estreito de Magalhães, contra as ameaças de qualquer país não americano que ousasse vulnerar as águas, as terras e os céus americanos. Cuba havia sido a ovelha negra, a "noviça rebelde" da família monroísta, mas, por isso mesmo, foi não apenas amaldiçoada como colocada sob rigorosa quarentena, que já supera os vinte anos.

No campo da defesa, criou-se a doutrina da segurança continental, com a aplicação em cada país de sua contraparte nacional. O princípio era simples: o inimigo da América, poderoso e solerte, não poderia ser contido por forças nacionais, débeis e desarticuladas no plano continental. Enfrentá-lo, era tarefa do irmão mais forte e mais armado, ou seja, o "Tio Sam".

Para dar eficácia ao Tiar, as doutrinas militares foram homogeneizadas, os armamentos e os manuais padronizados. Criaram-se no sul dos Estados Unidos e no Panamá escolas especializadas na "defesa do mundo livre" e na "luta contra a subversão". Milhares de militares latino-americanos passaram por esses centros de adestramento ideológico e operacional. Um permanente fluxo de informações — que iam direto aos computadores do Pentágono e lá devem estar bem fichadas — corria paralelo às manobras conjuntas e aos exercícios militares combinados, sempre modelados pelo "irmão" mais poderoso.

De quando em quando, um desses comandantes norte-americanos, por vezes broncos, autoritários e de profundas raízes colonialistas, inspecionava a região, dando conselhos e fazendo recomendações de políticas e medidas tendentes a dar maior eficácia ao que se chamou, pomposamente, o Sistema Interamericano de Defesa. Nos exercícios, os americanos poderiam variar de cores: seriam azuis, amarelos, brancos, verdes, róseos. Isso seria secundário. O outro lado, sim, o agressor implacável era sempre vermelho, e quanto mais vermelho melhor, uma coloração que facilitava à distância, a identificação do inimigo.

Segundo a doutrina do Pentágono, às forças armadas nacionais ficaria reservada a tarefa de "limpar" a frente interna dos inimigos ostensivos

ou encapuçados dessa visão bipolar e maniqueísta do mundo. Seu armamento deveria adaptar-se às necessidades do combate à “subversão”, uma denominação genérica e imprecisa que, conforme o governo ou o ditador, poderia abarcar desde uma inofensiva greve de professores até a guerrilha ou de uma insurreição armada a um manifesto de intelectuais, reclamando liberdade e justiça.

As transgressões a esse enquadramento, por mais leves que fossem, seriam condenadas como heréticas e perigosas. O general Velasco Alvarado, no Peru, foi deposto e o general Omar Torrijos, do Panamá, desapareceu num inexplicável desastre de avião. Ambos lideraram revoluções militares, populares e nacionalistas, vistas com desconfiança pela Casa Branca, o Pentágono e a Wall Street. O Pentágono também nunca aceitou a decisão brasileira de implantar uma indústria bélica, e mal assimilou a retirada do Brasil do tratado militar com os Estados Unidos.

O episódio das Malvinas foi o momento da desmistificação de toda essa montagem que, no fundo, só servia aos desígnios estratégicos e aos interesses econômicos dos Estados Unidos.

A primeira constatação do Pentágono, mas não a única, foi a de que, em silêncio e habilidosamente, a Argentina adquirira um *know-how* militar insuspeitável e acumulou armas tão sofisticadas que lhe permitiram responder, no ataque ao superdestróier *Sheffield*, com um míssil francês de alta tecnologia, o rombo que levou ao fundo do mar o seu cruzador *General Belgrano*. E mais ainda:

— ao contrário do que os Estados Unidos vaticinaram em todos esses anos, não foi a União Soviética mas a Inglaterra, a potência européia que violou a doutrina de Monroe e desafiou o Tiar;

— na hora do aperto, a Argentina “branca, rica e ocidental” contou mesmo foi com o Terceiro Mundo. Na América Latina e Caribe, de Cuba à Guatemala, surgiram — mesmo com as conhecidas restrições à Junta — as manifestações de apoio à causa do povo argentino.

— a crise não veio via Cuba ou Nicarágua, como se fazia crer, mas através da Argentina, dirigida por uma Junta militar genocida que após o massacre da oposição interna, interveio em El Salvador, Nicarágua e Guatemala e, sendo o mais servil e incondicional gendarme de Washington na América Latina, se convertera por isso mesmo no seu aliado privilegiado;

— os Estados Unidos se aliaram, abertamente, com a potência européia atacante, sepultaram nas águas geladas das Malvinas a tão decantada

“unidade continental” e deixaram falando sozinho o seu aliado incondicional, que era a Junta militar de Buenos Aires.

Em setores da direita na América Latina e no Caribe há uma espécie de orfandade. Viúvas de Monroe, carpindo as frustrações do adultério de Reagan.

As preocupações com o futuro das relações entre a América Latina e Caribe com os Estados Unidos são grandes nas classes dominantes do continente. Há claros indícios de que essas relações estão muito deterioradas e a situação amanhã já não será como antes.

Internamente, a situação argentina terá de evoluir para uma abertura política. A união nacional, que se impôs para a guerra, desembocará hoje ou amanhã na união para a democracia, fundamental e urgente para que a Argentina receba um apoio eficaz das grandes forças do pensamento progressista e liberal do mundo, que resistem em concretizá-lo com a reserva de que podem estar ajudando a consolidar uma ditadura.

Uma reflexão final, sobre os caprichos da história. Um governante extremamente reacionário, o rei Faiçal da Arábia Saudita, encabeça, em plena guerra do Suez, em 1973, a rebelião dos produtores de petróleo contra as nações industrializadas, seus “aliados naturais”, que pagavam preços vis pelo seu produto. Desde então, acentuou-se a crise no sistema capitalista e um novo centro de poder, a Opep, forjado nas áreas mais marginalizadas do Terceiro Mundo, apareceu vigorosamente na cena internacional.

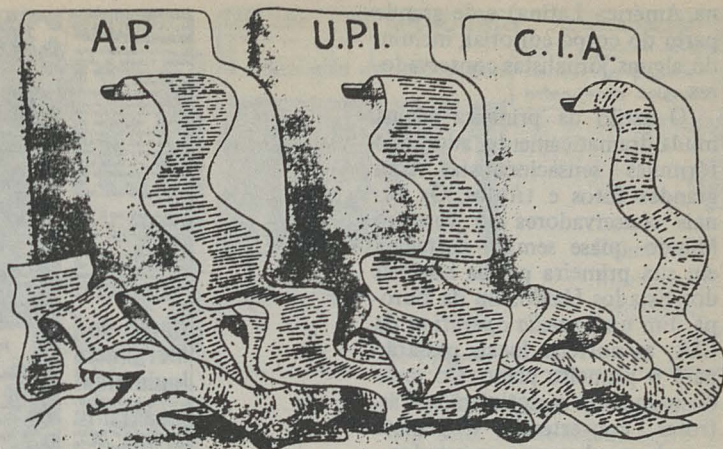
Agora, é um grupo de generais de extrema-direita, ainda com as mãos tintas do sangue dos patriotas, que, para sair de sua crise interna, por ambições pessoais e até mesmo pelas pressões nacionalistas do povo, arma essa complicação toda. Seja qual for o resultado das batalhas em curso, é evidente que o episódio em si mesmo já produziu resultados históricos: liquidou com a ilusão da “solidariedade continental”, revelou a verdadeira face do “aliado” poderoso, mostrou que não é com o Mercado Comum Europeu nem o Japão, mas com os próprios latino-americanos, caribenhos, africanos e asiáticos com quem contamos para as nossas lutas de emancipação e, por fim, criou novas condições de unidade para um continente que as grandes metrópoles coloniais capitalistas balcanizaram.

Um paradoxo que o general Galtieri possa amanhã, figurar na história, ao lado do rei Faiçal, como tendo contribuído, mesmo sem esse propósito, para um reordenamento político tão relevante.

A guerra psicológica da CIA

El Mercurio, do Chile, o *Daily Gleaner* da Jamaica e *La Prensa* da Nicarágua são ferramentas de uma mesma estratégia para desestabilizar governos progressistas

Fred Landis*



Na última década, quatro países latino-americanos optaram por um modelo não capitalista (ou declaradamente socialista) de desenvolvimento: Chile, Jamaica, Nicarágua e Granada. Nos três primeiros casos, a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos respondeu, entre outras medidas, tomando conta do principal periódico do país e utilizando-o como instrumento de desestabilização. (Granada fechou o jornal opositor pouco depois da revolução, por este não cumprir a lei que exigia que seus proprietários não fossem estrangeiros.)

A CIA se apropria dos periódicos através de etapas discretas porém identificáveis: utilizando uma associação internacional de imprensa, despedindo parte do pessoal, modernizando o setor

* O autor é um psicólogo norte-americano nascido no Chile, formado pela Universidade de Illinois com uma tese sobre a guerra psicológica no Chile, 1970-73. É coautor de um livro sobre o assassinato de Orlando Letelier e produtor de um curta-metragem sobre as operações jornalísticas da CIA, no qual se baseou este artigo, extraído da revista *Covert Action*

de impressão, mudando a diagramação da primeira página, usando propaganda subliminar, caluniando os ministros do governo, promovendo uma contra-elite para substituir o governo socialista, disseminando desinformação, fomentando a criação de conflitos artificiais, desencavando velhos temas e histórias escritos pela CIA e coordenando o esforço de propaganda com uma ofensiva econômica, diplomática e paramilitar, de acordo com as táticas de guerra psicológica descritas no *Field Manual of Psychological Operations* do exército norte-americano.

Essas etapas, junto com as drásticas mudanças da primeira página, são tão específicas que tornam possível suspeitar da influência da CIA. Se a ofensiva de propaganda se combina com sabotagem econômica, terrorismo paramilitar e outras atividades encobertas, pode-se afirmar sem dúvida que a CIA está em ação.

A CIA tem acesso a mais de 200 periódicos no mundo, assessorados pelo Escritório de Orientação da Propaganda Internacional, que edita o boletim *Bi-Weekly Propaganda Guidance* para

uso das estações locais da CIA nos seus contatos com os periódicos. Neles se desenvolve uma campanha permanente de propaganda para evitar processos como os do Chile, Jamaica e Nicarágua. Aqui estudaremos o que faz a CIA com "seus" jornais quando estes processos se desenvolvem.

A metodologia

A primeira medida que a CIA toma ao reestruturar um periódico para utilizá-lo em suas campanhas desestabilizadoras é promover o dono do jornal em questão para que integre a junta da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). O *New York Times* citou (26/12/77) um alto funcionário da CIA, para o qual a SIP seria "uma fonte de ações encobertas" da Agência. Num segundo passo, a SIP coloca o país na lista de regimes que ameaçam a liberdade de imprensa. A Divisão de Serviços Técnicos da SIP é enviada para "modernizar" o periódico. As melhorias "técnicas" quase sempre conduzirão à dispensa dos tipógrafos (cujos sindicatos são geralmente de esquerda

na América Latina) e de grande parte do corpo editorial, incluindo alguns jornalistas conservadores.

O estilo da primeira página muda dramaticamente, adotando fórmulas sensacionalistas com grandes fotos e títulos. Os jornais conservadores do Terceiro Mundo quase sempre destacam em sua primeira página notícias dos Estados Unidos ou da Europa. Em uma *media operation* da CIA, as notícias locais passarão para o primeiro plano. Do resto do mundo só se noticiarão catástrofes, convertendo o planeta num lugar obscuro e assustador.

Num jornal sob influência da CIA, os títulos serão sempre de natureza negativa, culpando o governo socialista de todos os males que se abatem sobre o país. Quando não se pode fabricar suficientes problemas locais, acontecimentos antigos ou distantes serão transformados em "notícia" para seguir a linha traçada: "Colapso econômico em Cuba", "Colapso econômico na Polônia", "Colapso econômico na Nicarágua".

O caos econômico é o primeiro tema, porque este é mais fácil de ser criado pelos Estados Unidos. A ajuda econômica é suspensa; o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e os bancos privados norte-americanos cortam os créditos; nega-se a reposição de peças para maquinaria de fabricação norte-americana.

O tema seguinte é o caos social. Em quase todos os países ocorrem fatos que normalmente um jornal conservador não trataria. De repente, estes enchem a primeira página: violência, crise permanente, acontecimentos sobrenaturais, vaticínios, mortes, um cachorro que assassina o seu dono, crianças que delatam os pais, empregados que se rebelam contra seus patrões. Depois de criado o clima de tensão, o governo será apontado como culpado. Primeiro, se acusará a ideolo-

más lluvias

El Servicio Meteorológico cional anunció la tarde lunes, lluvias para las próximas horas. El pronóstico del tiempo es siguiente: Zona del Pacífico Central: Segovia: nubado en las horas de la tarde, período las dos zonas, acompañadas de lluvias débiles horas de la tarde, siendo especialmente la región sur de la zona del Pacífico y parte norte de la zona Central. Viento del este con 25 KPH y el Pacífico y del norte y 15 KPH para la región sur.

Curso de emergencia Siquiátrica!

El primer curso de Emergencia Siquiátrica será inaugurado el martes 7 a las 10 de la mañana en el Hospital José Morales, informó la Oficina Pública de Salud. El conclave va dirigido a médicos generales de las 5 zonas de Salud del país, que recibirán los elementos básicos para el tratamiento de pacientes con crisis de la P&S No. 4



Cadáver encontrado de la CST Sr. Arribe y 1/20 al lago, cerca de los pies de la víctima se hallaba un carnal (señalado por la flecha) de la Policía Sabinolera.

estrucción esta mañana. Así lo anunció el lunes el Viceministro del Fondo Internacional de Reconstrucción (FIR), Bernardo Chacón.

Cadáver tenía balazo en la Maca halla

Un cadáver no identificado y en estado de descomposición fue localizado aproximadamente a las diez y media de la mañana del lunes 6 de la Central Sabinolera de Tropa Jaldra (CST). El cuerpo se halla en la zona de las macas arriba y la cuarta del lago. La noticia fue suministrada por una persona no identificada en momentos que reporteros nuestros recibían información en el Ministerio del Trabajo. Nuestro informante dijo que ya había dado parte al Cuerpo de Bomberos.

Remueven a un Juez

La Corte Suprema de Justicia, acordó destituir del cargo de Jefe Primero Civil del Distrito de Managua a Arturo Morales Guzmán por serias anomalías en el desempeño de su gestión como funcionario del Poder Judicial, según un comunicado emitido ayer por la oficina. El caso a la P&S No. 6



Ortega junto a un cuerpo mutilado

El comandante Humberto Ortega, afirma que beneficios para Nicaragua de servile a Viet.

Presidente del BID confía en el futuro de Latinoamérica

Por: Raúl Zamora
Ricardo Antonio Ortiz Mesa
Ortiz Mesa inauguró en Madrid la primera asamblea que el BID celebrará en Europa y puso el acento sobre el formidable desafío que representa para América Latina su grave situación alimentaria y su extraordinaria dependencia energética. El presidente del BID subrayó el dramatismo de la situación a la P&S No. 9

H. Ortega comenta Conseguir

Pocos minutos después de haber firmado la Carta de la Dignidad, el comandante Humberto Ortega Sa-

gia (socialismo) que o governo representa, depois o próprio regime, por insinuação ou explicitamente; com humor e depois com terror; destruindo inicialmente a imagem pública e depois assassinando a própria pessoa, como ocorreu no Chile com os generais constitucionalistas René Schneider e Carlos Pratts e o ex-chanceler Orlando Letelier.

Propaganda subliminar

Os ataques indiretos empregam a justaposição de fotos com títulos de outro artigo, a propaganda subliminar e as associações de palavras.

Em 5 de dezembro de 1980, *La Prensa* da Nicarágua publicou uma foto do ministro da Defesa e dirigente da FSLN, Humberto Ortega, junto à foto de um cadáver mutilado. Vinculando ambas, uma carteira da polícia sandinista supostamente encontrada perto do corpo.

Durante a campanha eleitoral de 1980 na Jamaica, o *Daily Gleaner*, colocou três fotos de ministros do governo de Michael Manley debaixo de um título que dizia "23 homens violam menina de 15 anos". A página foi cuidadosamente diagramada para chocar os leitores. Os textos não tinham nenhuma indicação



Os periódicos conservadores têm mais credibilidade entre todas as classes sociais, na América Latina, que os periódicos oficiais, que aqueles identificados abertamente com um partido ou que os "pasquins" populistas. Isso explica porque, nos três casos estudados, a CIA se apoderou do principal jornal conservador de cada país.

A primeira página parece cartaz ou volante de guerra psicológica precisamente porque é uma arma de guerra psicológica. A evolução histórica é clara. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Batalhão de Propaganda do exército norte-americano produzia panfletos que atacavam os líderes inimigos por insinuação na imagem. Depois os panfletos assumiram o estilo e formato dos diários inimigos. Hoje a CIA simplesmente se apodera do próprio jornal.

No livro *The War on the Mind* ("A guerra das mentes"), o sociólogo Peter Watson anota que no mês de maio de 1968, 300 milhões de panfletos *psyops* (de *Us Army Psychological Operations*) foram lançados sobre o Vietnã. Segundo Paul Linebarger, muitos bilhões de *psyops* volantes foram "bombardeados" pelos Estados Unidos sobre o teatro de operações alemão. Dado o enorme esforço de imprimir e lançar esse material para trás das linhas inimigas, é surpreendente que o assunto tenha sido tão pouco estudado.

Uma menor estuprada e um assassinato: a violência é mostrada junto aos ministros de Estado, sem motivo aparente

23 MEN RAPE 15 GIRL

• ONE SHOT BY CO

ONE OF 23 MEN WHO LAST night raped a 15-year-old school girl on the grounds of the All Saints All-age school at Studley Park Road was shot and killed by the police this morning and his gun found on his body.

The dead man has been tentatively identified so far as 'Tom' of 'abode' 'go Paul' in his early 20s. According to the police at

Traffic system causing havoc

Montego Bay Reporter

THE RECENTLY INTRODUCED trial one-way traffic system downtown Montego Bay

expected. Members of the Chamber of Commerce with Mayor Lord B. will discuss the situation.

Grant

Ministers change

de que os ministros tivessem alguma coisa a ver com a agressão, porém o efeito foi conseguido.

Em 25 de setembro de 1972, *El Mercurio* do Chile associou subliminarmente o ministro da Educação com o estupro e assassinato de uma jovem estudante. Sete anos mais tarde, na Jamaica, uma foto do ministro da Habitação, Anthony Spaulding, foi colocada junto a fotos e títulos de casas incendiadas.

Na seção dedicada à preparação de impressos para a guerra psicológica, o *Field Manual of Psychological Operations* (FM 33-5) do exército norte-americano considera que a insinuação

pictórica ou gráfica é mais eficaz que o ataque direto a líderes, já que a população local pode reagir adversamente e rechaçar este último. Paul Linebarger, o pai das modernas operações da CIA nos meios de comunicação, enfatizava que durante a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos tiveram muito mais êxito nas campanhas psicológicas quando seus volantes eram apresentados no estilo e formato dos jornais alemães. Linebarger estudou a propaganda dos aliados e do eixo nazi-fascista e concluiu que a técnica britânica era superior, porque a *propaganda era apresentada como notícia*.

Colaboração SIP-CIA

Durante a Segunda Guerra Mundial, quando os bombardeiros lançavam os panfletos, a fonte dessa propaganda era evidente para o leitor. Hoje os logotipos dos periódicos conservadores são empregados para ocultar a procedência real das campanhas.

Com centenas de periódicos filiados, a SIP está pronta para gritar contra a "ameça marxista à imprensa livre" se o governo atacado tenta restringir o fluxo de propaganda hostil. Em 1969, a CIA tinha cinco agentes empregados como executivos no *El Mercurio*. Todos eles foram eleitos, nos anos seguintes, para integrar a Junta de Diretores da SIP. O dono do *El Mercurio* foi presidente do Comitê de Liberdade de Imprensa e, depois, da própria Sociedade.

Pouco antes da campanha eleitoral contra o premiê social-democrata Michael Manley na Jamaica, o editor do *Daily Gleaner*, Oliver Clarke, foi incorporado ao Comitê Executivo da SIP e agora foi promovido ao cargo de tesoureiro. Em sua última convenção anual, em San Diego, Califórnia, a SIP integrou Pedro Joaquín Chamorro, filho, na sua junta de diretores, ainda que este não fosse então diretor ou editor do *La Prensa*. Porém a CIA necessitava dele porque tem o no-

me de seu pai, assassinado por Somoza e unanimemente considerado mártir da revolução nicaraguense. Depois dessa promoção, Chamorro foi designado diretor assistente do *La Prensa* e agora integra o Comitê Executivo da SIP.

A última reunião da SIP no Rio de Janeiro, em outubro do ano passado, foi dominada por referências alarmistas sobre a situação da imprensa na Nicarágua.

Obviamente, os donos de periódicos conservadores na América Latina não necessitam de dinheiro da CIA para opor-se a um governo socialista. A assistência que a CIA fornece é técnica e não financeira. Sem a ajuda da CIA, o periódico explicitaria sua linha oposicionista nas páginas editoriais, com uma linguagem própria da ideologia da elite conservadora local. Porém isso seria guerra ideológica e não psicológica. A CIA não interessa, nesse tipo de operações, a ideologia. Ela se concentra no uso de seu amplo repertório de truques sujos. Um deles é a desinformação.

Desinformação

A desinformação é um tipo especial de propaganda "negra" (informação falsa no jargão da CIA), geralmente apoiada por documentos apócrifos.

Ralph McGehee, veterano agente com 25 anos de experiência na CIA, escreveu no semanário liberal norte-americano *The Nation* (11/04/81): "Onde se carece das circunstâncias ou provas necessárias para apoiar a intervenção norte-americana, a CIA cria as situações apropriadas ou as inventa e distribui mundialmente através de seus *media operations* (...) Preocupada com a resistência dos militares em empreender ações contra Allende, a CIA falsificou um documento revelando um complô esquerdista para assassinar militares chilenos. A imprensa deu grande destaque à descoberta do complô, pouco antes de Allende ser derrubado e assassinado".

O principal agente na campanha de desinformação no Chile foi Robert Moss que, sete anos mais tarde, foi coautor do livro *The Spike*, no qual sustenta que os soviéticos inventaram uma estranha técnica chamada desinformação.

Certa vez, Moss escreveu sobre a existência de um exército secreto de cubanos no Uruguai. Depois do golpe militar no Uruguai, revelou a presença de um exército secreto de 14 mil "esquerdistas" uruguaios, bolivianos e cubanos no Chile. Depois do golpe no Chile, Moss descobriu um exército secreto de cinco mil "esquerdistas" chilenos em Portugal.

A 8 de outubro de 1979, Moss escreveu no *Daily Telegraph* de Londres que havia um exército secreto de cinco mil cubanos na Jamaica. O artigo foi reproduzido pelo *Daily Gleaner* com o título "Castro quer fazer da Jamaica uma Cuba de língua inglesa". Segundo dados do governo jamaicano, havia 420 cubanos na ilha, a maior parte dos quais era de médicos, professores e especialistas agrícolas.

A 10 de agosto de 1981, Moss escreveu no *Daily Telegraph* que cinco mil cubanos tinham sido "destacados" para a Nicarágua.



**Jamaica
sold out
the Cub
for less
30 piec
of silve**

Manley no
Daily
Gleaner: um
ângulo
forçado

De acordo com o seu propósito, as operações de guerra psicológica podem ser classificadas em estabilizadoras e desestabilizadoras. No caso de se tratar de um governo amigo, a propaganda da CIA tenta criar uma imagem positiva do regime para apoiar sua estabilidade. É este o caso da defesa do xá do Irã por parte de Arnaud Borchgrave (correspondente do *Newsweek* frequentemente vinculado como agente da CIA) ou dos elogios do próprio Moss à Junta chilena.

A desestabilização é um termo que se tornou famoso quando o ex-diretor da CIA William Colby o empregou para descrever o que a CIA tinha feito no Chile. Depois de haver estudado o que mantém uma sociedade unida, usa-se esse conhecimento para desuni-la.

O Manual de Operações Psicológicas recomenda "estimular divergências entre as classes militar e política; abalar a confiança nos dirigentes; estimular os atritos de elementos religiosos, étnicos, políticos e econômicos entre si e contra o governo; fortalecer os líderes amigos e debilitar os inimigos".

Canais de desinformação

A presença desse tipo de propaganda divisionista ou de manobras de desinformação deve ser considerada uma evidência de que está em marcha uma operação psicológica. Um dos métodos para descobrir se se trata de uma operação da CIA é investigar os canais que levam a desinformação ao país em questão.

Explica o ex-agente da CIA Philip Agee: "Por exemplo, a *estación* (sucursal) da CIA em Caracas pode telegrafar para Bogotá a informação sobre um complot comunista na Venezuela. A estação de Bogotá levantará a versão através de um agente de propaganda local, que a atribuirá a um funcionário governamental venezuelano não-identificado.

Uma suposta conspiração para assassinar policiais aparece ao lado de Ramón Castro e de Manley



PHILIP AGEE talks with Manley, Manley's Managing Director of National Hotels and Properties in a luncheon given by the Jamaica Tourist Board at the Plaza Hotel in New York recently.

'Plot to assassinate police officers'

Manley says Reporter The JLP has uncovered a PNP plot to assassinate certain politicians and high ranking police officers, and to blame it on the JLP. The JLP spokesman on National Security, Senator Winston Spaulding, presented this Sunday afternoon.

He said the information was accurate and that the PNP is working to try and escape the JLP.

He accused PNP of being involved in the Clubhouse and Estate (Clubhouse Ambassadors in Jamaica House Estates) in 1977 and implied that

seriousness through the harm of a gun in the country to begin electrical power and have a list of emergency.

Life 1977

Talking tourism

The importance of tourism to the Jamaican economy was stressed by Prime Minister Michael Manley when he met a group of leading international travel agents and other travel business leaders at the Jamaica Tourist Board in New York recently.

The luncheon which was held at the Plaza Hotel was an occasion to mark the beginning of Jamaica 1977 winter programme. The Prime Minister met several of the persons from the north coast and other areas of the United States who have been major producers of travel business for Jamaica for many years.

In an informal speech, the Minister stated that the JLP had made to the island's tourism development and shared with them the perspectives of some of the factors which affect the development of the industry and other areas of Jamaica.

He invited members of the audience to share any resources which they had on tourism in Jamaica and how they saw the development of tourism. This led to a question and answer period in which a number of issues were discussed.

Among those who spoke for the travel trade were Mr. Joseph Stone, International President of the American Society of Travel Agents (ASTA).

Guests of the luncheon included Jamaica's Minister of State for Tourism, Hon. Jack Thompson, Minister of State for Tourism, Hon. Arnold Bertram, Minister of Information, Public Relations and Culture, Mr. Donnelly, Jamaica's Permanent Representative to the United Nations, Mr. Carlo D'Amico, President Jamaica Hotel and Tourist Association, Mr. Manley's Managing Director of National Hotels and Properties, Mr. E. G. Brown, Jamaica Canal Company in Miami.



SEÑOR RAMON CASTRO, Chairman of Export on Cuba's Dairy Interpolco (Genoetha Plaza, Avenida P. L. Ledy, removed) Jamaica's Castro, Señor Castro

Ramon Castro, expert, visits

Señor Ramon Castro

Aquilo que foi publicado na imprensa colombiana será retransmitido para as 'estações' da CIA em Quito, Lima, La Paz, Santiago".

É muito difícil depois seguir o rastro da informação para descobrir que a CIA foi a fonte original. Porém o fato de uma notícia extraordinária ser atribuída a uma fonte distante dá uma pista. Como pode acontecer de um jornal colombiano ser o primeiro a inteirar-se de um plano secreto na Venezuela?

La Prensa fornece um exemplo recente desse tipo de propa-

ganda "negra". Em 16 de agosto de 1981, o jornal publicou que o chanceler nicaraguense Miguel D'Escoto havia se referido à igreja católica em termos insultantes. D'Escoto, que é sacerdote, negou categoricamente haver feito tais declarações. La Prensa disse que sua fonte era o *Diario de las Américas*, jornal em língua espanhola publicado por exilados cubanos de Miami. O *Diario* divide seus escritórios com a SIP e tem entre seu pessoal vários agentes da CIA. Ante a insistência nicaraguense, o *Diario de las Américas* disse que as declara-

ções de D'Escoto haviam sido tiradas de um obscuro jornal mexicano chamado *El Periódico*, que então tinha poucos meses de vida. Consultado, *El Periódico* disse que as declarações estavam contidas em uma entrevista com D'Escoto realizada seis meses antes por um de seus repórteres em Nova Déli. Desafiado a prová-lo, o repórter disse que a gravação era inaudível porque as pilhas tinham se esgotado.

Como um jornal mexicano de segunda classe pode financiar o envio de um repórter a Nova Déli? Por que resolve de repente fazer um título de oito colunas a partir de uma entrevista realizada seis meses antes?

Símbolos

Talvez uma das características mais típicas de um jornal controlado pela CIA seja o aban-

dono de todo interesse em transmitir uma mensagem no texto, apoiando-se em troca, nuns poucos símbolos chaves que são inseridos na primeira página. Os símbolos manipulados são aqueles que suscitam fortes associações emocionais no público que se quer alcançar.

Assim, por exemplo, *La Prensa* publicou em 7 de março de 1981 um artigo sobre a nomeação do dr. Arturo Cruz (um banqueiro moderado, até então membro da junta de governo), como embaixador nos Estados Unidos junto a um título que dizia: "Se vá el Cuerpo de Paz". A associação é óbvia: "Cruz se vá, se vá la paz".

Nessa época, não havia na Nicarágua nenhuma operação do Corpo de Paz, de modo que mal podia este ir embora. A imprensa de esquerda considerou que o título mentiroso era uma provocação, porém ignorou a manipulação emocional do tema da paz e do símbolo da cruz.

No Chile, durante três anos, foram raras as vezes que *El Mercurio* publicou fotos do presidente Allende na primeira página. Mas cada vez que o fez, o retrato aparecia cercado de títulos que incluíam as palavras soviético, comunista, marxista, violência ou morte.

Em 28 de agosto de 1970, *El Mercurio* publicou uma foto do ministro da Economia, Pedro Vuscovic, junto à de uma criança que trazia o título: "Quería estrangular esta criança". Em 12 de junho de 1972, outra foto de Vuscovic apareceu junto a uma nota intitulada "Mãe violada e assassinada".

Em 31 de março de 1980, o *Daily Gleaner* da Jamaica publicou uma foto do primeiro-ministro Michael Manley perto de dois títulos que não estavam relacionados com ela: "Futuro negro" e "Os vermelhos tomaram o controle". São abundantes os exemplos de casos semelhantes.



La Prensa, da Nicarágua: "Cruz vai embora, a paz também se vai"



01/03/72: Allende e uma manchete sensacionalista

Com a simples justaposição de fotos e títulos, os líderes socialistas e a ideologia que representam são associados à violência, a pragas e morte.

As novas versões de *El Mercurio*, *Daily Gleaner* ou *La Prensa* se parecem entre si e se diferenciam de seus velhos formatos conservadores. É claro que estão seguindo um modelo pré-estabelecido, porém será que são eficazes? Muitos teóricos da comunicação sustentam que a propaganda de qualquer tipo tem pouco impacto sobre as eleições ou outras formas de comportamento político.

Isso foi precisamente o que disse um congressista norte-americano ao dr. Frederick Frei, do Massachusetts Institute of Technology. Argumentava este deputado que não se devia destinar mais fundos norte-americanos para a propaganda, já que tais atividades não produziram nenhum benefício concreto à segurança nacional dos Estados Unidos. Frei replicou que estudos levados a cabo no Chile e Turquia demonstravam o contrário. O testemunho de Frei foi feito numa sessão secreta do Congresso, da qual só se publicaram versões parciais. Fica claro, no entanto, que Frei estava se referindo às eleições chilenas de 1964, quando a CIA investiu 20 milhões de dólares na campanha contra Allende. E embora desconheçamos como foram realizados os estudos, é óbvio que a CIA crê que seus métodos de propaganda funcionam.

Técnicas subliminares

No artigo citado, Ralph McGehee afirma que a CIA tentou recriar no Chile o mesmo clima psicológico que imperava na Indonésia em 1965, quando um golpe de Estado levou ao massacre de centenas de milhares de "comunistas". Arnold C. Brackman, que foi repórter em Jacarta, capital da Indonésia, descreve

08/04/72:
Allende e
uma cirurgia
do coração



o ex-ministro
Vuskovic e,
ao lado, um
cão de
ataque: velha
técnica

esse clima: "Os indonésios falam de 'terror mental' quando se referem ao período de 1964/65. Nesse contexto, os assassinatos podem ser descritos como uma 'explosão psicológica' que eclode num povo reprimido e enlouquecido pelo 'terror mental'."

A bomba psicológica que a CIA explodiu na Indonésia matou mais gente que a bomba atômica de Hiroshima. Essa capacidade de gerar maremotos emo-

cionais e terremotos políticos exige que as operações psicológicas da CIA sejam examinadas cuidadosamente.

A 8 de abril de 1972, *El Mercurio* publicou uma foto toda colorida de uma operação cirúrgica num coração aberto, ao lado de uma foto de Allende. Não é o tipo de imagem que um chileno conservador esperaria encontrar em seu jornal ao tomar o café da manhã. A 24 de novembro desse

mesmo ano, *El Mercurio* insiste na mesma tecla, cercando uma foto de Allende com quatro fotos em cores da implantação de uma bateria radioativa no coração de um chileno.

A mensagem que se tenta transmitir é que o marxista Allende, como a bateria, é um elemento estranho que penetrou bem no coração do Chile, que seria um corpo sadio e, portanto, terminaria por rechaçar o implante estranho.

A 13 de agosto de 1973, exatamente um mês antes do golpe,

El Mercurio publicou uma foto de uma procissão fúnebre tomada exatamente no momento em que passava em frente ao palácio presidencial de La Moneda, como nefasto augúrio do que viria.

A 9 de março de 1972, uma foto de um cachorro agressivo é publicada abaixo de uma de Vus-covic. Outros augúrios de morte — em particular galinhas e vacas mortas — foram frequentes em agosto de 1972.

Em abril e maio de 1981, o simbolismo das vacas mortas reaparece no *La Prensa* da Nicará-

gua, que começou uma campanha afirmando que as vacas trazidas de Cuba estariam contaminadas por doenças. *La Prensa* não provou essas notícias e teve depois que se retratar, porém a associação psicológica entre as pragas e o marxismo estava estabelecida.

A mensagem subliminar também se estabelece por contraste. A 18 de março de 1981, *La Prensa* publica uma foto do chanceler D'Escoto tomada de um ângulo forçado para destacar a papada. A legenda da foto diz que o ministro está "transbordando de saúde e muito otimista", em notório contraste com a foto inferior de uma jovem hospitalizada. Um título ao lado comenta: "Foi para isso que nosso povo lutou?"

Miguel D'Escoto em posição forçada: efeito psicológico

Manipulando a religião

O Manual de Operações Psicológicas do exército norte-americano explica que, "entre os cristãos, a cruz é efetiva como símbolo porque representa graficamente o sofrimento e morte de Cristo pelos homens". *La Prensa* frequentemente recorre a esse simbolismo e, quando pode, o associa ao nome do dr. Arturo Cruz, a quem somente cita como "Cruz", sem títulos nem outros nomes.

A 1º abril de 1981, *La Prensa* mobilizou milhares de fiéis para um lugar onde a Virgem Maria teria aparecido para um simples camponês de nome Bernardo. De acordo com o jornal, a Virgem não estaria contente com a situação atual da Nicarágua.

Embora as relações entre a hierarquia católica e o governo nem sempre sejam as melhores, a manipulação do simbolismo religioso foi iniciada pelo *La Prensa* e pela CIA, não pela Igreja Católica da Nicarágua. As notícias de milagres e aparições ficaram tão frequentes que o governo terminou por proibir a publicação de tais fatos enquanto

La Prensa insiste no símbolo da cruz

seu caráter milagroso não fosse respaldado pela Igreja, o que em nenhum momento ocorreu.

A manipulação do simbolismo cristão foi também frequente no Chile; e, na Jamaica, o *Daily Gleaner* chegou a publicar uma enorme foto de um ovo com uma mancha negra. Segundo o jornal, o ovo, que havia sido mostrado como curiosidade por um bom camponês cristão, reproduzia um mapa da União Soviética e sua aparição mágica devia ser considerada uma mensagem divina de alerta sobre a iminência da entrega do país aos comunistas.

Apesar de poder chegar a extremos ridículos, a CIA não está brincando com sua manipulação de jornais. A campanha de propaganda interna é parte de uma ofensiva coordenada com aspectos econômicos, diplomáticos e paramilitares. O caos econômico que a propaganda prognostica pode chegar a ser real. A crise de abastecimento também. As comunicações e o transporte são sabotados, ressurgem velhos conflitos étnicos e fronteiriços.

Na Nicarágua, a aparição da Virgem coincidiu com a chegada de Morris Zerulo, um evangelista norte-americano direitista que prometeu exorcizar os demônios que afligiam o país. Em pouco tempo, os Estados Unidos cortaram a ajuda econômica, os guardas somozistas exilados intensificaram seus ataques fronteiriços e pressionou-se os sacerdotes que desempenhavam cargos governamentais para que renunciassem (sem sucesso até o momento).

Um programa detalhado

As etapas da campanha estão claramente definidas e o exército norte-americano tem um manual específico para cada uma delas. No entanto, a responsabilidade de planejar e conduzir as primeiras fases não é dos militares, mas da CIA. Assim como,

La Prensa
(03/04/81) —
A aparição da
Virgem e um
camponês: apelo
à religiosidade



supostamente, James Bond tinha "licença para matar", só a CIA deve se encarregar da propaganda "negra", da falsificação de documentos, das ações paramilitares e outras operações encobertas. A guerra psicológica é uma forma secreta de guerra não-conventional e só se recorrerá à intervenção militar direta quando esta, e tudo o mais, fracassar.

De acordo com a terminologia do exército norte-americano, as etapas são: Propaganda, Operações Psicológicas, Guerra Psicológica, Assuntos Cívicos e Reconstrução.

Propaganda — Destinada a apresentar uma imagem positiva dos Estados Unidos e negativa do bloco socialista. Nesse esforço, a CIA colabora com a Agência de Comunicação Internacional dos Estados Unidos, que está em processo de reorganização e recuperará seu antigo nome de *Usia (United States Information Agency)*.

Operações Psicológicas — São desenvolvidas em tempos de paz para influir nas eleições ou na política de um governo estrangeiro.

Guerra Psicológica — É uma guerra não-declarada. Todas as agências do governo norte-americano coordenam suas atividades e todos os recursos são mobilizados, menos a guerra aberta. Grupos de resistência clandestinos ou declarados são montados pela CIA. Tenta-se mobilizar as massas contra o governo. Operações paramilitares, inclusive subversão e assassinatos, são coordenadas

com a propaganda subversiva. Embora instigados pela CIA, seus agentes são fundamentalmente "nativos", civis ou militares manipulados para derrubarem seu próprio governo.

Chegar a uma etapa de **Assuntos Cívicos**, quer dizer que a CIA fracassou nas metas traçadas pelo presidente para a fase anterior. Se não houver golpe militar convencional, os *marines* deverão entrar em cena. Aqui, os atores principais são as forças militares regulares dos Estados Unidos e seus amigos.

Na etapa de **Reconstrução**, forças amigas dos Estados Unidos têm o controle físico indisputável de todo o território. O país foi pacificado. Economistas, advogados e jornalistas treinados nos Estados Unidos darão assessoria ao novo governo pró-norte-americano.

Dos exemplos que estudamos, só o Chile chegou a essa última etapa, depois que a CIA fracassou em seus esforços de reverter os resultados eleitorais de 1970 e 1973. Na Jamaica, a CIA foi derrotada em 1976 e se preparou para a campanha de 1980 com opções eleitorais e militares. Lá, a CIA triunfou na etapa de guerra psicológica, substituindo Michael Manley por Edward Seaga.

Essa mesma etapa é a que está em andamento na Nicarágua. Medidas defensivas firmes e oportunas, e particularmente a conscientização do povo sobre a natureza da guerra psicológica, podem evitar o triunfo da CIA.

comunicação

"Fuera de aquí":
filme boliviano



CENTRO E PERIFERIA

Foi realizado em Marselha (França), entre os dias 22 e 24 de abril passado, o terceiro encontro do Centro Mediterrâneo de Produção Cinematográfica, contando com a participação de produtores dos países ocidentais e do Terceiro Mundo.

O tema do encontro foi definido como "Centro e Circunferência", numa alusão à aproximação entre a cinematografia ocidental (o centro) e a do Terceiro Mundo (periferia). O encontro se propunha também a fomentar os jovens talentos do Terceiro Mundo.

SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO

Ambrósio Lukoki, membro do Birô Político do MPLA e secretário do Comitê Central para a Esfera Ideológica, anunciou em Luanda a realização do primeiro seminário nacional de informação que terá lugar naquela cidade entre os dias 20 e 23 de maio.

Lukoki afirmou, ainda na ocasião, que "vamos, assim, poder finalmente materializar uma velha aspiração de todos os jornalistas e trabalhadores angolanos, que o partido acalentou desde a primeira hora".

O dirigente angolano informou que o seminário está a cargo de uma comissão nacional preparatória, integrada por representantes do DIP (Departamento de Informação e Propaganda), da Secretaria de Informação da Presidência da República e de todos os demais órgãos de informação.

Os trabalhos foram iniciados a 2 de fevereiro, já tendo sido aprovados pela comissão o projeto de ordem dos trabalhos do encontro e a metodologia organizativa. A preparação do seminário também será estendida às províncias, através da formação de comissões provinciais que contam com 80 delegados.

"Isto é, os documentos serão enviados para todo o país, a fim de possibilitar uma participação de todos os trabalhadores da informação, em escala nacional", assinalou.

Por outra parte, Lukoki destacou a importância do seminário no aprofundamento e racionalização do trabalho em que "estamos atualmente empenhados, no sentido do estudo, compreensão e interiorização dos princípios claramente definidos, da adoção de relações e métodos de trabalho corretos e do estabelecimento de medidas adequadas para resolver criteriosamente alguns dos principais problemas existentes na informação".

NOVA SEDE DA ASIN

A Venezuela foi escolhida para ocupar a presidência da Ação de Sistemas de Informação (Asin), um instrumento destinado ao intercâmbio de notícias, composto por 13 nações do Caribe e da América Latina, e que acaba de realizar sua quarta assembléia nos dias 24 e 25 de abril passado.

A Guiana, o Peru e a Costa Rica foram escolhidos para exercer a vice-presidência do organismo durante o próximo ano. A Venezuela substituiu o México, que continuará fazendo parte da entidade, embora tenha deixado de integrar o comitê de coordenação.

Foram incluídos três novos países (Cuba, Granada e Antígua-Barbuda), e com isso, o número de estados-membros elevou-se para 16.

A Asin foi fundada em 1979 e constitui uma original cadeia de informação integrada pelas agências de notícias da região. A *Inter Press Service (IPS)-Terceiro Mundo* passou a exercer a função de secretária operacional da Asin.

Durante a reunião foi elaborado, pela primeira vez, o conjunto de normas que regulamentam a vida interna da agência. O intercâmbio de notícias de rádio e TV é uma das tarefas principais do novo comitê coordenador, que é formado por um presidente e três vice-presidentes.

Por outro lado, a assembléia aceitou um manual, submetido à sua aprovação, para os jornalistas da entidade, e uma declaração de princípios sobre os direitos de informação.

GRANDE PROMOÇÃO

editora terceiro mundo ltda.



**cadernos do
terceiro
mundo**

Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.

Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom no verso, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:

editora terceiro mundo ltda
Rua da Glória, 122 – Gr. 105
20241 – Rio de Janeiro – RJ

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

Remeto o: cheque no valor de Cr\$ referente a:
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP:

O fracasso da manobra eleitoral

A vitória da ultradireita nas fraudulentas eleições salvadorenhas põe em perigo a estratégia da Casa Branca e confirma a importância da proposta de paz do presidente López Portillo

Francisco Guzmán

O projeto eleitoral patrocinado, dirigido e defendido local e internacionalmente pela Casa Branca para El Salvador, não produziu os resultados que eram tidos como certos. O presidente José Napoleón Duarte e seu partido, o Democrata Cristão, foram derrotados pelos grupos ultradireitistas.

No domingo, dia 28 de março, Washington pôs em execução as eleições que vinha promovendo há um ano, com o objetivo de legitimar e dar credibilidade a um regime que vai facilitar seus planos de intervenção militar na América Central.

A cuidadosa montagem da farsa eleitoral em El Salvador, assim como as medidas recomendadas por Washington para que nenhum partido que representasse os interesses do povo participasse nessa batalha, tinham criado expectativas esperançosas para a Casa Branca. O embaixador norte-americano em El Salvador, Dean Hinton, teria dito um pouco antes da votação que "(...) essas eleições, esse tipo de fé na democracia, é o acontecimento mais revolucionário na história de El Salvador".

A administração, de toda forma, confiava em que Napoleón Duarte e a Democracia Cristã saberiam impor-se ao restante dos



adversários, já que se tratava, majoritariamente, de partidos recém-fundados ou carentes de prestígio.

Os mais antigos, o Partido de Conciliação Nacional, fundado em 1961, tinha sido até o golpe de Estado de 15 de outubro de 1979, a entidade oficialista que tinha levado quatro militares até a presidência da República, por meio de escandalosas fraudes eleitorais, propiciando a instabilidade social do país. O Partido Popular Salvadorenho, fundado em 1963, representava a oligarquia fundiária conservadora e nunca tinha tido sucesso.

Os novos partidos, inscritos no fim do ano passado, eram a Ação Democrática, representativa do setor empresarial reformista e dirigida pelo advogado conservador René Fortín Magaña; a Orientação Popular (POP), do general José Alberto Medrano,

militar ultradireitista a quem se diz estarem vinculados os "esquadrões da morte" e a Aliança Republicana Nacionalista (Arena), cujo líder é o também ultradireitista major Roberto D'Aubuisson.

Os principais porta-vozes de Washington anunciaram reiteradamente que a condição para que os opositoristas ao regime militar democrata-cristão de Duarte participassem do pleito era de que depusessem as armas.

No entanto, a coalizão de forças democráticas e revolucionárias, integrada pelas frentes Farabundo Martí de Libertação Nacional e a Democrática Revolucionária (FMLN-FDR) refutou a insinuação.

Os rebeldes reafirmaram sua decisão de combater e insistiram na necessidade de uma solução negociada, "antes, durante e depois das eleições".

Com esse quadro, o povo salvadorenho não teve nem partidos nem candidatos nessas eleições.

Apesar de toda a propaganda oficialista afirmando o contrário, a participação nas eleições não foi livre. Desde 6 de março de 1980, o estado de sítio está em vigor no país. Até fins do ano passado, estava vigente a lei marcial que foi derrubada no papel, mas não na realidade.

A liberdade de expressão foi abolida; os únicos jornais que circulam no país são os da aristocracia. Possivelmente, El Salvador seja o único país aliado de Washington que, em fins de 1981, proibiu a retransmissão dos programas radiofônicos da "Voz da América", porque as notícias e comentários difundidos por ela "são inexatos e demasiadamente alarmistas", no que se refere ao tratamento da questão salvadorenha.

As eleições seriam realizadas sem registro eleitoral (padrão) e para votar, bastaria apresentar a carteira de identidade pessoal. A demagogia foi a característica de toda a campanha: no próprio dia das eleições e no momento em que se aprontava para votar, José Napoleón Duarte disse aos jornalistas: "Aqui existe absoluta liberdade e cada um vota no partido que quiser".

Tinha razão, em parte, porque as pessoas foram votar em partidos. Os nomes dos candidatos às 60 vagas para deputados — objetivo dos seis partidos disputantes — eram desconhecidos. Sob essa "absoluta liberdade", as diferentes entidades políticas tinham guardado em segredo a identidade de seus aspirantes a deputado, com medo de que fossem objeto de atentados por parte dos próprios grupos direitistas. A FMLN tinha dado garantias de que não se oporia às eleições usando esse procedimento e cumpriu a promessa.

O medo caracterizou essas eleições e muita gente votou por

causa disso. Os meios informativos foram postos sob controle militar assim como as ligações telefônicas e de telex, e se proibiu a posse de receptores de rádio de ondas curtas, porque serviam para "captar as emissoras rebeldes". O Comitê de Imprensa das Forças Armadas (Coprefa) monopoliza a verdade daquilo que acontece em El Salvador. Não votar poderia significar a morte. E apesar de tudo, existe um fato interessante que não foi difundido: de mais de 100 mil votos anulados, quase 70 mil tinham sido marcados com as siglas da coalizão democrática revolucionária (FMLN-FDR), que não participava das eleições.

A campanha eleitoral

Ninguém apresentou um programa de governo que tivesse o propósito de solucionar os problemas nacionais; ninguém admitiu que estes tivessem caráter estrutural.

As concentrações públicas se caracterizaram por uma presença mais de homens armados (que protegiam os dirigentes dos partidos) do que de público simpaticante. Essa realidade fez lembrar a resposta que, em abril do ano passado, a Federação de Associações de Advogados de El Salvador deu ao Conselho Central de Eleições, quando este lhe pediu que o ajudasse a elaborar um anteprojeto de Lei Eleitoral.

Ao se negar, a entidade jurídica afirmou que "(...) não existem condições necessárias para uma disputa eleitoral, a qual requer fundamentalmente um clima de tranquilidade, de confiança e de credibilidade".

O dirigente da Arena, Roberto D'Aubuisson, acusou os democrata-cristãos de "comunistas" e estes disseram que ele era "fascista, massacrador (e garantiram) que usará napalm" para exterminar a população civil se ganhar as eleições. E quando, no exterior, pôs-se em dúvida que as



D'Aubuisson (abaixo), dirigente da Arena: "usarei napalm"

eleições pudessem ser realizadas de forma "verdadeiramente livre" em El Salvador, devido ao clima existente, a Junta assegurou que as realizaria "mesmo que fosse sob balas".

Eleições sob balas

A 20 de março, a força armada concentrou mais da metade de seus efetivos em San Salvador, Santa Ana e San Miguel, as cidades mais importantes do país, onde se esperava que aparecessem mais votantes.

A presença no país de centenas de jornalistas e dezenas de observadores internacionais requeria que a montagem da farsa resultasse mais convincente. San Salvador, que foi a vitrina do re-



Não existia clima para eleições, mas estas foram realizadas

gime militar democrata-cristão para o mundo, amanheceu no dia das eleições militarmente ocupada por veículos de guerra deslocando-se pelas ruas e bairros.

Em todos os lugares do país onde o exército pôde exercer esse controle, as pessoas foram, apressadas, votar. Na capital, onde tradicionalmente são instalados uns 50 locais de votação, com uma média de 50 urnas cada um, dessa vez só foram montados 13 postos de votação com 200 urnas cada um.

Com essa manobra, os executores do projeto eleitoral conseguiram que as pessoas se aglomerassem para que as câmaras fotográficas e televisivas de todo o mundo pudessem divulgar que tinha sido uma ocorrência superior a todo cálculo previsto, tal como foi destacado imediatamente depois do evento. El Salvador, "veterano" em fraudes eleitorais durante os últimos 50 anos, conta com verdadeiros especialistas em manobras dessa natureza.

Os jornalistas e observadores viram como a tropa exercia sua vigilância nas cidades, mas não viram como ela infundia terror no campo e obrigava as pessoas a votar. Mas o que os jornalistas compreenderam com clareza foram os cartazes que misterio-

samente apareceram na frente dos hotéis onde estavam alojados, pouco antes das eleições, onde se dizia: "Vendam o país de vocês, não o nosso. Digam a verdade". A advertência era mais grave se se levasse em conta o recente assassinato de quatro jornalistas holandeses nas mãos da força armada.

A derrota de Washington

Na noite do dia das eleições, o embaixador norte-americano em El Salvador, Dean Hinton, soube dos primeiros resultados e a tendência da votação; aí, começou a se preocupar. Os números davam 40% à Democracia Cristã e 60% aos cinco partidos restantes, de inconfundíveis posições ultradireitistas.

Uns dias antes, a imprensa norte-americana tinha divulgado documentos proporcionados pelo Departamento de Estado, segundo os quais o major Roberto D'Aubuisson, dirigente do partido Arena, era o chefe indiscutível dos "esquadrões da morte" e autor intelectual do assassinato do arcebispo de San Salvador, monsenhor Oscar Arnulfo Romero.

A óbvia manobra incluiu simultaneamente declarações do ex-embaixador norte-americano em El Salvador, Robert White,

que qualificou D'Aubuisson de "assassino psicopata". Washington estava interessada em que Napoleón Duarte e o Partido Democrata Cristão fossem favorecidos pela votação. Por isso divulgou provas que tinha em seu poder há muito tempo, quando a campanha dos cinco partidos da ultradireita salvadorenha conseguia convencer as camadas médias vacilantes de que o partido que participava do governo com os militares era o culpado da crise geral em El Salvador, apresentando-a como conjuntural e não estrutural, como é na realidade.

Fracassada a tardia manobra da Casa Branca, impôs-se o trabalho dos especialistas em fraude, os generais José Guillermo García e Jaime Abdul Gutiérrez, assim como o coronel Nicolás Carranza, reais depositários do poder interno, situados nos locais apropriados para executar a derrota democrata-cristã.

Foi, de fato, uma noite de preocupações para o embaixador Hinton. Parecia inquestionável que os cinco partidos ultradireitistas, que tinham sido radicais adversários da Democracia Cristã, se uniriam num só bloco e a derrubariam do poder, o que enfraqueceria a argumentação norte-americana para continuar ajudando a "democratização" em El Salvador. Essa tendência foi confirmada pelos fatos posteriores, como a nomeação de D'Aubuisson para a presidência da Assembléia Constituinte.

A DC em crise

A Democracia Cristã está no governo ou é a primeira força opositora nos países europeus membros da Otan e aliados dos Estados Unidos, e não respaldará um regime salvadorenho em que não esteja presente sua organização homóloga. Menos ainda, dará ajuda ou reconhecimento a um regime que com certeza incrementará o banho de sangue no país.

No dia seguinte às eleições, o embaixador norte-americano tomou o café da manhã com D'Aubuisson, a quem pôde convencer que incluísse os democrata-cristãos no governo. O militar reformado anunciou, em compensação, a decisão dos cinco partidos ultradireitistas de formarem um só bloco diante do partido de Duarte.

D'Aubuisson informou horas depois, em conferência de imprensa, que a união das direitas já tinha sido aceita por Washington e esclareceu que não tinha sido produto de "pressão externa".

Durante a semana seguinte à votação, o Partido Democrata Cristão chegou até a humilhação diante dos partidos que antes tinha acusado "de muitos assassi-

atos" de civis. Implorava que não o deixassem à margem do novo governo.

Os presidentes dos Estados Unidos e da Venezuela, Ronald Reagan e Luis Herrera Campins, respectivamente, pressionaram de maneira simultânea para que a presença do partido de Duarte no governo recomposto validasse a política da Casa Branca na América Central e para que a Democracia Cristã se salvasse da humilhação.

Com tais padrinhos, talvez se possa dar forma a um governo que agrade a Washington, ao menos em aparência. Mas na realidade não se conseguirá esconder as contradições que existem entre os grupos direitistas e a Democracia Cristã.

As próximas semanas tornarão mais evidente o fato de que

o verdadeiro e absoluto ganhador dessas eleições foi o povo salvadorenho e suas organizações revolucionárias; tornarão evidente, da mesma forma, a relevância especial que, neste momento, toma a proposta do presidente mexicano José López Portillo, que respalda um acordo prévio de negociações que estabeleça o cessar-fogo em El Salvador, para, só depois de eliminado o clima de violência, chegar às eleições. ●



Alvaro Magaña

O ELEITO DE WASHINGTON

Depois de uma semana de intensas pressões norte-americanas, a Assembléia Constituinte de El Salvador designou como presidente provisório do país o banqueiro Alvaro Magaña, com os votos favoráveis do Partido Democrata Cristão e do Partido de Conciliação Nacional. Em suas primeiras declarações como presidente, Magaña declarou que "não há nada a negociar" com a oposição e que "devemos conquistar a paz" mas por outros caminhos.

Embora não tenha esclarecido quais eram esses caminhos, o contexto não deixa dúvidas: para Magaña, a paz só é possível com a vitória das forças governamentais. Uma derrota dos rebeldes salvadorenhos "reduziria o conflito a proporções menores e terminaria assim com os problemas dos direitos humanos". Em essência, trata-se portanto da mesma atitude intransigente preconizada pelo major D'Aubuisson, líder da Aliança Republicana Nacionalista (Arena).

Como Magaña não é uma figura tão conhecida como D'Aubuisson e conta, além disso, com o respaldo da Democracia Cristã, os funcionários da administração Reagan esperam convencer o Congresso norte-americano de continuar liberando fundos para financiar o exército salvadorenho,

que promete em troca "melhorias" na situação dos direitos humanos em El Salvador.

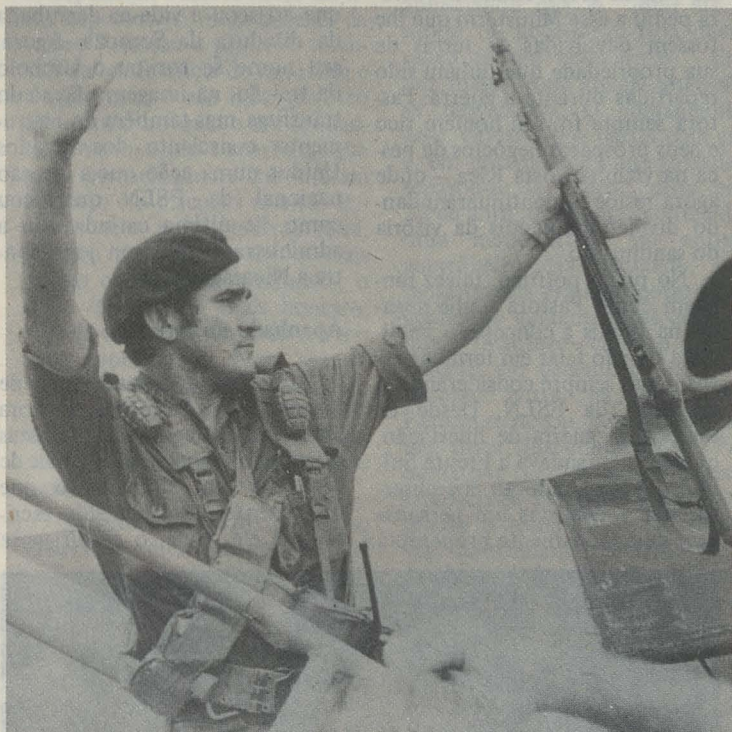
Na opinião da Rádio "Venceremos", portavoz da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), a eleição de Magaña não altera em nada o panorama político salvadorenho, já que "permanecem as mesmas estruturas". Se trataria apenas de uma "manobra para confundir a opinião mundial".

A imagem internacional do governo salvadorenho não melhorou muito com o episódio da escolha presidencial, que mostrou uma intensa mobilização norte-americana (inclusive ativas campanhas do general Vernon Walters, enviado especial do presidente Reagan) para eleger um candidato adequado à sua estratégia em El Salvador. Os esforços dos Estados Unidos em "corrigir" na Assembléia Constituinte o "erro" dos votantes que não deram maioria absoluta à Democracia Cristã, foram demasiadamente óbvios. Ninguém já pode duvidar que as resoluções importantes para o futuro salvadorenho não serão tomadas no gabinete de Magaña, mas sim em algum escritório do Pentágono ou do Departamento de Estado em Washington.

"Zero" à direita

Com claro apoio dos Estados Unidos, Edén Pastora se proclama "dissidente" da Frente Sandinista e poderá se colocar a serviço dos mesmos guardas somozistas contra os quais lutou no passado

Arqueles Morales *



O comandante "Zero" no auge: a vitória da tomada do palácio de Somoza

Uma foto percorreu o mundo em 1978: a de Edén Pastora, o comandante "Zero", chefe de uma operação sandinista que culminou com a tomada do palácio nacional da Nicarágua e a submissão de Somoza à libertação de uns sessenta prisioneiros políticos. Depois da vitória de julho de 1979, "Zero", vice-ministro do Interior, passou a ser o obje-

tivo especial dos jornalistas que um ano antes tinham contribuído para criar sua lenda para o mundo.

A 15 de abril de 1982, a foto de "Zero" tornou a percorrer o mundo. Mas dessa vez, tratava-se totalmente do contrário: Edén Pastora anunciava sua deserção do sandinismo e ameaçava "botar para fora, a tiros, do país" a Direção Nacional da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional).

Anteriormente, há dez meses, Pastora e um grupo que tinha combatido com ele na Frente Sul "Benjamin Zeledón", na fronteira com a Costa Rica, saíram da Nicarágua renunciando a seus postos e cargos numa atitude que surpreendeu o povo nicaraguense e que pareceu extemporânea num momento em que pairavam sobre o país as ameaças de incremento de agressões externas.

Num estilo rude, desprovido de maior profundidade ideológica, Pastora anunciou numa carta que abandonava o país "para cumprir com um dever internacionalista em outra nação latino-americana". As referências dadas nessa carta davam a entender que esse país poderia ser a Guatemala ou El Salvador. Ao dar publicidade à carta de Pastora, a FSLN deplorou sua decisão, instando para que ele voltasse ao país embora "respeitemos profundamente a sua vontade de se integrar a um processo de libertação em qualquer país latino-americano".

Dez meses durou a ficção de um Pastora "internado na montanha em algum lugar da América", como ele próprio tinha assinalado em outra mensagem. A 15 de abril, em San José da Costa Rica, "Zero" mudou sua posição e se colocou à direita. Numa dispendiosa conferência de imprensa realizada num hotel luxuoso, com guarda-costas armados, Pastora dedicou quase três horas a atacar o governo da Nicarágua e a Frente Sandinista, usando exatamente os mesmos argumentos que o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, seu secretário de Estado, Alexander Haig, e a embaixadora dos EUA na ONU, Jeanne Kirkpatrick, têm utilizado nos últimos meses.

Metamorfose ou carta escondida?

Algumas pessoas falam da "metamorfose" que levou Pasto-

* Nosso colaborador em Manágua (Nicarágua)

ra, um dos mais duros e agressivos oradores entre os dirigentes sandinistas, a colocar-se contra esses mesmos dirigentes e anunciar que se transformará em algo assim como o chefe da contra-revolução. Outros consideram que não se trata de uma metamorfose mas da explosão de um sentimento muito tempo incubado dentro dele: a vaidade pessoal, a prepotência e a tendência de "Zero" à publicidade combinaram-se com interesses pessoais no plano econômico e com desenfreadas ambições de poder no plano político.

Em apoio a essa segunda possibilidade, existe um discurso do comandante da Revolução e ministro do Interior, Tomás Borge, que, em fevereiro de 1981, pouco tempo antes de Pastora abandonar a Nicarágua, anunciou aquilo que, por casualidade ou conhecimento, seria mais tarde realidade. Falando da irrevogável decisão dos sandinistas que recebiam sua carteira nesse dia (entre eles, Pastora), Borge definiu as qualidades que devem caracterizar um militante, sublinhando a modéstia, a negação do "chefismo" etc. Ao finalizar, enfatizou que a carteira da FSLN

nunca poderia ser negociada. "Diga-me Irmão, Irmão Edén, por quanto venderias tua carteira de sandinista?" perguntou Borge a Pastora, que era um entre dezenas de dirigentes que se encontravam no ato.

Outra contribuição para compreender o fato, oferecida pelo comandante da Revolução e ministro de Desenvolvimento Pecuario, Jaime Wheelock, esclarece mais concretamente: depois do triunfo revolucionário, Pastora pediu a esse Ministério que lhe fossem devolvidas as terras de sua propriedade que tinham sido repartidas durante a guerra. Pastora sempre foi um homem rico e seus prósperos negócios de pesca na vizinha Costa Rica — onde agora reside — continuaram dando dividendos depois da vitória do sandinismo.

No plano político, talvez ninguém como Pastora tenha negado na práxis a concepção sandinista de não falar em termos pessoais mas sempre considerando o conjunto da FSLN. Desde os tempos da guerra de libertação, quando comandava a Frente Sul, Edén Pastora pareceu aos observadores e analistas um personagem demasiadamente propenso à

propaganda pessoal. Isso levou o falecido líder panamenho, general Omar Torrijos, a dizer certa vez com a ironia que lhe era própria, que a guerra na Nicarágua "parece às vezes quase uma luta pessoal entre Anastacio Somoza e Edén Pastora".

Como quer que fosse, corajoso em suas ações militares, audacioso e espetacular, "Zero" ocupou um lugar no coração dos nicaraguenses que o admiraram e amaram como um dos lutadores que arriscou a vida na derrubada da ditadura de Somoza. Agora, seu nome se tornou o símbolo da traição, na imagem não só do tráfugo mas também do instrumento consciente dos Estados Unidos numa ação que a direção nacional da FSLN qualificou como "a última cartada que a administração Reagan joga contra a Nicarágua".

Apanhado no jogo

Ao se iniciar a conferência de imprensa em San José, Pastora leu e fez entrega aos jornalistas estrangeiros convidados (mais de cem) de um documento que obviamente não tinha sido escrito por ele. Nele, o ex-dirigente



Os comandantes Jaime Wheelock (à esquerda) e Tomás Borge não se iludiram com "Zero"

sandinista adotava uma posição "dissidente" da FSLN e do governo da Nicarágua com argumentos políticos que o aproximavam de certos critérios manipulados por alguns setores da social-democracia latino-americana. Até aí, o plano tramado pelos Estados Unidos ia bem.

Mas tudo caiu por terra quando, depois da leitura e entrega dos documentos, os jornalistas interpelaram Pastora sobre diversos aspectos. A megalomania de "Zero" anulou a primeira intenção da conferência de imprensa e transformou o ato num grotesco espetáculo no qual o seu egocentrismo substituiu a coerência que seus patrocinadores lhe tinham imposto no discurso escrito. Batendo no peito teatralmente, Pastora reivindicou ser o mais antigo combatente sandinista, o mais querido, o mais honesto, o mais consequente, tudo em termos superlativos. Nem um só dos argumentos de Pastora contra a política dos sandinistas difere das acusações que os Estados Unidos fazem contra esse país.

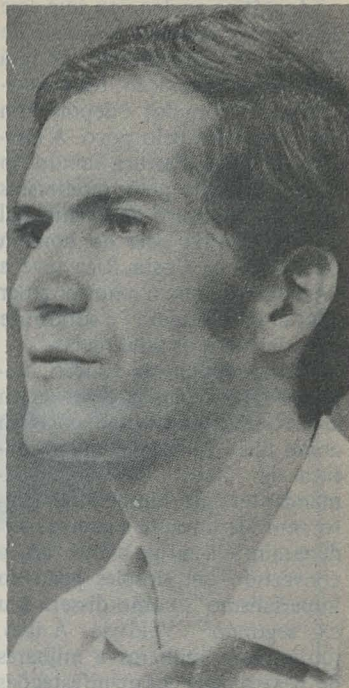
Quando, há dois meses, o chanceler nicaraguense Miguel D'Escoto e a embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Jeanne Kirkpatrick, se enfrentaram verbalmente num programa de televisão norte-americana, a diplomata utilizou exatamente — inclusive na mesma ordem — os argumentos repetidos por Pastora: na Nicarágua existe uma ditadura sandinista, os indígenas *misquitos* na costa atlântica do país são reprimidos, expropriam-se fazendas e empresas sem justificativas e restringe-se a liberdade de imprensa, há assessores militares estrangeiros em demasia, crescente armamentismo e não faltou inclusive o detalhe que tanto irritou Kirkpatrick — e agora, parece que por osmose, também a Pastora: a referência que o hino sandinista faz do "ianque inimigo da humanidade".

Em três horas, pôde-se perceber com clareza que o *show* da Costa Rica tinha sido preparado. A ação estava enquadrada na estratégia norte-americana de isolar o governo sandinista da Nicarágua.

O internacionalismo de Pastora

Quando "Zero" saiu da Nicarágua, emocionou seu povo anunciando que ia "lutar até a morte, se necessário, pela libertação de um povo irmão". Em dez meses, toda aquela intenção se desvaneceu. O comandante José Valdivia que partiu com ele e, em dezembro do ano passado, separou-se de "Zero", disse, em 22 de abril, que tinha acontecido uma metamorfose no antigo guerrilheiro. Na realidade, sua meta teórica era incorporar-se às guerrilhas guatemaltecas com as quais manteve contato. Mas, quando em dezembro lhe propuseram entrar na Guatemala, Pastora se negou. Poucos dias antes, tinha sido contactado no Panamá por funcionários do departamento de Estado e da CIA. Segundo o testemunho de Valdivia, comandante guerrilheiro e ex-"segundo" de Pastora na guerra, "Zero" viajou para os Estados Unidos a fim de se entrevistar com esses funcionários. A traição foi tramada em Washington com um "Zero" que já não pensava "em disparar meu fuzil contra a injustiça em qualquer parte do mundo" mas sim em constituir-se numa carta tática do imperialismo diante da acosada Nicarágua. Foi aí que Valdivia o abandonou.

A decomposição de Pastora foi facilmente detetada pela União Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG), que agrupa as quatro organizações guerrilheiras: "Percebemos sua falta de solidez política e sua incrível imaturidade", assinala o documento da URNG em que acusa Pastora de ter utilizado sua



José Valdivia: desmascarar Pastora

teórica vinculação com os revolucionários guatemaltecos para compor sua traição. Pouco depois, a FMLN de El Salvador emitia outro documento condenando a traição de Pastora.

A carta de Pastora foi concebida por políticos norte-americanos como opção de demonstrar uma fissura nas filas da FSLN. Não se deve esquecer que, apesar da linguagem agressiva que usava quando foi vice-ministro do Interior, os manipuladores da informação sempre o apontaram como "um dos moderados", num inútil esforço para dividir os sandinistas.

Os resultados

Talvez nas matemáticas selvagens que Reagan e Haig manipulam, a idéia de fazer passar "Zero" para a direita tivesse por objetivo multiplicar seus pontos de apoio até agora nulos na sórdida guerra que fazem contra a Nicarágua.

A prática evidenciou que esse cálculo era errôneo. A traição de Pastora, seu anúncio de que fará a guerra à Revolução, foi primeiro tomada com dor e depois com uma fria raiva pelo povo. A imagem de Edén Pastora saindo do palácio tomado pelos sandinistas ou a do guerreiro da Frente Sul foi substituída pela do homem fátuo que na Costa Rica teve a pretensão de que o amor popular para com sua figura "é suficiente para derrubar os sandinistas".

Horas depois da traição, milhares de milicianos devolveram as carteiras que os credenciavam como tais e que traziam a assinatura de "Zero". Todos os comandantes que combateram junto com ele durante a guerra condenaram seu antigo chefe "agora convertido em simples peão do imperialismo", como dissera seu ex-"segundo", Valdívia. A isso, juntaram-se milhares e milhares de pessoas que em manifestações nos bairros, povoados e cidades, gritaram palavras-de-ordem ridicularizando "o comandante mais querido de toda a Nicarágua", como ele mesmo se autodenominou.

Alheio às múltiplas experiências da história, "Zero", como disse Valdívia, "acabou acreditando que a popularidade era



Milhares de carteiras foram queimadas pelos milicianos: não queriam ter um documento com a assinatura de um ex-companheiro considerado desertor

propriedade pessoal, esquecendo-se que ela se origina do povo".

Os planos de Washington foram reduzidos por três motivos: porque na Nicarágua a repulsa a "Zero" foi unânime; porque os movimentos revolucionários da Guatemala e El Salvador fizeram o mesmo; e porque — exceção feita aos pequenos partidos da burguesia — não existe na Nicarágua nenhuma base social que Pastora (mais hábil no uso das armas do que na prática política) possa conseguir no contexto dos planos imperialistas.

Apesar disso, Pastora ainda tem uma opção: em Honduras, existem — segundo estimativas —

mais de quatro mil ex-guardas de Somoza, treinados e armados, que fazem incursões à Nicarágua causando morte e destruição. Eles carecem, em termos concretos, de um líder militar. Por mais paradoxal que isso possa parecer, talvez a intenção final de Washington (uma vez fracassada a idéia de apresentá-lo como "um sandinista moderado" e diante da sua própria burrice ao desmascarar prematuramente todo o projeto) seja fazer de "Zero" o comandante desses ex-guardas contra os quais combateu mais de uma vez. O projeto parece discutível, mas fora ele, Pastora não tem outra alternativa. ●



□ Dora María Téllez, a comandante "Dois" e secretária política da Frente Sandinista em Manágua, também condenou com veemência as declarações de Edén Pastora. Conhecida como "Dois" desde que coadjuvou Pastora, o comandante "Zero", na tomada do palácio do governo em 1978, Dora María afirmou ser a atitude manifestada por Pastora na Costa Rica "um ato de mera traição".

Com relação à saída de Edén Pastora da Nicarágua anunciando que "ia combater em outros países", a comandante Téllez disse: "Onde é que Edén praticou seu anunciado internacionalismo, enquanto nosso povo brigava com o imperialismo? Onde andou todos esses meses em que nosso povo tem sido agredido e em que os somozistas assassinaram mais de uma centena de nossos combatentes?"

NOVO
ITINERÁRIO
DA
aeronica



México

San Salvador

Manágua

San José

Panamá



A única
que lhe permite
33 quilos
de bagagem

N
aeronica

PRESTATIVA, ALEGRE E ECONÔMICA

Dias difíceis para Gukuni Ueddei

A guerra civil no Chade reacendeu-se, antes da retirada dos últimos soldados líbios. Pressionado pelo "comitê permanente" da OUA a negociar com as forças rebeldes de Habré, o presidente Gukuni Ueddei dispõe de um reduzido campo de manobra

Carlos Pinto Santos

A situação político-militar no Chade, país assolado por 17 anos de guerra civil, caiu num novo impasse.

No plano estritamente militar, a contra-ofensiva desencadeada em março pelas forças chefiadas por Gukuni Ueddei não tem conseguido desalojar as FAN (Forças Armadas do Norte) de Hissène Habré das posições conquistadas entre novembro e fevereiro último, em sequência à retirada das tropas líbias, as quais, em dezembro de 1980, tinham permitido ao legítimo governo chadiano rechaçar os destacamentos do antigo ministro da Defesa de N'Djamena até a fronteira sudanesa (ver cadernos do terceiro mundo nº 32 de março/abril de 81, pág. 68).

Politicamente, mantém-se a diferença entre o Gunt (Governo de União Nacional de Transição) e o chamado "comitê permanente" da OUA para o Chade (constituído segundo critérios mais do que duvidosos entre governos eufemisticamente denominados de "moderados") nascido na reunião de Nairobi no mês de fevereiro, pela ação conjunta do presidente em exercício da OUA, o queniano Arap Moi e o secretário-geral da organização Edem Kodjo.



Gukuni Ueddei

Essa divergência assenta basicamente na interpretação do papel confiado à FIA (Força Interafricana) estacionada no Chade e composta por contingentes oriundos de países cujos regimes nunca ocultaram, no passado recente, a sua simpatia ou manifesto apoio a Hissène Habré: Zaire, Senegal e Nigéria.

Segundo o acordo assinado numa anterior reunião, também realizada em Nairobi (28 de novembro) por Gukuni Ueddei, Arap Moi e Edem Kodjo, a FIA garantiria a defesa e a segurança do país enquanto durasse a integração dos diversos grupos guerrilheiros no exército nacional em criação, sendo reconhecida a "legitimidade" do Gunt. No encontro de fevereiro aquele acordo

transforma-se numa imposição que foi denunciado como "ultimato" pelo governo de N'Djamena, mas que o "comitê permanente" considera ser a única forma de resolver o conflito chadiano. Assim, a permanência da FIA ficou condicionada à aceitação do cessar-fogo pelas "partes em litígio", entabulação de "negociações sobre a reconciliação nacional, sob a égide do comitê permanente", elaboração de uma constituição provisória e realização de eleições legislativas e presidenciais. Finalmente, o fim do mandato da FIA e a sua consequente retirada total do Chade foi fixado para 3 de junho próximo.

Como é óbvio, o "calendário" que escalonava todas as fases da resolução não tem sido minimamente cumprido, até porque esta foi rejeitada e considerada nula e sem valor pelo Gunt imediatamente após a reunião de Nairóbi. Aliás, a própria situação no local não permitiria que se realizassem eleições em tão curto espaço de tempo num país dilacerado pela guerra civil.

A retirada dos soldados líbios

A grave crise em que o Chade está de novo mergulhado iniciou-

se em 29 de outubro de 1981 com o inesperado pedido de Gukuni Ueddei dirigido ao governo de Trípoli para que este procedesse com urgência à retirada total das suas tropas que, de forma decisiva, tinham contribuído para a derrota das FAN.

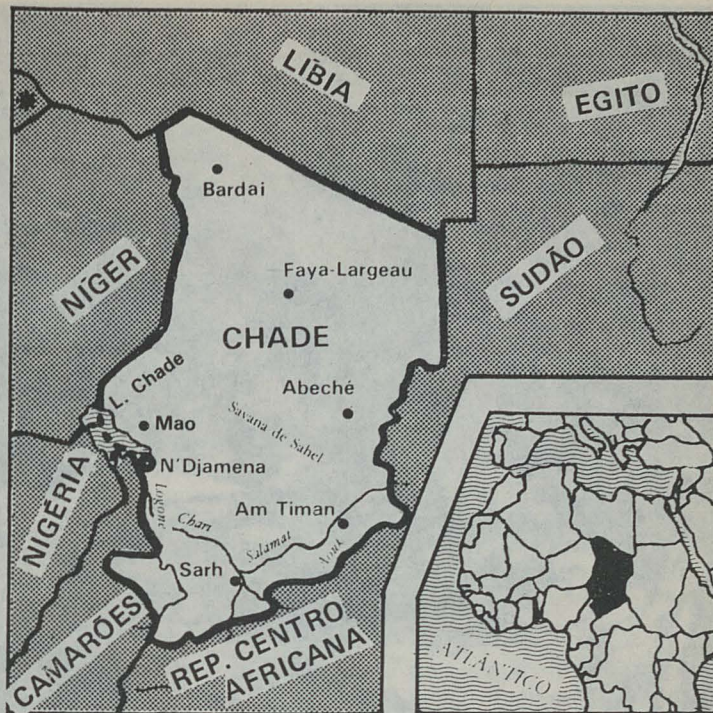
O máximo que o presidente do Gunt adiantou até hoje como explicação da sua súbita decisão foram as referências a “pressões de toda espécie exercidas tanto sobre nós como sobre os nossos irmãos líbios” proferidas durante uma conferência de imprensa em 16 de fevereiro.

Apesar de ter sido detetado um certo melindre pela brusca “despedida” do seu contingente, Trípoli não fez qualquer comentário acerca dessas pressões, motivo pelo qual as razões da decisão de Gukuni Ueddei terão de ser procuradas em outro lado.

Elas partem provavelmente do pedido formulado em Cancun, com caráter de “urgente”, pelo presidente francês François Mitterrand a Arap Moi para que a OUA colocasse rapidamente no Chade a Força Interafricana — medida prevista na reunião de Nairobi em junho de 1981 —, pedido a que o presidente em exercício da Organização de Unidade Africana prontamente anuiu.

Gukuni Ueddei teria assim superestimado dois fatores: a capacidade e a vontade de ajuda do novo governo socialista francês (o “certo apoio logístico” que Paris prometeu em outubro ao Gunt foi três meses depois suspenso quando a situação militar se agravou) e as reais intenções e rapidez de resposta da OUA para substituir as tropas líbias no seu país.

Estas últimas — avaliadas em cerca de dez mil homens — começaram a abandonar o Chade a 3 de novembro, surpreendendo muitas delegações que em Paris iniciavam nesse dia a reunião de cúpula franco-africana e que nunca tinham deixado de acusar



O Chade, com uma extensão de 1.284.000km² e uma população de mais de quatro milhões de habitantes (1979), é um país desértico ao norte, recoberto por uma savana (sahel) na região central e por vegetação tropical ao sul. O atual regime é dirigido pelo Governo Transitório de União Nacional (Gunt), encabeçado pelo primeiro-ministro Gukuni Ueddei — chefe das Forças Armadas Populares (FAP), principal ramo da Frolinat (Frente de Libertação Nacional do Chade)

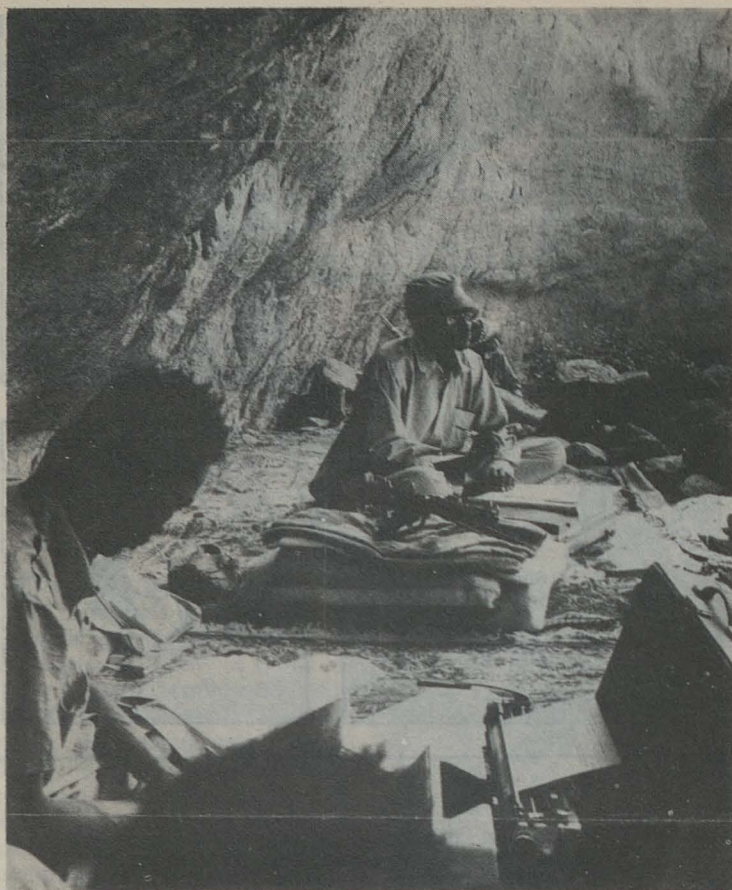
Khadafi de propósitos “anexionistas”.

De súbito, um vazio

Dez dias depois, os últimos soldados líbios cruzam-se no aeroporto de N'Djamena com os primeiros pára-quedistas zaienses. Cria-se a partir daí um vazio, com pesadas consequências em muito breve lapso, que o ministro dos Negócios Estrangeiros do Gunt, Acyl Ahamat, (entretanto acusado de um pseudo-golpe de Estado pró-líbio) receara,

levando-o a manifestar publicamente o seu desacordo pela decisão de Gukuni Ueddei. Considerara o líder do Conselho Democrático Revolucionário (CDR) que não estavam reunidas as condições para a partida das tropas líbias pois “o Chade não obteve em contrapartida as garantias necessárias para manter a segurança em todo o país”.

De fato, ainda a ponte aérea do repatriamento do contingente líbio não tinha terminado, quando começaram a cair, diante do avanço das colunas de Hissène



Num acampamento, Hissène Habré e seu estado-maior

Habré, as primeiras povoações no leste do país. A progressão das FAN fez-se de uma forma extremamente rápida e quase regular nas frentes leste, centro e norte, sem que o Exército Nacional do Chade (algumas centenas de homens mal equipados de diversas tendências político-militares) conseguisse opor resistência minimamente eficaz. A 19 de novembro, Habré toma Abeché e em seguida a praça estratégica de Oum-Hadjer que abre o caminho para Ati e N'Djamena. No princípio de janeiro, as FAN estão a 10km de Ati (defendida pelos combatentes de Acyl Ahamat) e a 400km da capital.

Enquanto isto, a FIA procedeu lentamente à sua instalação, montando um círculo de defesa

em torno de N'Djamena. Quando o dispositivo ficar finalmente implantado, Hissène Habré disporá de posições fortes fixadas no terreno.

Surgem então as divergências quanto à função dos destacamentos da OUA. Para os comandantes zairenses, senegaleses e nigerianos a sua missão consiste apenas em se colocarem entre as forças adversárias, mas não efetuando qualquer ação para desalojarem as FAN. Por seu turno, o Gunt considera que o texto dos acordos de Nairobi reconhece a legitimidade do seu poder e dá à FIA a função de assegurar a defesa e a segurança do país, o que na situação presente implicaria expulsar as forças dissidentes das posições conquistadas.

Um mês depois da evacuação dos soldados líbios, Gukuni Ueddei fala já do fracasso da Força Interafricana e declara que "se a OUA persistir na sua interpretação, pedir-se-á a retirada pura e simples da sua força" ao mesmo tempo que refere a eventualidade do seu governo recorrer a forças militares extra-africanas.

Impor Habré

Tudo se conjuga afinal para se concluir ter sido montado pelos governos que mais manobraram para a retirada líbia, um cenário favorável à reaparição de Habré nas negociações de forma a que sua participação seja considerada imprescindível para a paz vigorar no Chade. E nesta conspiração, a presença em território chadiano do contingente zairense (subvencionado pelos Estados Unidos) surge como peça importante neste complicado *imbroglio*: através de um apoio mal disfarçado a Hissène Habré, estaria aberto o caminho para a penetração dos interesses estratégicos de Washington num país que tem extensa fronteira com a Jamahíria Líbia.

Após o ultimato do "comité permanente" proferido em fevereiro na capital queniana, Gukuni Ueddei, consciente da conspiração urdida contra o seu governo, desenvolve uma dupla campanha nos campos diplomático e militar que tem obtido até agora magros resultados¹.

1) E neste contexto que a opinião de Khadafi expressa em novembro, na cidade de Shaba, por ocasião do desfile das tropas que haviam combatido no Chade, assume agora maior relevo. Segundo o líder líbio, tanto o governo chadiano como François Mitterrand teriam caído numa armadilha tecida em Paris, Washington e nos meios reacionários africanos, ao solicitarem a retirada das forças de Trípoli após o qual "as forças da rebelião passaram a ocupar as posições que anteriormente haviam sido libertadas pelas armas líbias".

O presidente do Gunt e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros têm reafirmado em todas as ocasiões a disposição de nunca negociarem com Hissène Habré, que consideram um criminoso de guerra publicamente condenado à morte. No entanto, as mais recentes declarações de Abdelkader Kamugué, vice-presidente do Gunt e líder de uma das tendências político-militares mais fortes e bem equipadas, as FAT (Forças Armadas Chadianas), demonstram haver divergências no seio de governo de N'Djamena quando este afirma a necessidade do Gunt proclamar o cessar-fogo, elaborar uma constituição e realizar eleições livres. Isto é, Kamugué — que se recusa a envolver os seus soldados no combate às FAN — mostra-se disposto a aceitar as resoluções de Nairobi, fazendo pairar uma ameaça de cisão da região sul, onde as FAT sempre têm estado bem implantadas.

Aguentar até Trípoli

O campo de manobra de Gukuni Ueddei está extremamente limitado. Com o inimigo em vantagem no terreno, um governo que está longe de ser homogêneo, apoios internacionais reduzidos, enorme escassez de recursos financeiros e um exército disperso, mal equipado e que demonstra pouca propensão para o combate, o presidente do Gunt vê-se obrigado a colocar em surdina as críticas à ação da Força Interafricana e dos organismos dirigentes da OUA. No fim das contas, a FIA ainda é uma barreira física ao avanço de Hissène Habré para a capital, o qual não pode entrar em confronto com os "capacetes azuis" da Organização da Unidade Africana e que tem interesse em surgir como respeitador do cessar-fogo.

Por outro lado, é de se afastar totalmente a eventualidade de o Gunt recorrer à ajuda de tropas estrangeiras.



Daniel Arap Moi (acima) e Edem Kodjo (à esquerda) da OUA



Quando Gukuni Ueddei se referiu a forças extra-africanas pensava, muito provavelmente, no exército francês, hipótese irreal pois ninguém acredita que Mitterrand esteja disposto a enviar tropas para a fogueira chadiana.

Não se vê no continente nenhum país com possibilidade ou vontade de vir em socorro do Gunt.

É também de excluir uma nova intervenção líbia, não só pela deselegante "despedida" de outubro de um exército que dei-

xou em terras chadianas mais de 300 mortos (número anunciado pelo próprio Khadafi) como também pela proximidade da 18ª Reunião de Cúpula da OUA a se realizar este ano na capital líbia e que tem sido objeto de variadas tentativas de boicote. O reenvio de soldados líbios para o Chade nesta altura seria o melhor presente que os adversários da Líbia poderiam receber para conseguirem o fracasso da reunião de Trípoli.

A situação do Gunt e de Gukuni Ueddei é difícilíssima: por um lado, tem a passividade manifestada pela FIA; por outro, a ameaça da sua retirada em 30 de junho, o que faria desaparecer a tênue, mas de qualquer forma existente, barreira ao avanço das FAN.

As tropas do Gunt têm de ganhar tempo, mesmo que seja até a realização da reunião de cúpula de Trípoli em agosto próximo, isto é, aguentar e conquistar, se possível, posições de Hissène Habré até que o novo presidente em exercício da Organização da Unidade Africana se chame Muammar Al Khadafi.

Intensificar a cooperação com os países africanos

Uma análise das relações de Portugal com as suas ex-colônias africanas e do futuro da cooperação mútua

Baptista da Silva

O presidente português, António Ramalho Eanes, traça para os leitores de cadernos do terceiro mundo um quadro das relações de Portugal com os países africanos, expressa "absoluta reprovção" diante dos ataques sul-africanos ao território angolano e aborda, ainda, as questões da Namíbia e do Timor-Leste:

Vossa Excelência esteve, recentemente, na República Popular de Moçambique, na Zâmbia e na Tanzânia, numa visita considerada histórica pelos próprios dirigentes desses três países. Gostáramos que nos fizesse um balanço dessa visita.

— Os resultados obtidos foram positivos e constituem mesmo um passo de grande importância para superar algumas incompreensões do passado. Mas considero muito mais importante a realidade política dinâmica que foi possível construir e que se baseia no melhor conhecimento mútuo, na compreensão das nossas respectivas posições e na determinação das áreas de cooperação que, por serem mutuamente vantajosas, nos fornecem uma estrutura sólida para o futuro. Este é o balanço político que considero mais importante e, também, mais realista. Essa é a base que nos pode permitir equacionar os problemas de ordem técnica e material, designadamente os de tipo organizativo e financeiro, de modo a podermos desbloquear uma relação efetiva de cooperação com essas vastas áreas da África.

Sete anos após a descolonização, qual o quadro que nos pode traçar das relações de Portugal com as suas ex-colônias, hoje países soberanos da África?

— Em termos de presente, são relações normais entre países amigos, que se conhecem bem nas suas virtudes e nos seus defeitos. Mas se levarmos em conta que há sete anos estávamos terminando uma guerra — numa relação fortemente traumatizada, de parte a parte — teremos de concluir que a evolução verificada deve ser conside-

rada, à luz do que é normal nas relações internacionais, como realmente excepcional.

A que se deve o fato de privilegiar, nesses seus contatos africanos, os países da África Austral?

— Não há um privilégio especial à área da África Austral pois, como sabe, são boas as nossas relações com países africanos de outras zonas. No entanto, é compreensível que o nosso conhecimento da problemática da África Austral justifique que procuremos modestamente contribuir para a solução pacífica dos problemas que aí subsistem, aliás numa relação de colaboração que é comum a muitos outros países ocidentais.

Que comentários merecem os sucessivos ataques, e a ocupação, de que tem sido alvo o sul da República Popular de Angola pelas tropas sul-africanas?

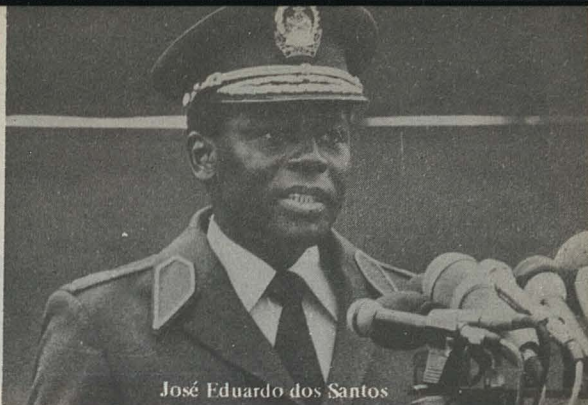
— É óbvio que só pode merecer um comentário de reprovção absoluta, não só porque seria sempre essa a nossa posição em termos de relações entre Estados soberanos e no quadro de fronteiras que têm de ser respeitadas, mas também porque esse modo de fazer política externa nunca poderá conduzir à solução efetiva dos problemas e para a estabilidade das regiões.

Em consequência da sua visita a Moçambique, o presidente Samora Machel considerou Portugal o "interlocutor privilegiado" da África Austral no Ocidente. Sendo membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e mantendo tradicionais relações de amizade com os países ocidentais que integram o "Grupo de Contato" para a Namíbia, pensa Vossa Excelência que Portugal poderá desempenhar um papel de mediador com vistas a que seja encontrada uma solução justa e pacífica para esse conflito?

— Portugal não está vocacionado nem tem meios para poder exercer uma função de media-

dor. Não o fará, portanto, também neste caso. O que Portugal pode e deve fazer é contribuir para a melhor compreensão internacional dos condicionais dessa área de tensão, estando (por força da posição que tem sobre este assunto) disposto a colaborar num esforço conjunto que leve à concretização de uma solução justa e pacífica.

O encontro de junho de 78, na capital guineense, entre Vossa Excelência e o então presidente da República Popular de Angola, dr. Agostinho Neto, do qual resultou o chamado "espírito de



José Eduardo dos Santos

EANES EM ANGOLA: UM BALANÇO ALTAMENTE POSITIVO

□ As autoridades angolanas qualificaram a visita do presidente Ramalho Eanes a Angola, ocorrida entre 14 e 19 de abril, como "superior a todos os cálculos previstos". O balanço das conversações bilaterais permite prever um fortalecimento entre as relações de ambos os países.

A visita do presidente português foi a primeira que Angola recebeu de um chefe de Estado ocidental desde sua independência. Do ponto de vista político, um dos resultados mais significativos foi o respaldo português ao governo de Luanda em sua luta contra o regime sul-africano e contra o grupo contra-revolucionário Unita, que continua combatendo na região meridional do território angolano, com apoio logístico e material de Pretória. Eanes visitou as províncias do sul do país, particularmente Huila, a mais castigada pelos ataques sul-africanos. O mandatário português esteve em Lubango, capital da província, e se deslocou com o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, até a serra de Leba — localizada a 50 quilômetros daquela cidade — e até a linha férrea de Moçâmedes, um dos alvos principais das ações de sabotagem sul-africanas.

O presidente Eanes invocou em Luanda o "espírito de Bissau", fazendo alusão a seu encontro, em junho de 1978, na Guiné-Bissau, com o falecido presidente Agostinho Neto. "Junto aos homens e mulheres que continuam sua obra, devo render aqui a minha homenagem ao lutador, ao político, ao homem de letras Agostinho Neto, que continuará a ser um exemplo para toda a África moderna, porque soube acreditar na amizade que se estabeleceu naturalmente entre nós, porque soube manter o sentido da soberania nacional com indiscutível coragem", afirmou Eanes.

Com referência aos ataques contra o sul de Angola, Eanes declarou: "Como país europeu,

como membro responsável da Aliança Atlântica, Portugal não pode deixar de condenar com veemência essas agressões militares. A posição de Portugal — assinalou — é de apoio à República Popular de Angola, de compreensão diante das dificuldades por que ela atravessa, de total solidariedade às autoridades angolanas no repúdio às agressões armadas das quais o país é vítima".

Por seu lado, o presidente angolano destacou que a posição solidária de Portugal e a visita do presidente Eanes a Angola eram uma "expressão de maturidade e independência" nas relações entre ambos os países. Contudo, José Eduardo dos Santos não deixou de assinalar que "há certa ambigüidade" nessas relações, devido a importantes setores da sociedade portuguesa que "ainda não cortaram o cordão umbilical que os ligava à prática do colonialismo".

O coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução de Portugal e figura destacada do Movimento de 25 de Abril, acompanhou o presidente Eanes em sua viagem a Angola e declarou à imprensa que a visita "constituiu um êxito total da diplomacia portuguesa e, em particular, do presidente Eanes".

No terreno econômico, foram assinados entre os dois países diversos acordos de cooperação financeira, de indústria e comércio, de transportes e energia, de turismo e hotelaria e de educação.

O ministro português da Indústria e Energia, Baião Horta, considerou que os problemas existentes no terreno da cooperação financeira foram "superados". Horta foi o único membro do gabinete que acompanhou a comitiva oficial, da qual participaram vinte e cinco industriais portugueses.

Angola é o quarto maior cliente de Portugal, (depois da Grã-Bretanha, França e Alemanha Federal) porém este só comprava de Angola 0,1% de suas importações. Para compensar o desequilíbrio, Portugal pretende adquirir em Angola não só café — o principal item das importações portuguesas até o momento — mas também mármore e petróleo.



Eanes com Samora Machel: relações positivas

Bissau”, foi interpretado como um ponto final no contencioso entre os dois países e uma “porta aberta” para uma ampla cooperação, que Vossa Excelência qualificou de “possível, necessária e conveniente”. Três anos mais tarde, considera que esse “espírito de Bissau” acabou por ter uma tradução nos fatos equivalente às esperanças suscitadas?

— Como “porta aberta” no campo político, não tenho qualquer dúvida em considerar que se deram os passos necessários que estavam implícitos no “espírito de Bissau”. É essa foi a responsabilidade maior que se assumiu nessa longa troca de pontos de vista realizada já há quatro anos. Mas não se fez tudo o que se poderia fazer no campo da cooperação econômica, técnica e cultural, essencialmente porque a falta de meios financeiros e de organizações vocacionadas para esse fim constituíram obstáculos poderosos. Apesar de tudo, é sintomático que tenham sido as iniciativas privadas nacionais quem mais rapidamente souberam entender a oportunidade constituída pelo nosso melhor entendimento político, assim conseguindo contornar obstáculos que não estavam sendo removidos com suficiente rapidez.

CONVÊNIO MILITAR PORTUGAL-MOÇAMBIQUE

Sete altos chefes militares portugueses assinaram em Maputo um convênio de cooperação militar entre Portugal e Moçambique. É a primeira vez que esse país africano estabelece relações de colaboração militar com um país ocidental desde a sua independência, em junho de 1975.

A delegação portuguesa, encabeçada pelo general Sousa Meneses, foi recebida durante a sua visita de cinco dias pelos ministros da Defesa e da Segurança moçambicanos, respectivamente, Alberto Chipande e Jacinto Veloso. Depois, foram recebidos pelo presidente Samora Machel num

Após esse encontro, manteve mais algum contato com o falecido presidente Neto?

— Não, não tornei a me encontrar com o presidente Neto. Mas isso não impediu que mantivéssemos contatos regulares por outras vias, como normalmente acontece.

Em consequência do 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau, movimento que levou à destituição do então presidente Luis Cabral, as relações entre a República de Cabo Verde e a República da Guiné-Bissau têm-se pautado por uma certa animosidade. Dadas as boas relações que Portugal mantém com os dois países poderá vir a desempenhar um papel importante no esforço de aproximação entre os governos da Praia e de Bissau?

— Portugal não interfere, nem interferirá, nas relações que se estabelecem entre países soberanos.

Após a sua recente visita à República Popular de Moçambique a imprensa portuguesa começou a falar cada vez com mais insistência na possibilidade de virem a ser implementados, em alguns países africanos, projetos de desenvolvimento que contariam com o apoio técnico e financeiro de Portugal e da França. Pouco tempo depois do aparecimento desses rumores, o presidente francês, François Mitterrand, visitava Lisboa. O que há de concreto sobre o assunto? Crê, por outro lado, que esse tipo de cooperação entre nações industrializadas e do Terceiro Mundo poderá contribuir para um novo e melhor relacionamento entre o Norte e o Sul?

— Penso que a parte importante da sua pergunta é a última, isto é, a necessidade imperativa que a Europa tem de estabelecer formas de intensa cooperação econômica com os países africanos. A partir do reconhecimento dessa necessidade, que se tornou clara na passagem da década de

encontro que a agência portuguesa Anop qualificou de “caloroso”.

O convênio assinado entre os dois países começou a ser negociado em novembro passado, por motivo da visita realizada a Moçambique pelo presidente português Antônio Ramalho Eanes, e prosseguiu em março deste ano, quando o ministro Veloso visitou Lisboa.

É grande a importância desse convênio militar, que implicará apoio logístico das forças armadas portuguesas às moçambicanas, além de assistência na preparação de treinadores de comandos. Do ponto de vista político, o convênio abre importantes perspectivas, já que atualmente Moçambique só mantém acordos de assistência militar com a União Soviética e a Alemanha Oriental.

70 para a década de 80, há variadas oportunidades de cooperação entre diversos países europeus e os países africanos, numa relação que se torna naturalmente mais estreita em função dos conhecimentos respectivos que cada país tem nas diferentes zonas.

A questão de Timor-Leste – na qual Portugal tem grandes responsabilidades – continua a ser tema obrigatório na arena internacional, nomeadamente na ONU. Que iniciativas pensa poderiam vir a ser tomadas por Portugal em relação ao problema? Não acha que, mantendo-se a atual situação de impasse, o reconhecimento pelas instâncias internacionais da anexação de fato de Timor-Leste pela Indonésia, é de se prever e temer?

– O impasse em que se caiu obriga a proceder a um reexame exaustivo da situação. Para isso se

compilam e analisam criticamente todos os elementos disponíveis e se procuram outros necessários ou convenientes para a correta caracterização da situação. Caracterizada esta, teremos de proceder à definição do quadro de possibilidades oferecidas. Uma vez construído este quadro de possibilidades, serão estudadas as modalidades de ação que apresentem maior viabilidade, particularmente em termos de existência dos instrumentos necessários para a sua realização.

Será este o conjunto de elementos de apreciação que será apresentado ao Conselho da Revolução para aprovação genérica e, depois, discutido com o governo, sendo então apresentado também aos partidos que não fazem parte do governo. Será sobre os resultados de todas essas fases que, por fim, se fundamentará a escolha final das modalidades de ação.

Assine

BARRICADA
INTERNACIONAL



Assinatura semestral:	
América Central	US\$ 4.80
EUA, América do Sul, Caribe e México	US\$ 6.00
Nicarágua	C\$ 36.00
Europa e Canadá	US\$ 9.60
Outros países	US\$ 12.00

Órgão de difusão para o exterior da Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Vale Postal

Cheque nº _____ em nome do Diário Barricada

Endereço: **BARRICADA Internacional**
Apdo. No. 576 Manágua
Nicarágua
Telex: 1705 BARR Telf: 748-85

Resistir é um direito sagrado

Monsenhor Hilarion Capucci, arcebispo de Jerusalém, analisa a situação do povo palestino e faz um apelo para se pôr fim à guerra

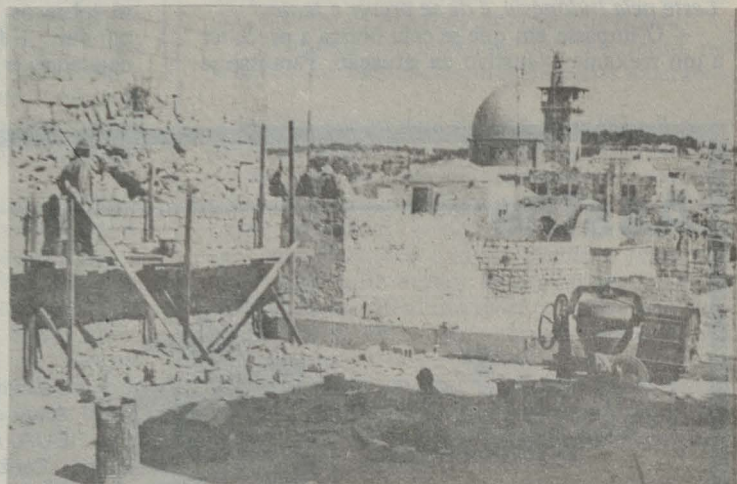
Alberto Mariani

“A religião certa — dizia Jean-Jacques Rousseau — consiste muito menos naquilo que acreditamos do que naquilo que fazemos.”

Monsenhor Hilarion Capucci, esse homem de princípios, esse cristão de costumes e crenças de outrora, esse padre convicto de sua missão entre os homens, esse arcebispo de “campo” mais do que nunca engajado em defender seu “rebanho”, não parece mesmo desmentir Rousseau...

Muito ao contrário, sua existência, sua ação cotidiana e sua vida pastoral correspondem muito mais à noção árabe do “Diin el-muhawala” (a religião da vida prática) do que à concepção dogmática, exclusivista e restritiva da vida religiosa encarnada pela igreja de Roma. “Não é fundamental — declarou-nos ele — que eu seja judeu, cristão ou muçulmano... Não é o ‘rótulo’ que conta... É mais aquilo que eu faço, como eu vivo, como personifico minha religião e a crença da minha vida; isso é que é importante!”

E o que ele faz, como ele vive e encarnou sua religião e a crença de sua vida, todos nós sabemos. Com efeito, mesmo se ele recusa, a priori, ser misturado à política que ele considera um campo sem moral e sem princípios e se declara “hostil a toda forma de violência”, esse fogaoso arcebispo de Jerusalém não é um prelado como os outros. Suas opções e seu engajamento polí-



Jerusalém, cujo arcebispo se acha exilado em Roma

tico favoráveis à causa palestina, que lhe custaram muitos anos de prisão e o atual exílio em Roma, não são segredo para ninguém.

“Terrorista” e “amigo dos terroristas” segundo uns, ou “patriota” e “mártir” para outros, ele continua, custe o que custar, desde 1948, a preencher aquilo que ele chama de sua missão primordial: ajudar seu povo a recuperar a dignidade humana e a liberdade política.

Quando perguntamos o porquê da sua escolha, do seu engajamento a favor da causa palestina, ele responde que “não é uma escolha”. Foi para ele uma “tomada de consciência”. Ele se diz um homem da Igreja, e rejeita a idéia de que seria um político: “Se me ocupo do problema pa-

lestino é porque vejo o lado humanitário dessa questão”, assinala.

E mais, compara essa sua opção à de um pai de família. Caso um filho caía doente, argumenta, é “absolutamente natural que o pai tente salvá-lo. Para mim, foi a mesma coisa”, afirma.

“No dia da minha consagração — lembra — deram-me o mesmo anel que o homem recebe no dia do seu casamento. A igreja é a esposa de Cristo e a diocese torna-se a esposa do bispo. Portanto, não importa qual a pessoa que se torna seu filho”.

Ele se refere então à atitude que adotou na crise dos reféns norte-americanos em Teerã: “Você lembra o que eu fiz?”, me pergunta. “Os norte-americanos



eram e são, na prática, nossos inimigos. São eles que ajudam o Estado de Israel. Pois bem, apesar disso, eu os ajudei. Para mim, o homem que sofre deve ser ajudado, pois a sua identidade é o sofrimento. O sofrimento é uma identidade internacional. O que eu fiz pelos norte-americanos sofredores com muito mais razão devo fazer pelo meu filho palestino”.

Contra a guerra e a violência

Monsenhor Capucci não se importa com a acusação dos israelenses de que ele seria um terrorista. E contesta com um refrão árabe: “Quando teu adversário é, ele próprio, o teu juiz, o que podes esperar? É o meu caso”, afirma.

Quanto às soluções para o problema palestino, ele afirma excluir pessoalmente duas possibilidades: “Primeiro, excluo a guerra, pois ela nunca resolve a questão. Ao contrário, a guerra significa que não se encontrou uma solução e o problema está em suspenso...” Mas também exclui a violência. Diz ele porquê: “A violência leva à violência, e eu que sou uma vítima da violência, não posso aprová-la”.

E então? “Talvez a solução esteja pelo lado do Direito Internacional”, afirma. “A Convenção de Genebra, as resoluções das Nações Unidas, elas podem



Monsenhor Capucci na sua chegada ao exílio (acima à esquerda).
Ele exclui a guerra como solução para o problema palestino:
“Ela significa, ao contrário, que não foi encontrada a solução...”

procurar uma solução”. E comenta, como uma reflexão em voz alta: “Afinal, o que é que os palestinos querem hoje? Primeiro, eles exigem serem considerados um povo e não refugiados. Depois, serem tratados como Homens, com H maiúsculo. Ora, para ser um homem com H maiúsculo, é necessário gozar de dois elementos que são condição *sine qua non* da sua própria vida:

dignidade e liberdade”. E completa: “Isso é pedir demais?”

Campo David legaliza a ilegalidade

E então, por que não aceitar a autonomia administrativa da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, proposta nos Acordos de Campo David?

“Porque a autonomia é a legalização daquilo que é ilegal. É uma consagração da usurpação. Qual é a bandeira que continua defraldada nesse território? É a bandeira israelense. E a dominação política continua sendo israelense. Isso significa que os palestinos continuam estrangeiros em seu próprio país”.

Quanto à alegação israelense de que os palestinos exigem um Estado para poderem depois tirar os judeus do poder, monsenhor Capucci assinala: “Isso é falso. Antes da guerra de 1967, se você perguntasse a um judeu qual era o problema com os árabes, ele poderia ter respondido que os árabes recusavam-se a aceitá-lo; que queriam jogá-lo no mar. E ele ainda poderia ter acrescentado ‘aspiro ocupar esse território que ocupei, e no qual erigi a minha pátria’. Mas, hoje, as coisas são diferentes. Depois da reunião de cúpula de Bagdá, de 1979, quais são as reivindicações do mundo árabe? Exige-se

a criação de um Estado palestino, mas não a partir da destruição do Estado de Israel; não às custas de jogar os israelenses ao mar. O que se reivindica para fazer parte desse Estado palestino são os territórios ocupados ilegalmente por Israel na guerra de 1967, inclusive o distrito de Gaza. Ninguém mais no mundo árabe fala em jogar os judeus ao mar, ou mesmo na volta às fronteiras anteriores a 1948!”

Então os árabes teriam reconhecido o Estado de Israel?, indagamos.

Capucci responde assim: “Os latinos dizem: *Nemo dat quod non habet* (Não se pode dar aquilo que não se tem). Se você me pedisse mil dólares, eu diria que como não tenho, não posso dá-los. Não podemos falar de reconhecimento do Estado de Israel enquanto Israel não reconhece a OLP. E, como você sabe, para Israel a OLP não existe”.

Mas, em relação ao direito a existir do Estado de Israel, os is-

raelenses dizem a mesma coisa a respeito da atitude dos árabes... lhe colocamos.

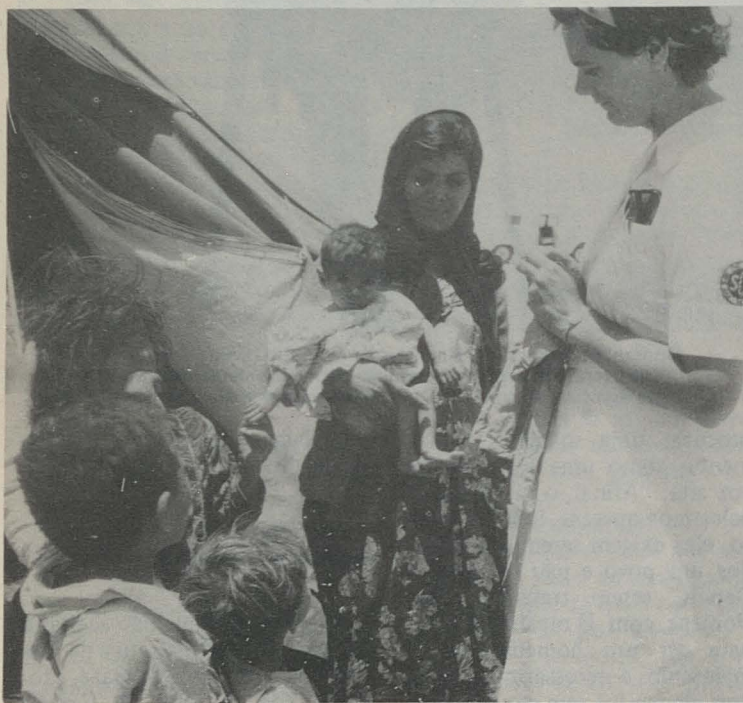
— Não, Israel existe. Ele está aí. É uma situação *de facto*. É Israel que afirma que a OLP não existe. Se ela não existe, como quer que ela reconheça alguma coisa? Golda Meir em 1969 disse: “Quem são os palestinos? Os palestinos não existem”. Ora, se os palestinos não existem, se a OLP não existe, quem vai reconhecer o quê? Eles devem antes “ser”. *Cogito ergo sum*. (Penso, logo existo). Primeiro, a OLP deve existir para reconhecer...

Direito de resistência

Perguntamos a Capucci se ele, hostil a toda forma de violência, aprovava as ações militares que a OLP dirige contra Israel. A resposta foi precisa: “Não confundir violência com resistência. Eu sou contra a violência, condeno a violência, mas a resistência de um povo diante do invasor é outra coisa: é um direito sagrado! A França, com De Gaulle, resistiu. Garibaldi é resistência... Washington é resistência, autodefesa... Quando alguém quer atentar contra a sua existência, você tem a obrigação de se defender. Os palestinos também.”

Sobre ações terroristas foi taxativo: “Elas não existem mais. Tudo isso terminou. São os israelenses que continuam a nos acusar disso”, afirmou. E lembrou que o último Conselho Nacional Palestino pôs fim a esse tipo de ação. Capucci acrescenta que os palestinos lutam para sobreviver, já que “Israel não quer obedecer às leis internacionais, à voz de Deus, nem levar em consideração a opinião pública mundial, nem as resoluções das Nações Unidas e do Conselho de Segurança”.

Traçando um paralelo entre a afirmação dos judeus — permanentemente, segundo eles, em holocausto, errantes, sem pátria — o arcebispo de Jerusalém prefere referir-se a “um holocausto



“Hoje, o holocausto é palestino”

“Israel põe em perigo a paz mundial”

O primeiro-ministro libanês, Chafic Wazzan, analisa a conjuntura na região e no país e afirma que apesar de todas as pressões, o Líbano saberá resistir

palestino, hoje”. E indica-nos o sul do Líbano, os territórios ocupados, as prisões israelenses como as provas concretas dessa tragédia que se abate sobre o povo da Palestina. Por que esse povo não teria o direito de se defender diante das contínuas agressões do Estado israelense com as anexações unilaterais de Jerusalém e das colinas de Golá?, pergunta ele. “Por que razão deveríamos aceitar isso tudo?”, desabafou.

Se Deus está conosco...

Dizendo-se confiante no futuro do seu povo, monsenhor Ca-pucci acha que tudo aquilo que se compra tem um preço. “Nós pagamos, para recuperar a pátria, com o nosso sofrimento diário”. E sua certeza vai além das palavras: “Deus está aí para nos ajudar. E se Deus está conosco, quem pode estar contra nós?”, diz-nos ele, na esperança concreta de que um dia o povo palestino terá de volta a sua pátria.

Numa exortação à condição de “filho de Deus” de todo homem, o arcebispo dirige-se — utilizando-se da oportunidade que nossa revista lhe deu — ao povo de Israel, chamando-o de “irmãos judeus”: “O que eu queria dizer, do fundo do meu coração, é que todos somos filhos de Deus. Deus é amor. Chega de sangue derramado, de ódio, de discórdia.” E faz um apelo veemente: “Ponhamos fim a essa guerra, a essa matança. Vivamos no amor e façamos, finalmente, da Palestina a ‘Terra Prometida’ de todos os filhos de Abraão”.

Yasser Arafat, referindo-se ao ano de 1982 como o ano da “victoriosa volta à Palestina”, deu-nos o tema da nossa última pergunta ao arcebispo de Jerusalém, que nos respondeu ser essa esperança não só sua, “mas a de milhões de palestinos”, que — como ele — vivem longe de seu país, longe de sua gente, da sua pátria.

Chafic Wazzan, primeiro-ministro do Líbano, fala a cadernos do terceiro mundo, em entrevista exclusiva, abordando a crise de seu país no contexto do conflito árabe-israelense:

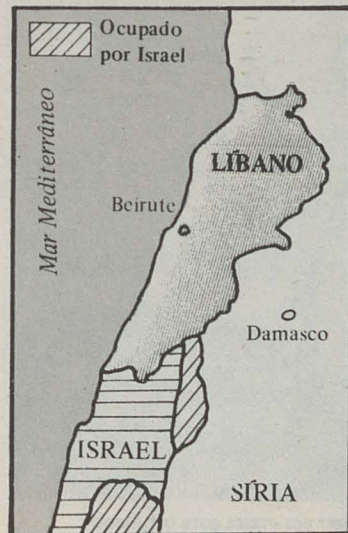
Desde 13 de abril de 1979 (dia do incidente de Aïn-Remanech, entre palestinos e falangistas), o Líbano vive praticamente em estado de guerra, com todas as consequências que isso acarreta tanto no aspecto político como no econômico. Em resumo, se poderia dizer que os anos passam... o conflito, entre um período de violência e um de calma, permanece... e todo mundo parece se acomodar...

— Digamos melhor que é, simplesmente, um “nó” difícil de se desfazer. Compreenda, uma “doença” como a nossa, essa terrível guerra que continua há sete anos, com todas as complicações que traz consigo, quer dizer, as disputas entre países árabes, entre os próprios libaneses, entre libaneses e palestinos, entre libaneses e sírios, não se solucionam em algumas horas, em alguns dias, nem em alguns meses.

Na Europa, fala-se cada vez mais de uma possível explosão no Líbano. Essa hipótese daria uma pátria de volta aos palestinos, a parte do sul do rio Litani aos israelenses, um gueto maronita no “pequeno Líbano” aos falangistas, Akkar e Trípoli à Síria. O que pensa disso?

O Líbano é à prova de “tremores de terra”

— Assim os nossos inimigos gostariam que fosse. Pode ser que essa eventualidade lhes caia bem. Mas você pensa que nós estamos dispostos a deixar-nos enganar tão facilmente? Eu sei que muitas forças, digamos “ocultas”, trabalham nesse sentido, mas acredite-me: perdem seu tempo. O Líbano é uma entidade política, econômica e social praticamente à prova de “tremores de terra”.



Observe nossa história. Apesar de todas as adversidades, das pressões exteriores e internas que temos suportado ao longo de nossa existência, nosso país soube resistir sempre a todas as tentativas desse tipo. Para nós, não é novidade escutar certos discursos hoje. Já os ouvimos e eu poderia acrescentar que não faltaram ocasiões para aplicá-los.

Mas, por que justamente não as aproveitamos? Porque nos demos conta de que, no fundo, todas as inumeráveis diferenças que nos caracterizavam eram, sem dúvida alguma, o melhor trunfo de nossa sociedade. É justamente essa diferença que nos permitiu, até agora, fazer andar o motor da dinâmica de nossa história. Sem essa característica, talvez nem existíssemos como Nação.

De acordo. Mas os problemas permanecem. Segundo Raymond Eddé¹, a única solução suscetível de pôr fim à crise libanesa seria a constituição de uma força internacional árabe-européia que pudesse substituir as FAD sírias que ocupam o norte e o leste do

1) Dirigente da facção progressista dos cristãos libaneses.



“Os palestinos foram forçados a emigrar em massa para o Líbano”

Líbano e as tropas israelenses que se encontram no sul do país. Qual é a sua opinião a respeito?

— Você sabe que sempre que há um “doente”, aparecem “médicos” dispostos a oferecer seus serviços. Talvez apareçam médicos da escola anglo-saxônica, da escola francesa ou da escola chinesa que aventurem um diagnóstico para propor um determinado “elixir” milagroso.

Mas tudo isso não quer dizer nada. Uma proposta, embora seja a melhor, é sempre uma proposta. Para que ela possa se traduzir em realidade, é necessário que seja aceita pelo doente. Muito bem, será que os libaneses estão dispostos a aceitar esse médico e esse remédio? Não acredito nisso, por duas razões: em primeiro lugar, porque, neste caso, já o teriam pedido; segundo, porque, entre nós, sempre se prefere o “hospital árabe”. Embora não seja dos melhores, nós já conhecemos seus “preços”.

Um confronto político

Sim, mas os “médicos” de vocês são capazes de cuidar desse “doente”?

— Não temos nada a nos reprovar. Nos últimos tempos, to-

dos nós agimos com o mesmo objetivo, mas o “embrulho” ainda não está totalmente desfeito. Não quero dizer com isso que todos os esforços que temos feito nesse sentido tenham sido em vão. Pelo contrário.

As diferentes reuniões de cúpula árabes que temos organizado, embora não tenham conseguido resolver a totalidade dos problemas libaneses, contribuíram para restabelecer o diálogo entre todas as partes em conflito.

Atualmente, apesar de alguns choques que acontecem em diferentes lugares, posso garantir que a situação mudou muito. Os enfrentamentos militares, em comparação ao ano passado, diminuíram; e o conflito armado tende a transformar-se num confronto político.

Mas, se cada uma das partes libanesas se mantém em suas posições de sempre, como se pode excluir uma nova onda de violência?

— Não se pode excluí-la... os problemas permanecem. Os problemas de fundo, como o conflito árabe-israelense, a presença palestina e síria, continuam atizando o fogo do enfrentamento, mas é preciso se convencer de que a causa principal de todas as nossas desgraças é Israel.

Um crime contra a nação árabe

Sim, mas por exemplo, para os falangistas, o verdadeiro “casus belli” é a presença palestina armada em território libanês...

— É certo que a presença palestina armada tem sido uma das causas dessa disputa entre libaneses, mas não devemos esquecer que foi simplesmente uma causa de superfície. O problema vai mais além. Quem é, efetivamente, o responsável direto pela presença palestina em nosso território? Quem obrigou os palestinos a virem para cá?

Em 1947, no Líbano, não existia o problema palestino. Os

palestinos viviam em suas terras e não tinham nenhum motivo para transferirem-se maciçamente para o nosso território.

Foi a partir de 1948 que o problema começou a surgir. Foi com a criação do Estado de Israel. Essa criação... — já empreguei essa expressão tão difícil e penosa em outras oportunidades — é um crime. É um crime cometido pela sociedade mundial contra o povo palestino e contra a nação árabe. Como se pode botar para fora um povo, todo um povo, de seu território, de seu país natal, para fixar aí um outro povo e pretender, ao mesmo tempo, que a paz de toda a região seja salvaguardada?

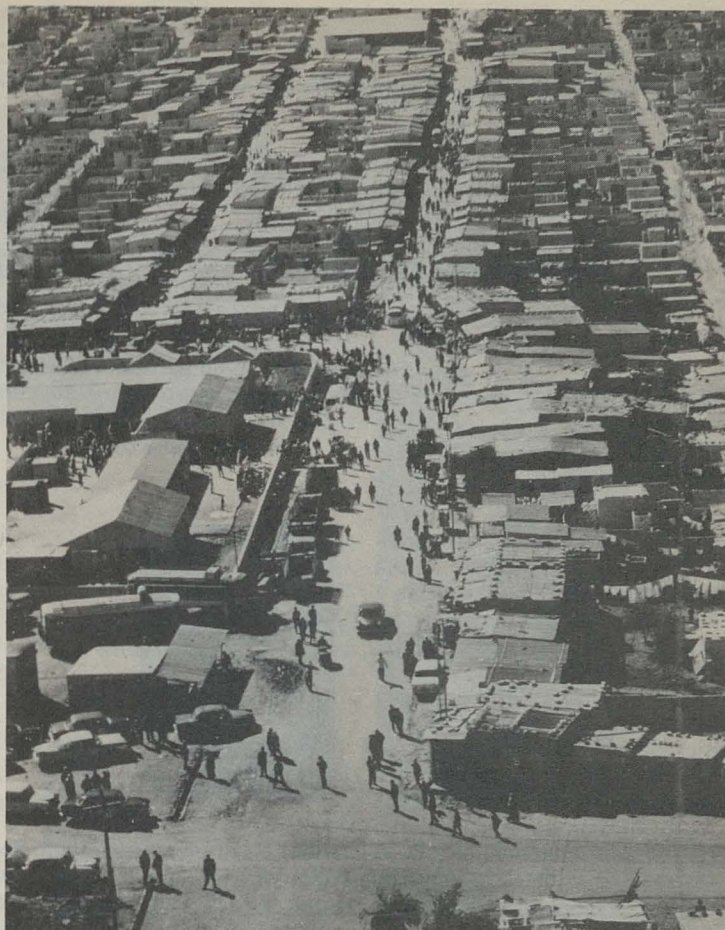
Uma convulsão étnica e social

Qual seria a proposta alternativa para dar uma solução ao problema judeu?

— Eles poderiam ter ficado onde estavam. Onde eles viveram nos últimos dois mil anos? Onde estava o povo judeu antes? O fato de pertencer a uma religião qualquer pode dar automaticamente uma carteira de cidadania? Para formar o Estado de Israel, foram buscar judeus em todas as partes do mundo: na Suécia, na URSS, na Hungria, Bulgária, Irã, Grécia, Itália, França, Inglaterra, na Alemanha etc. E esse conjunto cosmopolita foi depositado num país totalmente alheio a suas origens: o mundo árabe. E esse é o absurdo, o crime.

Para satisfazer o sionismo internacional, que nesse momento reivindicava uma "pátria", e para satisfazer o interesse na região de outros países estrangeiros — como os Estados Unidos —, provocou-se a maior convulsão étnica, política e social que o Oriente Médio jamais conheceu.

E isso não é tudo. A sociedade mundial permite tudo lá. Autoriza o crime e somos nós, os libaneses em particular e nossos ir-



"Como se pode botar todo um povo para fora de sua terra?"

mãos árabes em geral, que devemos pagar pela culpa de outros...

Então, por que não aceitar os Acordos de Campo David?

— Porque é a última armadilha dos Estados Unidos. Para contentar mais uma vez o seu querido Israel, querem nos dividir para reinar melhor. Mais uma vez um crime é encoberto com outro crime. E graças ao seu apoio, Israel pode se permitir tudo: expulsar os palestinos de seus territórios, anexar Jerusalém, destruir Tammuz, bombardear Beirute, anexar Golã etc.

Então, em outros termos, você afirma que os Estados Unidos são os responsáveis por toda a crise do Oriente Médio?

— Com toda certeza. Como já disse muitas vezes ao senhor Habib², "nós não reprovamos que vocês considerem Israel como seu filho predileto, mas se não quiserem que esse filho se torne um verdadeiro criminoso é preciso ter a coragem de castigá-lo quando cometa ações erradas". Em nossa casa, se nosso próprio filho comete más ações, fazemos com que compreenda usando um pequeno bastão... Os norte-americanos, ao contrário, não aceitam nunca castigá-lo. Israel pode fazer o que quiser, inclusive pôr em perigo a paz mundial. (A. M)

2) Philip Habib, enviado especial dos Estados Unidos ao Oriente Médio.

5.º Congresso do PCV

Continuidade na linha histórica

Autocrítica, depuração do partido, reafirmação da política externa e metas ambiciosas para o futuro são destaques da reunião

Narinder Koshla

Diversas mudanças, autocrítica das deficiências e um ambicioso programa de metas e de transformações que deveriam ser cumpridas antes de 1990, foram as principais notas do 5.º Congresso do Partido Comunista do Vietnã. O Congresso se reuniu entre os dias 27 e 31 de março em Hanói e contou com a presença de 1.033 delegados que representavam um milhão e setecentos mil membros do PCV. Durante os debates se ouviram críticas severas, feitas em particular pelo secretário-geral do partido, Le Duan, e do encarregado da organização, Le Duc Tho. Esses fatos deram lugar a numerosas especulações por parte da imprensa ocidental sobre possíveis divergências e lutas internas.

Porém os resultados, isto é, a designação das autoridades partidárias para este novo período, permitem concluir que, além das diferenças de enfoque existentes em todas as organizações como o PCV, tratou-se de um exercício de autocrítica que em nada afetou uma substancial unidade.

Reeleição do secretário-geral

De fato, Le Duan foi reeleito secretário-geral pela terceira vez consecutiva, apesar de sua delicada saúde e de sua idade (75



Vo Nguyen Giap continua no Comitê Central

anos) e de haver manifestado desejo de se aposentar. Assim como Le Duan conserva o cargo número um do regime socialista, foram mantidos em seus postos os quatro dirigentes que o seguem em importância e que, junto com o secretário-geral, constituem o alto comando do processo revolucionário. Tampouco houve inovações de maior significado nos níveis do Birô Político, do Secretariado e do Comitê Central.

Tratou-se, portanto, de uma renovação parcial que marca uma linha de continuidade com o passado e que se caracterizará, a julgar pelas resoluções, por uma maior exigência aos militantes do PCV. Entre as mudanças, a de maior repercussão sem dúvida foi o afastamento do general Vo Nguyen Giap do Birô Político. Filho de camponeses, historiador, o velho companheiro de

Ho Chi Minh foi o fundador das forças armadas revolucionárias e o vencedor de Dien Bien Phu. É um dos estrategistas mais destacados da época contemporânea e depois de ter chegado ao triunfo militar, deu a si mesmo uma missão pacífica, abandonou todo cargo militar e assumiu a tarefa de lançar as bases para a revolução científica e tecnológica. Doente há muito tempo, o general Giap não teve nos últimos anos funções de particular relevo político e agora deixa o máximo escalão de decisão — o Birô Político — porém mantém seu posto no Comitê Central.

A economia de um país marcado pela guerra

O principal foco de atenção foi colocado na economia desse país destruído pela guerra de libertação e golpeado pela guerra limitada que lhe moveu a China, assim como empenhado em grandes esforços militares em apoio ao seu aliado campuciano.

A última colheita foi boa e melhorou a situação. Em alguns aspectos os congressistas apontaram êxitos, porém Le Duan denunciou também as "deficiências e os erros dos diferentes organismos do Partido e do Estado, desde o escalão central



até a base, na direção da gestão econômica e social”.

Portanto, no curso da presente década, “os esforços deverão se concentrar em um vigoroso desenvolvimento da agricultura”, pois “a prioridade é resolver o problema alimentar”. Igualmente aponta-se a expansão da produção e dos serviços para “satisfazer em maior grau as necessidades em matéria de educação, atendimento médico, habitação, transporte e vestimenta”.

Na esfera partidária, Le Duc disse que há membros do PCV que “não puderam preservar sua qualidade revolucionária e carecem de prestígio”. Exortou a que, passado o congresso, sejam excluídos “todos os oportunistas, aqueles cuja vontade revolucionária tenha se paralisado, os elementos culpados de exploração, de tráficos ilícitos, de especulação, malversações, ou de atuação arbitrária ou autoritária, em prejuízo das massas”.

Parece haver a decisão de manter a tensão revolucionária no PCV e não tolerar práticas que distanciem seus militantes das massas. Haverá também continuidade na política exterior, particularmente em relação à União Soviética. A aliança com a URSS foi definida pelo Congresso como “um princípio, uma estratégia e ao mesmo tempo um dever revolucionário”.

Le Duc Tho (à direita) crítico do partido. O Vietnã hoje, passada a terrível fase da guerra, volta-se cada vez mais para a economia do país, concentrando esforços no desenvolvimento da agricultura



A história se repete

Mão dura contra a corrupção e a crise econômica é o que prometem os militares que tomaram o poder e procuram tornar a sua presença nos assuntos do Estado um preceito constitucional

C. M. Menon

A ordem reina em Bangladesh. Valendo-se da soma do poder e da imposição da lei marcial, as forças armadas se empenham em combater os que, segundo eles, são os dois maiores males do país: a corrupção e a crise econômica.

Desde que, em 24 de março, o comandante do exército, tenente-general Mohammed Ershad, se apoderou do governo, os militares efetuaram uma série de prisões, inclusive de vários ministros do regime derrubado, e instituíram tribunais especiais para julgar os casos de corrupção. A ineficiência da administração pública e a corrupção são fenômenos muito alastrados nesse país de 90 milhões de habitantes, cuja renda per cápita é uma das mais baixas do mundo.

Até certo ponto, a mão dura pode diminuir a corrupção e, eventualmente, um governo capaz pode melhorar o funcionamento da máquina estatal.

Daqui a pouco, o regime militar terá que demonstrar se é mais capaz que seus antecessores e se está realmente decidido a extirpar a corrupção, incluindo os militares que nela tenham incorrido. Porém estes são males derivados de problemas mais profundos, em especial o extremo subdesenvolvimento e a crise econômica crônica que jogou o país na miséria.

As causas da crise são estruturais, consequência da herança co-

lonial, do intercâmbio internacional desigual, da carência de riquezas e da alta densidade demográfica em relação ao tamanho do território. Diante dessa terrível realidade, surpreendem os manifestos do regime que prometem corrigir a economia e solucionar os gravíssimos problemas de alimentação, já que, dias depois do golpe, o próprio Ershad reconhecia diante de jornalistas que não sabia em que consistiria o novo sistema que substituirá o atual, qualificado pelo general de "podre e colonial".

Cabe esperar, portanto, que, salvo as mudanças de superfície que o governo consiga, no substancial, os problemas persistam. Assim será enquanto não se aplicarem as radicais transformações estruturais que Bangladesh requer. Quanto à natureza política



Ziaur Rahman

e institucional do governo, trata-se, tecnicamente, de uma ditadura militar. Os militares dissolveram o Parlamento, proibiram as atividades políticas e suspenderam a Constituição. O poder repousa no administrador da lei marcial, que é o general Ershad, assistido pelos comandantes da marinha e da força aérea.

O papel dos militares

A nomeação de um novo presidente civil, poucos dias depois do golpe, em nada modifica este quadro já que o titular, o juiz aposentado Chowdury, recebe ordens do general Ershad.

Este tem dito e reiterado que não tem ambições políticas, que foi impelido a tomar o poder para evitar que o país caísse no precipício e que restaurará a democracia o mais rápido possível. Não descartou que pudesse se apresentar como futuro candidato a presidente, porém uma vez afastado do serviço militar ativo.

Em meio à confusão, duas coisas parecem claras. Os militares obtiveram um papel de relevo dentro do Estado e procurarão consolidá-lo de modo permanente, com caráter constitucional. A outra é que Ershad tratará de se converter no homem forte de Bangladesh por um longo período, seguindo o caminho de seu extinto protetor, o general-presidente Ziaur Rahman. Este se apropriou da presidência após um período de lutas internas entre grupos, que se seguiu à deposição em 1975 do fundador do Bangladesh moderno, o xeque Mujibur Rahman.

Naquele momento, Ziaur Rahman era um ditador clássico. Porém o enérgico general, após eliminar um a um todos os militares que podiam constituir uma ameaça ao seu domínio, se dedicou a construir o partido do regime. Com líderes regionais, militares na reserva e outros elementos de variadas procedências, criou o Partido Nacional do Ban-

gladesh (PNB), uma formação de tendência geral conservadora.

Com o governo em uma das mãos e com o partido na outra, foi para ele relativamente fácil se fazer designar presidente "civil". E teria sucedido a si mesmo mediante eleições, por um longo período, se não houvesse sido assassinado por um general que quis suplantá-lo em maio de 1981.

Aquele regime era, de fato, um amálgama cívico-militar que garantia às forças armadas todos os seus privilégios e a participação nos assuntos do Estado.

Porém, desaparecido Rahman — artífice, condutor e árbitro do sistema — a construção poderia ser demolida. De fato, o PNB é composto de interesses múltiplos e contraditórios que somente uma mão dura como a de Rahman podia conciliar.

À falta de um Rahman, a designação de candidato presidencial do PNB recaiu em Abdus Sattar. Ex-juiz, já velho e com uma saúde delicada, além de carente de uma liderança no partido, Sattar era o vice-presidente de Ziaur Rahman e alguns dirigentes influentes do PNB (em particular o general Ershad) se inclinaram em sua direção.

Um segundo Rahman?

A máquina PNB-administração pública conseguiu impor Sattar com uma cômoda maioria nas eleições de 15 de novembro de 1981, apesar das denúncias de fraude lançadas pela oposição, principalmente pela Liga Awami, de Mujibur Rahman, destituído



A "mão dura" é usada pelo novo governo militar de Bangladesh contra os corruptos e para tentar superar a crise econômica

e assassinado pelos militares golpistas.

A tarefa presidencial resultou superior às forças de Sattar. Por exemplo: teve que designar um gabinete integrado por 48 ministros a fim de satisfazer as ambições de poder de todas as tendências incluídas no PNB.

As forças armadas exigiam de Sattar, ao mesmo tempo que controlasse o PNB, que fizesse funcionar a administração pública e que acabasse com a corrupção, a qual, desnecessário dizer, conheceu momentos de esplendor durante seu breve governo, apesar de Sattar ser honesto.

Porém, tanto ou mais que esses problemas, pesou na decisão golpista a determinação de Sattar de não ceder à exigência fundamental de Ershad. Este sustentava que a única fórmula para

dar estabilidade política ao Bangladesh seria a incorporação dos altos comandos das forças armadas na condução do Estado. Sattar, adepto inflexível de um governo civil, se aferrou ao esquema clássico da democracia liberal. Ele aceitou somente a constituição de um Conselho Nacional de Segurança integrado por militares, o que estava muito longe de outorgar aos altos comandos a participação que ambicionavam.

A deterioração de uma situação que Sattar não podia controlar e as exigências militares culminaram com o golpe de março. Ershad é, como Ziaur Rahman, um militar enérgico. Dele cabe esperar que controle um cenário onde tudo parece preparado para repetir a trajetória do general Rahman.

O general Mohamed Ershad, administrador militar de Bangladesh, formou vários tribunais militares que julgarão os que estiverem comprometidos com a corrupção e o abuso de poder.

À frente do tribunal militar superior se encontra um general. Foram formados também outros cinco altos tribunais especiais, que estão sob a responsabilidade de tenentes-coronéis, além de

20 tribunais militares especiais, competentes para determinadas regiões.

Depois do golpe militar de 24 de março deste ano, se encontram no Bangladesh no cárcere ou em prisão domiciliar centenas de pessoas, entre as quais figuram vários ministros e outros políticos.

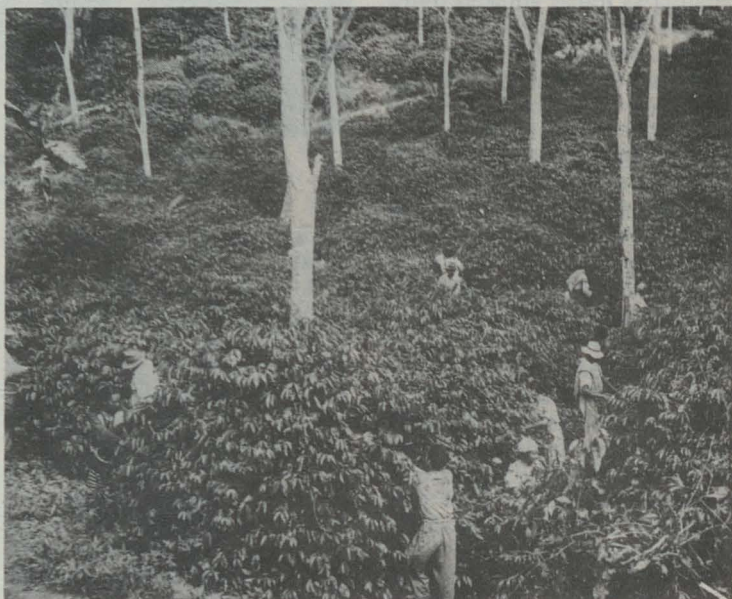
O sistema do café

A transnacionalização e monopolização são as características de um conjunto de operações responsáveis por um volume de vendas superior a 11 bilhões de dólares

Marcos Arruda*

É uma pena que as palavras não tenham o impacto das imagens. Tente o leitor visualizar um grupo de humildes habitantes do interior, trabalhando numa plantação de café no Brasil, em El Salvador, na Costa do Marfim ou na Indonésia. São homens sem terra, sem habitat fixo. Só têm emprego durante uma estação do ano. São pais de prole numerosa, crianças que envelhecem antes do tempo, de corpo franzino e coração sem esperança. Sempre que tentam organizar um sindicato e lutar por seus direitos, deparam-se com a violência e a repressão. Estão entre as populações mais pobres do mundo.

Agora uma segunda imagem: suponha o leitor estar sentado na companhia de executivos do mundo dos negócios, na cobertura de um arranha-céu de Nova Iorque, onde fica sabendo que as vendas de café, em 1979, do maior processador norte-americano, a *General Foods*, ultrapassaram em dólares o PIB de pelo menos vinte países do hemisfério sul; ou que está sorvendo uma xícara de Nescafé às margens do Lago de Genebra, ao lado de um diretor da Nestlé que lhe infor-



Plantadores de café: entre os mais pobres do mundo

ma que, em 1980, sua companhia vendeu o equivalente a 21 vezes o total das exportações da Tanzânia.

O trabalhador da plantação de café e o vendedor e processador são dois elos da mesma corrente, que chamaremos de "o sistema do café". De um lado da corrente está o trabalhador da plantação; do outro, você, o consumidor de café. Entre os dois, há uma longa e complexa sequência de elos, incluindo atividades como comercialização, embarques, torrefação, embalagem e vendas no varejo. Sem esquecer a publicidade! Quase

todos conhecem as propriedades estimulantes e cardiotônicas do café, devidas ao seu ingrediente ativo, a cafeína. Mas, se o café se tornou parte obrigatória da dieta de populações inteiras em todo o mundo, isso se deve à publicidade. Nos EUA, país que consome 40% de toda a produção mundial de café, milhões de pessoas que vivem uma vida tensa e agitada, característica das modernas cidades superpovoadas, acrescentam cinco a oito xícaras de café a seu *stress* diário. A publicidade é parcialmente responsável por esse excesso de consumo.

*O autor é coordenador do Programa do Conselho Mundial de Igrejas sobre as Corporações Transnacionais, membro do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Instituto Transnacional (Amsterdã).

Examinemos rapidamente o sistema do café. O café não é um gênero alimentício essencial: se não podemos passar sem legumes e cereais, podemos facilmente passar sem café. No entanto, o café é uma *commodity* responsável pelo segundo maior volume de vendas no mercado internacional, com exportações de mais de 11 bilhões de dólares em 1980. Quem são os personagens do sistema de produção do café? Quem se beneficia desse negócio intenso e rentável? O que nos ensina o sistema do café sobre o sistema de mercado mundial, de firmas e bancos transnacionais, e da ética do *big business*?

Como produto tropical, o café é uma mercadoria típica dos países menos desenvolvidos do Sul: Brasil, Colômbia, México, El Salvador e Guatemala, Costa do Marfim, Uganda e Etiópia, além da Indonésia, estão entre os maiores produtores e exportadores de café. Só o Brasil é responsável por um terço da produção mundial para exportação. A produção brasileira de café está nas mãos de cerca de 250 mil cafeicultores. Mas, lentamente, o setor vai sendo infiltrado pelos grandes conglomerados: já em 1977, 20% dos cafeicultores possuíam 97% de toda a terra utilizada para a plantação de café.¹

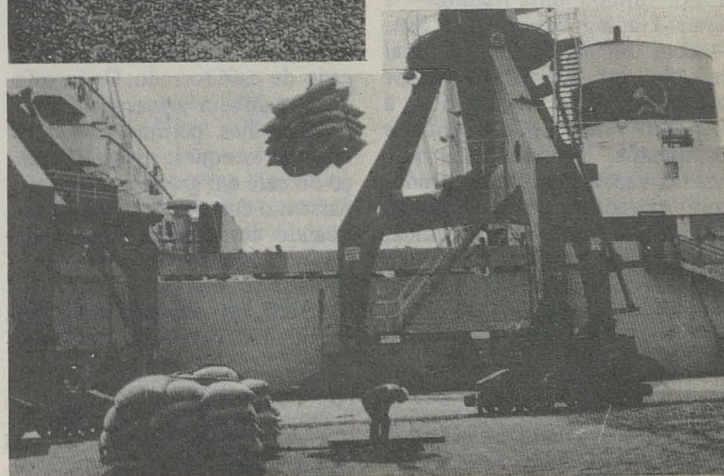
Normalmente, os grandes fazendeiros auferem enormes lucros à custa de seus trabalhadores. Muitos trabalhadores recebem de um a um e meio dólar por dia durante as seis semanas de colheita, e bem menos ainda durante o resto do tempo que passam nas plantações. Os benefícios decorrentes dos preços internacionais do café geralmente não chegam a atingir os trabalhadores. O próprio Instituto

Brasileiro do Café reconheceu que o fato de os preços de café em grão terem triplicado em 1977 "não teve reflexo direto sobre os salários".²

Em 1960, os países subdesenvolvidos podiam comprar um trator pelo preço de 160 sacas de café; em 1977, tinham que dar 400 sacas em troca do mesmo trator. Naquele mesmo ano, a Nicarágua podia comprar 13 barris de petróleo com uma saca de café; em 1981, a mesma saca de café valia somente de

dois a meio barril. Esta deterioração das condições do mercado internacional obrigou os países pobres a exportarem muito mais café para obterem a mesma quantidade de mercadorias importadas. Fica claro, portanto, que o benefício para os países produtores vem diminuindo em termos relativos. Trata-se de uma situação especialmente séria no caso, por exemplo, dos nove países africanos onde um quarto de toda a receita de exportação depende do café.

O lucro decorrente dos preços internacionais não chega aos trabalhadores



1) Hank Frundt, Coffee - The Corporate Roast, Nacla, Vol. XI, N. 4, abril de 1977, p. 26.

2) Ibid., p. 27.

Se o setor da cafeicultura está ainda relativamente fragmentado, os elos subsequentes da corrente estão sendo cada vez mais dominados por oligopólios. O comércio do café conta, na realidade, com três agentes — o intermediário local que compra do produtor e transporta o café para o porto; o negociante internacional que leva as sacas de café para o importador; e o comerciante que compra as sacas do negociante internacional para torrar e processar o café. Os intermediários locais ainda continuam a desempenhar papel importante na primeira operação, mas um bom número de negociantes internacionais, associados a grandes bancos internacionais, começam a ganhar terreno. Entre os mais fortes agentes de comercialização estão a *ACL International* (sediada nos EUA, que controla 10% do mercado mundial de café), a *Volkart* (sediada na Suíça) e a *J. Aron* (sediada nos EUA).³ No Brasil, um grupo de 10 exportadores controla 65% do volume de vendas de café verde. Os 15 maiores controlam mais de 80%.

Certas grandes companhias, que fizeram sua fortuna em outros ramos de comércio, começam também a se diversificar e a ingressar no mercado do café. É o caso da *Volkswagen* que, em 1980, fundou uma *trading* — a *Trans-Trading Exportadora S.A.* — com um banco transnacional sediado no Brasil.⁴ O maior cliente de café brasileiro é a *General Foods (GF)*, enorme companhia processadora que, muitas vezes, compra de produtores privados a preços sigilosos, armazena o café e, em seguida,

usa suas informações privilegiadas para manipular preços e especular no mercado futuro. Vinte e cinco por cento dos contratos futuros resultam dessa especulação. A *GF* é o maior importador privado de café, superada somente pelos próprios Estados Unidos. Suas compras anuais de café brasileiro são superiores às de nove dos maiores países importadores, inclusive Japão, Suíça e Reino Unido. Sem dúvida, essa concentração de poder de comercialização faz com que um número cada vez menor de grandes processadores, respaldados por poderosos financistas, possa abocanhar uma grande fatia dos excedentes do negócio do café.

O papel dos conglomerados na negociação dos acordos

Os processadores são responsáveis pela torrefação, processamento e distribuição no varejo. No mercado mundial, somente 20 dos principais processadores de gêneros alimentícios são produtores de vulto. Os oito maiores processadores controlam de 55 a 60% das vendas mundiais, sendo que as duas maiores firmas — *GF* e *Nestlé* — controlam quase 20% do mercado mundial.⁵ Nos Estados Unidos, o número de torrefadores independentes diminuiu de 261 em 1963 para cerca de 40 em 1978. Destes, a *GF* e a *Procter & Gamble* controlam mais de 50% do mercado de café torrado. Os torrefadores também armazenam café, o que lhes permite especular com os estoques: quando o preço do café em grão aumenta, eles passam o custo para os varejistas, ficando como únicos beneficiários do lucro extra.

O poder que os processadores exercem no mercado baseia-se, em grande parte, em dois fato-

res. Primeiro, o importante papel que desempenham na negociação dos Acordos Internacionais do Café entre países produtores e consumidores. Nos Estados Unidos, os processadores fundaram uma agência para atuar nas antecâmaras do Congresso — a *National Coffee Association* — que tem grande influência sobre a política norte-americana de importação, tendo conseguido bloquear, durante anos, o esforço brasileiro de organizar os países produtores. Durante as negociações, as companhias jogam um produtor contra outro, na tentativa de obterem o preço mais baixo. Só se chega a uma solução quando os produtores, por intermédio do governo do país onde está localizada sua casa matriz, passam a assumir um papel dominante.

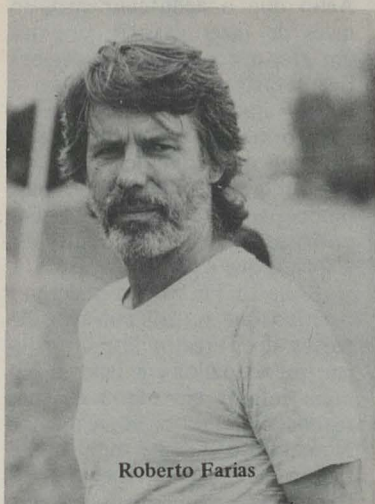
Segundo, a posição privilegiada dos processadores é mantida através de publicidade e promoção, e do controle de patentes de processamento. De fato, essas patentes fazem da indústria do café uma indústria onde a concorrência é pequena e os lucros são altos. Em conjunto, os orçamentos de publicidade da *GF* e da *Procter & Gamble* (que são os maiores anunciantes do mundo) ultrapassam o orçamento anual da Organização Mundial de Saúde. Nos Estados Unidos, os quatro principais processadores gastam mais de 3,5% do total de suas vendas de café em publicidade. Os maiores processadores europeus — *Nestlé* (Suíça), *J. Jacobs* (Reino Unido), *Tchibo* (Alemanha Ocidental), *Brooke Bond Liebig* (Reino Unido), *Cadbury Schweppes* (Reino Unido), *J. Lyons* (Reino Unido) e *Mellita* (Alemanha Federal) — também gastam vultosas somas em publicidade. Enfim, a estrutura coesa da indústria de processamento de café é responsável por colocar outra gorda fatia dos excedentes nas mãos das grandes transnacionais.

3) F.F. Clairmonte e J. Cavanagh, *Corporate Stranglehold on Commodities Markets, Monthly Review*, Nova Iorque, Vol. 33, N. 5, outubro 1981, pp. 30-32.

4) A Volkswagen, o Banco Itaú, a Duratex e Monteiro Aranha unem-se para formar a *Trans-Trading Exportadora S.A.*, *Revista do Comércio do Café*, maio 1980, p. 31.

5) *Transnational Corporations in Food and Beverage Processing*, Centro das Nações Unidas sobre as Transnacionais, Nova Iorque, 1981, p. 79.

“Prá frente Brasil”, um filme sobre o medo



Roberto Farias

O cineasta Roberto Farias, em entrevista exclusiva, analisa a censura e expressa sua concepção sobre o papel da empresa estatal de cinema

*Mário Augusto Jakobskind/
Cláudia Guimarães*

Proibido pela censura federal, mas ainda aguardando recurso liberatório do Conselho Superior de Censura, o filme “Pra frente Brasil”, de Roberto Farias ganhou o primeiro lugar no 10º Festival de Gramado — o mais importante Festival de Cinema brasileiro — realizado em março deste ano. Ao ser apresentado, o filme foi demoradamente aplaudido por mais de dois mil espectadores que assistiram a sua exibição no último dia do Festival.

“Pra frente Brasil”, coproduzido pela Embrafilme, foi apresentado no Festival de Cannes deste ano e estava sendo aguardado com certa expectativa pelo público brasileiro. Os círculos oficiais do governo resolveram entretanto vetar a obra de Roberto Farias por motivos de ordem política.

Em consequência do episódio, o diplomata Celso Amorim, diretor-geral da Embrafilme, demitiu-se do cargo em 1º de abril, sendo substituído pelo professor Antônio Parreira. O ministro da Educação, Ruben Ludwig, falou

em “um acidente de percurso”, mas a comunidade cinematográfica brasileira, através de várias notas de protesto, demonstrou estar atemorizada com um possível recrudescimento da censura.

“Pra frente Brasil”, segundo explica Roberto Farias, retrata um instante de medo e sufoco, uma atmosfera pesada que as pessoas sentiam no começo da década dos setenta, mesmo aquelas sem nenhum tipo de engajamento político.

Clima de medo

“Todo mundo conhecia alguém que já havia sido preso ou detido para interrogatório ou mesmo o passaporte apreendido na hora de viajar. Essa sensação de estar vivendo um clima desses fazia com que um simples barulho no telefone, que coincidissem com uma ingênua crítica ao governo, levasse ao temor de que o telefone estivesse censurado.”

Esse é o clima retratado pelo “Pra frente Brasil”, cujo roteiro mostra uma pessoa de classe média, apolítica, envolvida de

repente em complicações com a repressão.

“Ao voltar de uma viagem, explica Roberto Farias, o sujeito faz amizade com um desconhecido que lhe sugere compartilhar o mesmo táxi no aeroporto. No meio do caminho, o carro é interceptado, o desconhecido é morto e a pessoa apolítica sequestrada por um grupo paramilitar de direita que quer saber das suas ligações com o que morreu.”

“A partir daí, a mulher e o irmão, pessoas também apolíticas, começam a procurá-lo”. Com o correr do tempo vão se conscientizando e descobrindo “a sordidez que envolve o relacionamento dos empresários, das pessoas que combatem a subversão e das ligadas ao combate clandestino dos terroristas, como as pessoas vivem disso ou financiam essa prática. Os apolíticos, apesar de pensarem que estão agindo passionalmente, passam a ter um comportamento político”. Isso acontece em plena Copa do Mundo de 1970, em meio aos gols da seleção brasileira no México.

Hora de falar

O que teria motivado Roberto Farias, ex-diretor-geral da Embrafilme no governo do general Ernesto Geisel a fazer um filme sobre um tema tão delicado, qual seja o da repressão no Brasil no final da década de 60 e início da de 70? É Roberto Farias quem explica:

“Acho que os brasileiros, em particular os que lidam com a cultura e comunicação, viveram este tempo todo de respiração presa e 79/80 foi o momento de respirar. Então, as pessoas que viveram aquela época começaram a tentar passar o que sentiram. Jornalistas, escritores e artistas começaram a fazer isso. Para mim, havia chegado o momento de mostrar algo que estava dentro de mim, coisas sobre as quais eu queria falar mas não podia.”

A proibição do "Pra frente Brasil" pode ser explicada pela mudança do projeto político de abertura no final dos anos 70 e agora em 82. Em outras palavras: logo que Farias começou a preparar o filme, o Brasil vivia em tempo de maior distensão com o retorno dos exilados e a anistia vigorando em seus primeiros dias. Pronto o filme, depois da quase tragédia do Rio Centro, o quadro político brasileiro se alterou e o tema "tortura" voltou a ser tabu na área oficial. Roberto Farias, de alguma forma, foi surpreendido pelo desenrolar dos acontecimentos.

"Fiz um filme esperando encontrar determinadas condições que não encontrei. Não esperava ter nenhum tipo de problema. Pelo contrário, os cuidados que

tomei me faziam temer que o filme fosse considerado reacionário ou destinado a defender o regime, como chegaram a dizer. Convém ressaltar que o "Pra frente Brasil" foi realizado num determinado instante, não de plenitude democrática nem de ditadura. Ocorre então que alguns cineastas me cobraram o suposto reacionarismo e, por outro lado, o filme é proibido."

Roberto Farias espera que a interdição do "Pra frente Brasil" seja apenas "um acidente de percurso" da Embrafilme e do cinema brasileiro, conforme assinalou o ministro Ludwig, da Educação, e não represente um retrocesso cultural ou político, como muitos temem.

"Acho que a interdição do filme é inócua. Não acredito que

leve a coisa alguma. O filme é o que é, ou seja, tem seu peso específico, independente das críticas ou proibições que sofra. Pode de repente ser passionalizado, mas tem a sua exata medida. Acho que o acontecimento, ao invés de fazer desistir, provoca um efeito contrário. As pessoas ficam mais desejosas de lutar e reagir, ajudar a conscientizar e transformar o cinema brasileiro em algo consequente, capaz de interpretar a realidade do país preocupado com as condições políticas, econômicas, culturais e sociais que a gente vive."

Roberto Farias reconhece ser positivo que outros cineastas de países do Terceiro Mundo estejam preocupados em fazer o público refletir em torno de suas realidades, embora ao realizar o "Pra frente Brasil" não tenha tido a intenção de engrossar as fileiras de movimentos nesse sentido.

"Sou uma pessoa que está usando a sua profissão e veículo para refletir sobre a realidade. Evidentemente, se isso vem engrossar outros movimentos, se em outros lugares as pessoas estejam fazendo coisas semelhantes, acho ótimo. Só refletindo e fazendo os outros refletirem é que podemos transformar esta realidade."

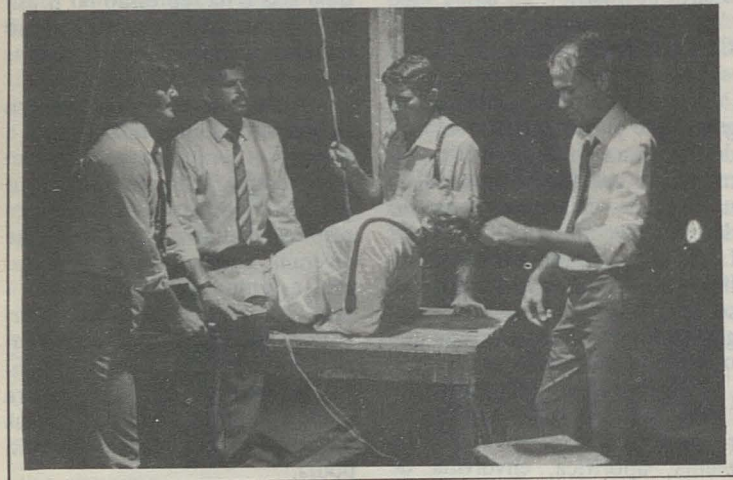
Cinema & Estado

No entender do realizador de "Pra frente Brasil", da mesma forma que "o Estado tem a obrigação de satisfazer as necessidades básicas da população, como saúde, alimentação, educação, habitação etc, ele deve manter uma entidade que cuide especificamente do setor cinematográfico".

"O Estado deve substituir o papel financiador do banco privado, já que este último não conhece as peculiaridades do setor, não sabe que um filme leva seis meses no roteiro, um ano na pre-



O filme retrata um instante de medo e sufoco





Reginaldo Farias, numa cena do filme

paração, mais seis meses para ser montado e mais um ano para o dinheiro começar a retornar.”

Outro aspecto considerado relevante em relação à participação do Estado na indústria cinematográfica é o de enfrentar a concorrência do filme estrangeiro. Segundo Roberto Farias, “o filme estrangeiro entra no Brasil pago e amortizado no seu país de origem e oferecido ao público pelo mesmo preço que o produto nacional. Enfim, para o exibidor, ele oferece muito mais vantagens fazendo com que o nível de competição sobre o filme brasileiro seja muito grande. A Embrafilme, o Conselho Nacional de Cinema e os órgãos públicos têm que suprir essas deficiências, estabelecer um mínimo de equilíbrio no mercado, uma vez que não existe lei do similar nacional para o cinema.”

O ex-diretor-geral da Embrafilme fala sobre as dificuldades

que enfrenta atualmente a empresa estatal de fomento à atividade cinematográfica, sugerindo uma reestruturação desse órgão e explica o motivo:

“O fato da Embrafilme abranger hoje um tão grande número de atividades, torna o seu nível de participação muito maior do que seria desejável. Atualmente, a Embrafilme produz e distribui no Brasil e no exterior, o que lhe confere um poder de decisão muito grande sobre a produção cinematográfica. O que aconteceu com o meu filme, inevitavelmente acabaria acontecendo com outro, ou seja, chegaria um cineasta, usando o seu direito de liberdade, e faria um filme que iria contra os interesses da empresa estatal.”

Roberto Farias acha que a Embrafilme deveria ser transformada num “banco de crédito” que agisse de acordo com o cur-

rículo de cada profissional, sem paternalismos.

“É preciso reestruturar o relacionamento da Embrafilme com os cineastas. Que a empresa fizesse empréstimos, talvez não tão paternalistas quanto antes, mas sem que ela participasse e distribuísse como na atual relação, excessivamente envolvente com o cinema brasileiro. Esse estado de coisas faz com que, face à proibição do “Pra frente Brasil”, a maioria dos cineastas, ao invés de se preocuparem com o atentado à liberdade de expressão, ficassem muito mais preocupados com a substituição do diretor-geral da Embrafilme. Em suma: mais com os rumos que o órgão tomaria do que com o destino do meu filme. Em síntese, acho que o papel da Embrafilme é financiar e promover as iniciativas culturais, oferecendo condições de existência para o produto cultural.”

Cinema, monopólio e identidade nacional

Orlando Senna

A Embrafilme — empresa estatal de economista responsável pela coordenação e execução da política cinematográfica brasileira — não conta com uma dotação orçamentária regular, a não ser um repasse mensal de pouca significação através do Concine (órgão encarregado da fiscalização). A alimentação financeira da empresa é a sua participação no imposto sobre a remessa de lucros oriundos da exploração de filmes estrangeiros no país. Ou seja: o capital de subsistência do cinema brasileiro é retirado dos lucros do produto transnacional em seu próprio mercado. Isto é, quanto menos lucro obtiverem os filmes estrangeiros no Brasil, menos dinheiro em caixa terá o cinema brasileiro para produzir seus próprios filmes.

Essa dependência, que só não é absoluta porque os filmes brasileiros têm suas próprias rendas, é periodicamente denunciada pelos cineastas. Este é, porém, apenas um dos dados da batalha que vem sendo travada há 40 anos pelos cineastas e produtores brasileiros contra as transnacionais da comunicação. E os setores mais conscientes da sociedade sabem o quanto é perigosa a colonização cultural.

O cinema norte-americano, nas telas e nos vídeos, é a ponta de lança da ofensiva ideológica, a aguda difusão de comportamento, idéias e gostos: hoje os brasileiros das camadas mais alienadas incorporaram esses estilos: vestem calça Lee, ouvem rock, tomam Coca-Cola e buscam na audimagem de Hollywood a materialização de suas fantasias, e cada vez mais cristalizam um pa-

drão de cinema como única opção, um tipo de filme que junta violência e finais felizes. Passando a rejeitar, instintivamente, qualquer outro nível de linguagem e abordagem e a aceitar passivamente a propaganda da *Motion Picture Association*, segundo a qual o filme brasileiro é desinteressante e de baixa qualidade técnica. O mercado cinematográfico brasileiro, com 200 milhões de espectadores/ano, está entre os cinco mais importantes do Ocidente, rendendo cerca de 60 milhões de dólares anuais para a indústria transnacional da comunicação. Esse cálculo, referente às bilheterias das casas de exibição, não leva em conta os lucros auferidos com discos, tapes, livros, revistas, vídeo-cassetes e com a massificante exibição na TV (em 81, as telemissoras brasileiras exibiram 86 filmes longos nacionais e 1.790 estrangeiros, fora as séries). O cálculo também não leva em conta os lucros in-

diretos que se originam neste mercado ideológico — e sequer arranham a pesada perda de identidade cultural do povo brasileiro.

A importância estratégica e econômica do Brasil para os Estados Unidos é a medida da importância do mercado audiovisual brasileiro para as transnacionais da comunicação. O grande avanço da produção de Hollywood sobre os mercados nacionais da Europa e das Américas ocorre imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando políticos, militares e magnatas da indústria cinematográfica norte-americana já contam com a absoluta certeza de que o filme é o mais penetrante e eficaz instrumento de disseminação ideológica do século.

No Brasil, já em 1946, o então deputado Jorge Amado apresentava projeto para a criação de um Conselho Nacional de Cinema, visando instrumentar o governo para a defesa da cultura popular e para o desenvolvimento de uma indústria fílmica que pudesse fazer frente às produções estrangeiras distribuídas no mercado interno. A invasão audiovisual norte-americana empurra para fora desse mercado não apenas os filmes brasileiros



“Tracema”, de Jorge Bodanski, descobre os caminhos da miséria na Transamazônica

mas também a produção de outros países. O público brasileiro perde contato, gradativamente, com os filmes franceses e italianos e principalmente com filmes latino-americanos do México e Argentina.

A partir de então a luta contra a penetração cultural no campo do cinema progride sensivelmente, na frente oficial, (com a promulgação de leis protecionistas) e na frente cultural. Os artistas nacionais são martirizados (como Olney São Paulo) e alvejados (como Glauber Rocha).

O Instituto Nacional de Cinema

O Instituto Nacional de Cinema nasceu a partir de uma idéia de Alberto Cavalcanti¹. Era uma autarquia industrial ligada ao Ministério de Educação e Cultura cuja função era de gerar medidas de fomento à indústria, comércio e arte cinematográficas. Porém, administrado pelos críticos — que na época respondiam pela orientação da política cinematográfica — o INC não correspondeu à expectativa dos cineastas, corroído por dentro pelo pensamento colonizado de seus dirigentes. Em 1958, como reação

1) A 18 de novembro de 1966 é criado no Brasil o Instituto Nacional de Cinema (INC), com o objetivo de formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, bem como ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua produção no exterior.

O Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) criado pelo ex-presidente Getúlio Vargas na década de 30, com o objetivo de fomentar a produção do filme cultural estava, nessa época, incorporado ao INC. Finalmente, o INC é incorporado à Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), uma sociedade de economia mista, com atribuições ampliadas, cujo maior acionista é o governo através do Ministério da Educação e Cultura, a 9 de dezembro de 1975.

Nestes anos todos de atividade, do então INC e da atual Embrafilme, o cinema brasileiro produziu cerca de 900 filmes.

ao desvirtuamento do INC, os cineastas exigem do governo a criação de um Grupo de Estudos da Indústria Cinematográfica para elaborar Planos Nacionais no setor e “deter a ação dos grupos estrangeiros”.

Em 1969, em plena crise política e institucional do país a Embrafilme é organizada segundo propostas do grupo do Cinema Novo, principalmente de Glauber Rocha que, na época, ironicamente, estava exilado e com seus filmes proibidos no país. A Embrafilme se destina a fortalecer o complexo cinematográfico brasileiro (indústria, comércio e cultura) nos filmes de longa, média e curta metragens. Em 81, a empresa participou no mercado com 20% da produção e 25% da distribuição dos filmes brasileiros, atingindo 12 milhões de espectadores em um total de 200 milhões. Sob constante pressão transnacional (além de atingida pela incompetência administrativa) conseguiu ter um prejuízo de mais de um milhão e meio de dólares em um mercado que rende 60 milhões para o produto estrangeiro.

A Embrafilme (mesmo sem alcançar grandes resultados), a reserva de um terço do mercado para o filme brasileiro (mesmo sabotada pelos agentes estrangeiros), a obrigatoriedade de um filme curto nacional acompanhar a exibição de um longa estrangeiro (cumprida apenas nos municípios mais importantes) são frutos de campanhas ardorosas e difíceis dos cineastas. E representam pouco em face dos verdadeiros objetivos dessas campanhas e das reivindicações do setor cultural do país, jamais alcançadas. Uma dessas reivindicações é a nacionalização do mercado ou a taxação do produto estrangeiro. Assim, para entrar no Brasil, um filme norte-americano teria de pagar em impostos o custo médio de uma produção nacional. Outra alternativa seria a aplicação no cinema de uma lei do

similar nacional semelhante à que existe para o automóvel.

A obrigatoriedade do curta-metragem

Um momento crucial desta luta de 40 anos ocorreu em 1978, quando acontecimentos de ordem cultural, política e econômica bafejaram o país. No calor do início do processo de abertura democrática, o governo atendeu à exigência de uma grande campanha dos cineastas em defesa do filme curto nacional, vasada em panfletos, comícios, passeatas, espetáculos e com forte presença na imprensa. O general Geisel assinou um decreto de obrigatoriedade do curta-metragem brasileiro acompanhando o programa de todo e qualquer filme longo estrangeiro em alguns municípios². Foi o bastante para ativar as garras dos monopólios transnacionais. Nesse contexto, o presidente da *Motion Picture Association* desembarcou às pressas no Brasil para encontros secretos com o ministro do Planejamento; houve também ameaças públicas como a de Ash Booney, da *Fox*, dizendo aos repór-

2) Além da criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) na década de 30, o ex-presidente Getúlio Vargas, na mesma época, baixou um decreto-lei que obrigava a exibição de um filme brasileiro por ano nos circuitos comerciais. A medida provocou muitos protestos de setores ligados às empresas transnacionais de cinema, que acusavam Vargas de “fazer demagogia e assinar um decreto inócuo”.

O tempo mostrou que o decreto-lei de Vargas prosperou, tanto que atualmente, desde 1º de janeiro deste ano vigora, por determinação do Conselho Nacional de Cinema, a obrigatoriedade de exibição de 35 películas nacionais por trimestre, o que perfaz um total de 120 dias por ano. Da mesma forma que nos anos 30, as empresas transnacionais na área de cinema também desaprovam a medida. Só que hoje, o cinema brasileiro, apesar das dificuldades e da concorrência com as produções “hollywoodianas”, é um realidade cultural no país. Queiram ou não as transnacionais e seus defensores.

teres que, caso o Brasil teimasse em discutir o mercado cinematográfico nacional, seriam colocados na mesa de negociações temas como a importação de calçados e café e o reescalamento da dívida externa. E não estava mentindo, apenas fazia eco à declaração de Carter, segundo a qual o cinema é tão importante para os EUA como o Canal do Panamá.

As ações e intimidações do imperialismo nem sempre são tão claras. O estilo de maior adoção é o sub-reptício, a fraude, a sabotagem, desde operações de *dumping* até telefonemas ameaçadores a cineastas e jornalistas. A questão do curta-metragem é também exemplar sob esse aspecto: o governo brasileiro recuou em seu ímpeto de leis e decretos visando ampliar a reserva de mercado mas não retroagiu com relação à obrigatoriedade do curta-metragem. E as transnacionais da comunicação passaram a agir na sombra: utilizando os exibidores, quase todos atrelados às distribuidoras estrangeiras, passaram a lançar no mercado filmes curtos absolutamente de baixa qualidade, numa tentativa (que vem conseguindo êxito) de desmoralizar a



A Chanchada dos anos 50: linguagem nacional



Glauber Rocha (acima), com seu "Deus e o diabo na terra do sol": a luta contra a penetração cultural no campo do cinema

produção brasileira frente ao público. Nenhum nome estrangeiro aparece nesta operação, semelhante à desencadeada quando, nos anos 50, a escola nacional da "chanchada" atingia recordes de bilheteria. Semelhante também, no que toca à dissimulação, espionagem e desestabilização, ao jogo de interesses que amordçou o Cinema Novo dos anos 60, uma geração de filmes políticos contestando, justamente, a presença ideológica, viciante, do filme norte-americano nas telas e aparelhos de TV brasileiros. Essa operação foi substancialmente apoiada pela censura oficial dos anos mais sombrios do arbítrio.

Modelo "hollywoodiano"

Por volta de 1974, a idéia de que o cinema brasileiro só recuperaria o seu mercado se conseguisse transformá-lo (se os filmes nacionais ocupassem telas e vídeos sem necessidade de mudar



sua imagem, seu som, sua montagem) foi abandonada pelo grupo de produtores que respondia pela administração da Embrafilme, a favor da idéia oposta. Ou seja, que o cinema brasileiro só conseguiria obter maior fatia do mercado se produzisse filmes o mais próximo possível do modelo comercial transnacional. A contradição é evidente: sabe-se que o cinema brasileiro e o cinema do Terceiro Mundo em geral sobrevivem ao embate com as transnacionais porque jamais se confundiram com os produtos

"hollywoodianos". No caso do Brasil, onde o cinema tem mais de 80 anos, a experiência mostra claramente que foi possível avançar sobre o mercado quando os filmes expressavam com nitidez um caráter e uma linguagem próprios, independentes e criativos — como a Chanchada, o Cinema Novo e, no passado, a obra de Humberto Mauro. Assim essa concepção de "filme transnacional feito no Brasil para brasileiros" é consequência direta e enfática da colonização de uma parcela do pensamento brasileiro.

Nos últimos meses, com uma nova crise na Embrafilme, com o ressurgimento da censura, com crescentes dificuldades financeiras, com a imprensa e a televisão exaltando as "qualidades" do produto transnacional, o cinema brasileiro tenta superar esse equívoco a duras penas, tendo de lutar na frente interna contra os mercadores da identidade cultural do povo. Enquanto isso, as "sete irmãs" da *Motion Picture Association*, e mais a *Gaumont* francesa e outras empresas transnacionais, estão desembarcando em Brasília e no Rio de Janeiro não apenas com suas latas de filmes prontos, mas também com suas câmaras. Prevendo que, menos dia mais dia, o cinema nacional brasileiro se imporá no mercado (trata-se de um país em expansão, cada vez mais politizado e ciente de sua soberania, de um povo muito menos colonizado do que suas elites, como observou Paulo Emílio Salles Gomes) as empresas transnacionais pretendem produzir, elas mesmas, os filmes brasileiros.

Algumas produções desse tipo já se encontram em andamento. A meta é a internacionalização definitiva do mercado brasileiro, uma zona franca de piratas e aventureiros audiovisuais. A luta prossegue enquanto os cineastas perguntam até quando terão de agir como guerreiros para alcançarem o direito de serem artistas de seu povo.

Presença do cinema brasileiro *



"Eles não usam black-tie": qualidade premiada

Poucos anos depois que os irmãos Lumière iniciavam os primeiros experimentos de cinema, a 19 de junho de 1897 o cinegrafista Alfonso Segreto fazia as primeiras filmagens no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Desde aquele ano foram realizados cerca de 20 mil filmes que estão sendo levantados pelo Projeto de Filmografia da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme). Preciosidades históricas como documentários da Ação Integralista Brasileira, rituais dos índios bororós filmados pelo cinegrafista da equipe do marechal Rondon, major Luís Thomas Reis, e a foto histórica de Rondon com o padre Cícero se encontram entre esse material, quase totalmente perdido face ao desinteresse com que foi tratado no decorrer de todos esses anos.

Poucos são os historiadores brasileiros que têm se utilizado da informação filmada, sobretudo face ao descaso dispensado a

esse patrimônio cinematográfico, que até o ano passado ostentava uma marca não superior aos dois mil filmes.

É na década de 20 que começam no Brasil as primeiras produções cinematográficas. De lá até hoje o cinema brasileiro ganhou projeção mundial com Glauber Rocha ("Deus e o diabo na terra do sol"), Nelson Pereira dos Santos ("Vidas secas") e mais recentemente com "Eles não usam black-tie", de Leon Hirszman, premiado em oito festivais internacionais, entre estes o de Veneza, ano passado.

Entre longas e curta-metragens, o cinema brasileiro participou de 30 eventos internacionais com a apresentação de 84 películas conquistando 22 distinções, entre prêmios e menções honrosas.

"O homem que virou suco", de João Batista de Andrade, conquistou a Medalha de Ouro do Festival de Moscou do ano passado; "Pixote", de Hector Babenco, ganhou o Leopardo de Prata,

* Colaboração de Clóvis Scarpino

no Festival de Locarno, Suíça; o curta "A menina e a casa da menina", de Maria Helena Saldanha, prêmio do Jurado Ecumênico no Festival de Lille, França e "Gaijin", de Tizuka Yamazaki, indicação do público no Festival de Bruxelas, Bélgica, são algumas das realizações premiadas.

No Festival de Cannes deste ano, o Brasil se fez presente com o desenho animado "Meow", de Marco Magalhães (competidor), além de participar da mostra

paralela com o filme "Das tripas coração", de Ana Carolina. Mais de 14 filmes brasileiros, entre estes "Pra frente Brasil", de Roberto Farias (vetado pela censura para ser apresentado no Brasil) foram também apresentados, juntamente com uma retrospectiva de quatro filmes de Humberto Mauro, o mais veterano cineasta do país, atualmente com 84 anos.

O mercado da América Latina, com 365.286 dólares arrecada-

dos, é onde o cinema brasileiro conseguiu mais penetrar, seguindo-se o da Europa Ocidental com 310.447 dólares, o Leste Europeu com 166.000, a América do Norte com 83.344 e o resto do mundo com 65.392 dólares, totalizando no ano passado a quantia de 990.469 dólares, correspondente a 19 títulos:

"Eu te amo"; "Gaijin"; "Da-ma do lotação"; "Toda nudez será castigada"; "Bye bye Bra-



Entre longas e curta-metragens, o Brasil já participou de 30 eventos internacionais, com 22 prêmios

AS TRANSNACIONAIS NA TV

Segundo estatística elaborada pelo pesquisador Michel do Espírito Santo, da Divisão de Documentação da Embrafilme, o cinema nacional penetrou muito pouco na televisão brasileira. No ano passado, de 1.790 longa-metragens

exibidos na televisão do Rio de Janeiro, 86 foram brasileiros e 1.304 norte-americanos. O número de aparelhos de televisão no Brasil é de aproximadamente 12 milhões.

No primeiro trimestre de 1982, as televisões do Rio apresentaram 502 filmes em suas programações, sendo 20 produções brasileiras e 399 norte-americanas. Apenas 11 desses 20 filmes foram exibidos pela primeira vez.

sil", "Pixote", "Engraçadinha", "Tenda dos milagres", "Chuvvas de verão", "Fim de festa", "Tudo bem", "República dos assassinos", "O caso Cláudia", "Se segura malandro", "Barra pesada", "Sábado alucinante", "Xica da Silva", "Lúcio Flávio" e "Vai trabalhar vagabundo".

Desde que começou a penetrar no mercado externo de forma mais sistemática, em 1978, a Embrafilme apurou 120 mil dólares. No ano seguinte, 890 mil e em 1980, 1.125 milhão de dólares.

Segundo dados oficiais, em 1980, 191 milhões de espectadores assistiram filmes (41 títulos inéditos e 2 relançamentos) brasileiros, enquanto no ano passado chegou-se a 164 milhões (17 títulos inéditos e também 2 relançamentos). Em termos de arrecadação global, o ano de 1980 alcançou 1,4 bilhão de cruzeiros, enquanto em 1981 atingiu 2,8 bilhões, o que equivale a renda bruta de bilheteria a cerca de 524,4 milhões (80) e 1,1 bilhão de cruzeiros (81).

Dos 10 filmes de maior bilheteria o ano passado no Brasil, quatro são produções nacionais ("Incrível monstro trapalhão", "Eu te amo", "Bonitinha mas ordinária" e "Mundo mágico dos trapalhões").

Em termos de cinemas comerciais o quadro é bastante precário. Existem cerca de 2.590 salas de exibições, não se contando nesse número o critério de qualidade, ou seja, os cinemas considerados medianamente aceitáveis. Levando-se em conta que a maioria das salas exibidoras situa-se no eixo Rio-São Paulo e as demais nas principais capitais brasileiras, a sobra é ainda menor para mais de quatro mil municípios espalhados por todo o território nacional.

Além das salas exibidoras comerciais, o cinema no Brasil é difundido em centenas de cineclubes, muitos deles localizados em igrejas. (M. A. Jacobskind)

ANALFABETISMO

A primeira batalha dos países não alinhados no campo da educação e da cultura deveria ser empreendida contra o analfabetismo, disse o ministro cubano da Cultura, Armando Hart, na inauguração da primeira reunião de especialistas e altos funcionários em matéria de cultura e educação dos países não-alinhados que foi realizada em Havana a fins de abril passado, com a participação de representantes de 43 países do Movimento.

Referindo-se aos dados da Unesco, Hart lembrou a todos que, em 1980, o mundo tinha 814 milhões de analfabetos, enquanto 250 milhões de crianças entre 5 e 14 anos foram privadas da possibilidade de assistir às aulas.

Tratando-se da Educação, o ministro cubano destacou especialmente a grave situação dos países latino-americanos. Mencionou o exemplo do Haiti, onde cerca de 77% dos habitan-

tes ainda não sabem ler nem escrever; na Guatemala, 54%; na Bolívia, 37%. "A situação também não está melhor, disse Hart, em muitos países da Ásia e da África, onde, para a Educação, não se destinam mais de 2% da receita nacional".

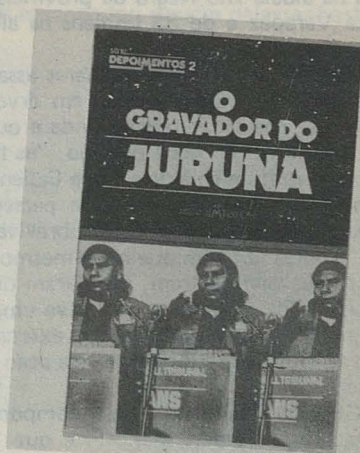
PRÊMIO CERVANTES

"Quando um leitor me procura, fico comovido. Essa é a única recompensa que um poeta tem. O demais é acessório", afirmou Octavio Paz, o escritor mexicano que recebeu, no dia 25 de abril passado, das mãos do rei da Espanha, Juan Carlos, o prêmio "Cervantes", considerado o Nobel de literatura em língua castelhana.

Para o poeta, os prêmios, o reconhecimento oficial, não pressupõem que um escritor tenha chegado ao seu destino. "O exercício poético implica insatisfação, o escritor nunca sabe até onde chegou", afirmou Paz, que já recebeu alguns outros prêmios importantes.

Neste livro admirável que Mário Juruna compôs com Antonio Hohlfeldt e Assis Hoffmann, você tem o retrato desse homem extraordinário que está nos ensinando, a nós brasileiros, a sermos mais dignos e menos perversos. (Darcy Ribeiro - antropólogo)

Mercado Aberto
Rua Santos
Dumont, 1136
Caixa Postal 1432
Porto Alegre - RS



NOVOS MASSACRES NA GUATEMALA

O Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), um dos quatro grupos rebeldes da Guatemala, acusou a Junta militar no governo, de ter cometido um "genocídio" em cinco províncias do norte e do oeste do país.

Um boletim clandestino do EGP entregue à imprensa local denunciou aquilo que ele classifica de "uma escalada de massacres contra o povo" levada a cabo nas províncias de Chimaltenango, Solola, El Quiché, Baixa Verapaz e Huehuetenango.

Afirmou também que a atual Junta militar — que chegou ao poder através de um golpe de Estado no dia 23 de março passado — recorre "às mesmas mentiras e aos mesmos recursos de propaganda que o governo anterior usava para tentar ocultar seus crimes".

O EGP e mais três outras organizações guerrilheiras de esquerda constituíram, há dois meses, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) que rejeitou os apelos feitos pelo presidente da Junta militar, general José Efraim Ríos Montt, para que depusessem as armas.

O comunicado do EGP menciona a matança de 73 mulheres, "algumas grávidas" e de mais de cem crianças na aldeia Rio Negro da província nortista de Baixa Verapaz e de 33 homens na aldeia Chichutaca, na mesma província.

Afirma que no caso das mulheres assassinadas, algumas delas foram amarradas em árvores com seus filhos às costas. Refere-se ainda a outros episódios: no dia 15 de abril passado, "as tropas do exército penetraram na aldeia Agua Caliente e massacraram 14 camponeses além de perseguirem e metralharem de helicópteros os sobreviventes que fugiam". Indica também que nesse mesmo dia, "outras patrulhas metralharam, mutilaram ou degolaram mais de 20 moradores, inclusive uma menina de dez anos". Um comunicado do exército guatemalteco atribuíra anteriormente essa ação às forças guerrilheiras.

O EGP cita igualmente "cem camponeses que foram mortos na aldeia Mangal" e que "além de massacrarem centenas de homens, mulheres, velhos e crianças, o exército queimou mais de 20

casas na província de Chimaltenango, assim como colheitas e animais domésticos".

Concluindo, o comunicado do Exército Guerrilheiro dos Pobres apela "à opinião pública internacional e aos povos, governos, políticos e instituições de todo o mundo para que denunciem e condenem o genocídio da Junta militar".

ÁFRICA: ESCASSEZ DE MEDICAMENTOS

Devido às diversas maquinações das companhias transnacionais no setor da indústria farmacêutica, existe em Gana, na Nigéria e outros Estados africanos, uma permanente escassez de medicamentos.

A essa conclusão, chegaram os serviços competentes das Nações Unidas que acusam gravemente as poderosas companhias transnacionais e os grandes fabricantes mundiais de medicamentos, de saquearem os países africanos. Provocando artificialmente a escassez de medicamentos, as transnacionais comercializam remédios cujo prazo de utilização já expirou ou então outros que, devido aos seus efeitos nocivos, foram proibidos há muito tempo.

Dos 220 medicamentos que, na opinião dos técnicos das Nações Unidas, são imprescindíveis na África, pode-se conseguir apenas uns poucos nas diversas regiões do continente. Não satisfeitas, as indústrias farmacêuticas mundiais ainda frustram o empenho dos Estados africanos em criarem suas próprias indústrias de medicamentos.

Técnicos da ONU acham que a solução está na integração das indústrias farmacêuticas dos países em vias de desenvolvimento já que, desse modo, não apenas se defenderiam os mercados desses países como, ao mesmo tempo, os preços dos remédios seriam mais acessíveis.

A integração recomendada concorda plenamente com as bases estratégicas do Plano de Ação de Lagos, adotado na primeira reunião de cúpula econômica da Organização da Unidade Africana (OUA), no qual é prevista a integração econômica africana até o fim do século.

CONSEQUÊNCIAS DA TENTATIVA DE GOLPE NAS SEYCHELLES

□ A tentativa de invasão das ilhas Seychelles perpetrada no dia 25 de novembro de 1981 continua infligindo graves danos à economia do arquipélago, dominada pelo turismo.

O grupo de mercenários sob o comando do tristemente célebre Mike Hoare, chegou em um vôo regular a Victoria, capital das Seychelles, e foi descoberto quando estava para desfechar seu primeiro ataque, que devia consistir na tomada do aeroporto.

Eram pouco mais de 50 homens, e todos, menos os sete capturados, conseguiram fugir em um avião e se refugiaram na África do Sul, promotora não assumida da intentona. Ali são submetidos a um julgamento indulgente, do qual não se espera resultado algum, a não ser o ocultamento da informação sobre quem manipulou os golpistas.

O breve combate travado no aeroporto entre Hoare e seus homens e as forças de segurança locais ocasionaram danos de grande magnitude à economia das ilhas.

O governo do presidente Albert René, de definição socialista, teve que pagar cerca de 100 mil dólares para os reparos mais urgentes a fim de assegurar o funcionamento normal do aeroporto.

Uma missão de especialistas das Nações Unidas, enviada para analisar a tentativa de invasão e seus efeitos, visitou em março passado as Seychelles, Suazilândia e África do Sul, sem conseguir que a potência racista lhe permitisse ter contato com os mercenários. E ao final do seu giro, a missão emitiu um informe. Neste, não aparece o montante dos prejuízos causados à indústria turística pelo ataque, porém se indica que causou aproximadamente uma baixa de 18%. O governo de René procura orientar a economia no sentido de fazê-la menos dependente do turismo e consequentemente dos investimentos estrangeiros. No entanto, isto é um processo que leva tempo, e o turismo ainda é o setor dominante da economia insular.

No Produto Nacional Bruto (PNB, calculado em 95 milhões de dólares, segundo dados de 1978), a participação do turismo foi de 34%. O mesmo setor contribuiu com 70% das divisas e emprega três mil pessoas sobre uma população ativa de uns 25 mil membros.

O custo direto da agressão mercenária foi calculado em uns dois milhões de dólares, enquanto que a baixa do turismo pela mesma causa significará ao arquipélago uma perda de oito milhões de dólares em 1982.

Se a isto se somam os seis milhões devidos à queda do turismo por razões alheias ao ataque — vinculadas à recessão mundial — as perdas totais em 1982 consistirão em 16 milhões de dólares, implicando uma queda de seis por cento do produto nacional deste ano.

Esta grave situação exige ajuda internacional e em tal sentido o comitê de *experts* formulou sua principal recomendação, pondo ênfase na assistência financeira e técnica.

Quanto à natureza da aventura mercenária neste arquipélago de valiosa posição estratégica no Oceano Índico, como era de esperar, não se pôde provar sua inspiração sul-africana.

Porém a comissão da ONU expressa que "é difícil crer que a África do Sul não estivesse a par dos preparativos". Acrescenta que não se pôde chegar a uma conclusão definitiva do grau em que "a África do Sul teve conhecimento prévio ou foi responsável" pela manobra.

No entanto, lê-se no informe que Martin Dolinschek — um dos sete mercenários capturados nas Seychelles — reconheceu que era membro do Serviço Nacional de Inteligência da África do Sul e afirmou que seus superiores conheciam o plano. Para bom entendedor, poucas palavras bastam.



Albert René, presidente das Seychelles

DEPOIS DO SINAI

□ Depois de 15 anos de ocupação israelense, o Sinai voltou às mãos do Egito no domingo, dia 25 de abril passado.

A partir da segunda-feira, dia 26, a "contagem regressiva" que caracterizou essas últimas semanas transformou-se em "contagem do depois".

Faz sete meses, desde o 6 de outubro de 1981 em que o presidente Anuar Sadat foi assassinado, que o novo *rais* aguarda o "depois". Junto com ele, aguardam os árabes por um lado e os israelenses por outro.

Para Israel, o nó do problema que agora se apresenta consiste na interpretação do tema da "auto-determinação" dos palestinos, uma questão que o Cairo tem colocado com crescente insistência nos últimos tempos.

Nesse assunto, não só há divergências entre Telavive e o Cairo como também entre as capitais árabes. Segundo os observadores, Mubarak procurará convencer os israelenses de que a tarefa mediadora de um Egito forte novamente respeitado e decidido a enfrentar sem reticências o problema palestino e o de Jerusalém, é o requisito para continuar no caminho de Campo David.



Depois de 15 anos, o Sinai volta ao Egito

A paz entre o Egito e Israel é hoje um dado irrefutável, mas também o são a repressão aos palestinos em território ocupado, os mortos e feridos nesses últimos dias e a coação contra os drusos das colinas de Golã.

De forma discreta, Mubarak conseguiu restabelecer o diálogo com muitos países árabes, particularmente os de tendência moderada. Segundo os observadores, o "depois" irá se configurando com a reaproximação do Egito aos demais países árabes e a acentuação da política do não-alinhamento. Na opinião dos analistas, Mubarak vai questionar o conceito de uma aliança estratégica com Washington, vai querer diversificar as fontes de fornecimento de armas e normalizar os vínculos com Moscou.

A MORTE DE BENYAHIA

□ O chanceler argelino, Mohamed Benyahia, um advogado e diplomata de 50 anos e forte compleição física, de reconhecido prestígio como negociador, morreu em seu segundo acidente aéreo em menos de um ano.

Benyahia foi uma das figuras políticas mais relevantes da geração de patriotas que, em 1954, iniciou a luta armada contra o domínio colonial francês. Era conhecido nos meios internacionais há 20 anos, quando em março de 1962 integrou a delegação da Frente de Libertação Nacional que negociou em Evian a paz com o governo do general Charles De Gaulle.

Em 1979, foi designado para encabeçar as Relações Exteriores em substituição de Abdelaziz Boumediene. Desde então, era também membro do Birô Político da Frente de Libertação Nacional no governo.

A viagem a Teerã, a primeira que realizava depois da derrubada do xá Reza Pahlevi, tinha por objetivo a conclusão de vários acordos de cooperação econômica e o provável início de uma mediação formal entre o Irã e o Iraque, proposta a 7 de abril pelo presidente, Chadli Benjedid. A meta era acabar com aquilo que o chefe de Estado argelino definiu como "guerra estéril" entre dois países membros do Movimento dos Países Não-Alinhados.

PRESIDENTE SAARAUÍ VISITA O PANAMÁ

□ O presidente da República Árabe Saarauí Democrática (Rasd), Mohamed Abdelaziz, visitou o Panamá por três dias, durante os quais manteve conversações com autoridades do governo panamenho.

O Panamá é um dos 40 Estados que reconheceram oficialmente a Rasd. De fato, o Panamá foi o primeiro país latino-americano a abrir uma embaixada, em 1979, seguido depois pelo México e Cuba. A Rasd foi constituída em fevereiro de 1976, nas áreas do país libertadas pela Frente Polisario, marcando uma nova etapa na luta do povo saarauí pela sua independência e autodeterminação.

A Espanha, metrópole colonial, assinou em novembro de 1975 acordos secretos com a Mauritânia e o Marrocos repartindo entre eles o seu antigo território do Saara Ocidental (ou espanhol), sem levar em conta a opinião dos seus habitantes.

A Mauritânia se retirou do conflito em 1980, quando firmou a paz e devolveu a porção de território que ocupava. A guerra agora segue com o Marrocos, que continua ocupando uma substancial parte da Rasd, onde se localizam uma das jazidas de fosfatos mais ricas do mundo.

Segundo fontes da chancelaria panamenha, o presidente Abdelaziz e o chefe do Executivo panamenho, Aristides Royo, assinaram uma declaração conjunta, na qual reiteraram os laços de amizade e solidariedade entre as duas nações, as quais fazem parte do Movimento dos Países Não-Alinhados.



Mohammed
Abdelaziz
(à esquerda)

A "OPÇÃO BELIZE"

□ Aproximadamente 2.700 haitianos reclusos em centros de detenção norte-americanos poderiam ser transferidos para Belize, denunciaram em Nova Iorque as organizações representativas dos emigrantes e exilados haitianos nos Estados Unidos. Washington teria chegado a um acordo com as autoridades de Belize sobre o assunto, oferecendo aos haitianos terras para cultivo.

Os opositores ao plano consideram que este é uma tentativa concebida pela administração norte-americana para dissimular os problemas relacionados com os refugiados.

O plano foi qualificado de "cruel" pela Coalizão Dois de Janeiro de Defesa dos Refugiados Haitianos, uma organização nova-iorquina integrada por refugiados e exilados políticos haitianos.

A "Opção Belize" é "fundamentalmente uma tentativa de distanciar os refugiados da opinião pública e, em consequência, de escamotear o fato real que os refugiados, com sua presença, denunciavam constantemente. Isto é, o apoio norte-americano ao regime Duvalier no Haiti, cuja ditadura é a causa real que explica o incessante fluxo de haitianos para os Estados Unidos", afirma a coalizão.

Uma das maiores preocupações dos haitianos são as insistentes reivindicações guatemaltecas sobre Belize e a possibilidade de que um dia a Guatemala possa tentar apoderar-se, pela força, do país. As leis de imigração dos Estados Unidos proibem o governo de transferir refugiados para um terceiro país, a menos que estes solicitem. Mas se poderia muito bem chegar a essa última eventualidade por simples esgotamento, segundo teme a coalizão. Depois de passarem mais de um ano em centros de detenção, a frustração e o desânimo podem forçar os refugiados a aceitarem a idéia, dirigindo-se "voluntariamente" para Belize.

O governo haitiano do presidente vitalício "Baby Doc" Duvalier veria com entusiasmo a iniciativa norte-americana. Para Duvalier, seria um prazer a "eliminação do problema", explicou o padre Sansaricq, membro do Comitê de Defesa dos Refugiados Haitianos. O Comitê sugeriu que Belize deveria negociar diretamente com o Haiti se lhe interessa atrair colonos desse país.

TELEX

● Penetração cultural

A preocupação com a crescente penetração econômica e cultural norte-americana no México tem suscitado enfáticas declarações por parte de representantes governamentais deste país, e particularmente do candidato à presidência da República pelo partido no governo, PRI, Miguel de la Madrid.

Entre os principais efeitos desta penetração estão a cotação em dólares dos artigos e dos contratos de bens e serviços vendidos ou comprados em território mexicano, a substituição parcial do idioma espanhol pelo inglês e o incitamento ao consumismo, pela televisão norte-americana, dos quatro milhões de mexicanos que vivem na fronteira com os Estados Unidos. Tudo isso leva, naturalmente, a uma distorção de valores e tradições culturais autóctones, que muito preocupa as autoridades aztecas.

Um velho ditado mexicano diz: "Coitado e México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos". Com uma fronteira comum de quase três mil quilômetros distribuídos em seis estados, o México sente que essa penetração pode "colocar em risco a sua soberania", segundo a expressão usada por um alto funcionário da chancelaria mexicana.

● Guerra da rádio

O anúncio de que a Rádio Martí começaria a operar no início do mês de janeiro passado (o que finalmente ainda não aconteceu) mostrou a primeira reação norte-americana ao que os Estados Unidos interpretam como uma

"penetração" de emissoras cubanas no território do seu país.

Queixam-se geralmente da alta potência que teriam a Rádio Havana e Rádio Rebeldes, as duas emissoras do governo cubano, que junto com outras estações cubanas de frequência modulada são escutadas nos Estados Unidos. Naturalmente esquecem os norte-americanos as emissões da Voz da América, que desde o começo da revolução cubana "bombardeiam" de forma persistente e cotidiana os ouvintes do território cubano que recebem esses programas em qualquer aparelho comum de onda média.

Segundo versões recentes, o projeto da Rádio Martí seria uma peça-chave da estratégia da administração Reagan visando o controle ideológico do Caribe, equiparado em importância à Rádio Europa Livre e Rádio Liberdade, que dos Estados Unidos transmitem para a Europa socialista. Em princípio, a Rádio Martí deverá estar no ar com transmissões em espanhol no próximo mês de outubro.

Resta, por enquanto, a reação do Congresso, que já teria manifestado, através de alguns porta-vozes, sua divergência com o projeto, que terá um elevado custo, calculado em 10 milhões de dólares anuais.

● Mulheres contra a intervenção

Mais de cem delegados que participaram do Encontro Continental de Mulheres, em Manágua (Nicarágua) nos dias 24, 25 e 26 de março passado, concordaram na criação de uma ampla Frente Continental de Mulheres contra a intervenção, a fim de cooperar na solução negociada para a região centro-americana. A decisão foi motivada, em particular,

pelo agravamento da situação em El Salvador e as contínuas ameaças à Nicarágua.

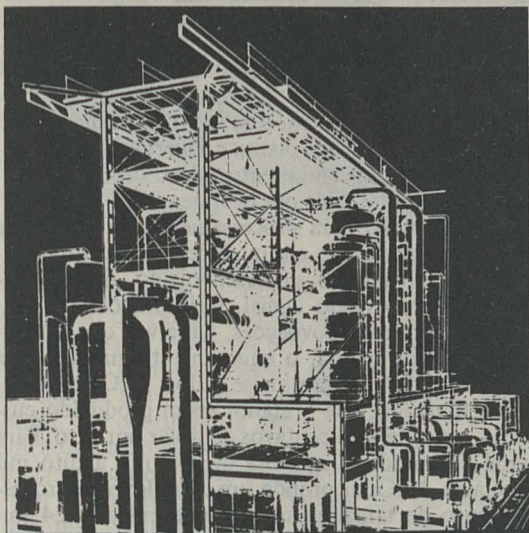
Na sessão inaugural do encontro, falou o comandante Bayardo Arce, destacando a importância da solidariedade internacional. "Nós (os nicaraguenses) chegamos a valorizar a tal ponto a solidariedade dos demais povos, que podemos afirmar que sem solidariedade não é possível falar em Revolução", afirmou.

Entre as dirigentes presentes ao encontro de Manágua, cabe destacar: Fredda Brown, presidente da Federação Democrática Internacional de Mulheres; Ana Guadalupe Martínez, comandante guerrilheira da FMLN de El Salvador; Vilma Espín, presidente da Federação de Mulheres Cubanas; e Intasar Al-Wasir, membro do Comitê Executivo da União de Mulheres Palestinas.

● Iraque-Irã

"A continuação da guerra não é útil; achamos que devemos dar-lhe um fim o mais cedo possível". A afirmação é do presidente da Assembléia do Irã e representante pessoal do atolá Komeini no Conselho Supremo de Defesa Nacional Iraniano, o *haya-toleslah* Hassemi Rafsanyani.

Por seu turno, o enviado especial da Conferência Islâmica em Bagdá, Habib Chati, declarou ao deixar a capital iraquiana com destino a Teerã na condição de mediador na guerra, que as negociações estão "numa fase decisiva". O presidente do Iraque, Saddam Hussein, já tinha declarado que seu país está decidido a retirar imediatamente as tropas do território do Irã, se houvesse a certeza de que os iranianos não penetrariam no território de seu país.



Pode a mandioca salvar o Terceiro Mundo?

Um plano apresentado por um cientista australiano sugere a mandioca como um cultivo capaz de reduzir a dependência dos países pobres em relação ao petróleo. Propõe ainda que essa cultura faça parte de um plano econômico mais vasto e que obrigue os países ricos a pagarem mais pelas exportações do Sul. É um projeto polêmico que julgamos útil apresentar aos nossos leitores, a fim de abrir uma discussão mais ampla

Ed Cowan*

* Pesquisador norte-americano em Reno, Nevada (EUA)

Imagine-se uma planta de cultivo que produza, ao mesmo tempo, energia e proteínas, duas das necessidades básicas do mundo civilizado de hoje. Uma média de 8.530 litros de etanol (álcool etílico) por hectare por ano e 731 quilos de proteína; uma planta capaz de produzir grandes quantidades de proteína, amido, ou açúcar ao invés de álcool; que exija pouco fertilizante e tenha resistência natural contra a seca, doenças e insetos. Que grande futuro não teria uma planta como essa!

Pois essa planta existe e se chama *Manihot esculenta* — conhecida pelos povos do hemisfério sul pelo nome de mandioca ou macaxeira. Suas longas raízes tuberosas, muito ricas em amido, são atualmente consumidas em substituição à batata por várias centenas de milhões de pessoas em todo o mundo tropical. Hoje, a mandioca já possui uma tecnologia e um sistema de comercialização internacionais, mas só agora começa a atingir seu melhor potencial como planta de cultivo, que é fornecer energia e proteínas. O amido das raízes pode ser usado para a produção de grandes quantidades de etanol. A mandioca pode vir a ser tão importante para o mundo como o trigo e o arroz porque, devidamente utilizada, pode ser uma fonte benigna de energia renovável, promover a saúde mundial e gerar prosperidade para o Terceiro Mundo.

Há vários anos, o Brasil vem produzindo etanol a partir da mandioca, mas os métodos brasileiros parecem grosseiros e pouco criativos quando comparados ao esquema adotado pelo dr. Dick McCann, ex-químico de pesquisas da Universidade de Sydney, na Austrália. Atualmente, McCann está promovendo o desenvolvimento da produção de etanol da mandioca no setor privado, mas vem levando adiante a pesquisa que realizou na Universidade de Sydney e aplicando-a a outras formas de biomassa, ou seja, material orgânico não-fóssil que pode ser convertido em combustível.

O plano de McCann prevê um sistema agroindustrial que utilizaria toda a planta da mandioca. As folhas contêm até 30% de proteínas (numa base de pesagem a seco), sendo capazes de produzir proteínas em quantidade e qualidade superiores às produzidas pela melhor soja. Não devemos, portanto, ignorar a importância dessa proteína. Podemos considerar a mandioca como uma produtora de energia que fornece proteínas como subproduto, ou como uma produtora de proteínas cujo subproduto é a energia.

O que sobra da planta após a extração do amido e da proteína pode ser convertido em metano mediante fermentação anaeróbica. Esse gás pode ser usado como combustível para acionar toda a operação de processamento, desde o descascamento das raízes até a destilação final do álcool. Parte do metano poderia ser usado como combustível

para tratores. Futuramente, a operação de processamento usaria energia solar, o que permitiria utilizar todo o metano nos tratores, aumentando seu rendimento energético efetivo. Mas, mesmo nas condições atuais, o plano de McCann prevê uma produção de energia 6,7 vezes superior ao consumo.

Convertendo-se as partes superiores da planta e as cascas das raízes em metano, ao invés de queimá-las diretamente, certos elementos nutrientes do solo, como potássio e fósforo, permaneceriam no líquido de despejo para serem devolvidos ao solo. Teoricamente, nenhum nutriente seria perdido, com a exceção do nitrogênio, de sorte que, uma vez adequadamente fertilizado o solo, seria necessário somente acrescentar-se nitrogênio. Segundo o plano de McCann, obter-se-ia esse nitrogênio mediante a rotação da cultura de mandioca, a cada quatro anos, com um legume fixador de azoto, como a alfafa. Na prática, alguns outros nutrientes seriam perdidos, havendo necessidade de reaplicá-los periodicamente.

A fermentação

Atualmente, no caso de quase toda forma de biomassa, o setor no qual se pode introduzir maior economia e eficiência é o processo de fermentação. Pelo sistema proposto por McCann, o amido da mandioca seria transformado, primeiro, em polpa e, em seguida, em açúcar (mediante hidrólise), o qual seria finalmente fermentado para produzir etanol.

Se for possível encontrar um fermento que decompõe o amido, este dispendioso processo em dois estágios pode vir a ser eliminado. Talvez não tenhamos de esperar muito. Henry Schneider, do Conselho Nacional de Pesquisas do Canadá, descobriu recentemente um fermento capaz de decompor açúcares de cinco átomos de carbono, tais como a xilose, encontrada na madeira e em vários resíduos industriais, bem como a glicose e outros açúcares de seis átomos de carbono. Sua descoberta permitirá um rendimento de 50 a 80% maior no caso de certos materiais da biomassa.

As matérias-primas utilizadas para a fabricação do etanol usado no "gasool" (gasolina adicionada de álcool) contêm açúcares de cinco e seis átomos de carbono, e o programa atualmente consome quase tanta energia quanto produz.

A concorrência do álcool

Se atualmente, no Brasil e nos EUA, o álcool pode fazer concorrência à gasolina, é porque recebe isenção de impostos federais e estaduais para uso em motores. O aperfeiçoamento do processo de fermentação será um grande passo no sentido

de se atingir a paridade de preço entre os dois combustíveis.

No caso da biomassa da mandioca, outra área em que se pode obter grande economia de custo é o rendimento das colheitas. Já se atingiram rendimentos de até 49 toneladas de tubérculos de mandioca por hectare em terras não irrigadas da Austrália, ao passo que, na América do Sul, já se conseguiram índices de até 66 toneladas por hectare. McCann, bem como outros cientistas que estudaram a taxa em que a planta converte a energia solar, prevêem um rendimento ótimo de 84 a 89 toneladas de tubérculos por hectare.

O complexo para processamento da mandioca pode ser construído em qualquer escala. Em grande parte do mundo subdesenvolvido, o mais adequado, num estágio inicial, seria o modelo destinado a pequenas povoações. Uma vez que a mão-de-obra seria barata, o equipamento simples e os custos de distribuição quase nulos, McCann prevê, em seu estudo, que o etanol assim produzido custaria cerca de sete centavos de dólar por litro. Para uma comunidade agrícola de seis mil a oito mil hectares, McCann propõe um complexo de processamento de tamanho médio, que custaria 24 milhões de dólares. Para a produção de etanol de mandioca em grande escala, ele sugere um complexo agroindustrial capaz de atender 47 mil hectares de terra plantada.

Anualmente, 35 mil hectares seriam destinados ao plantio da mandioca; os restantes 12 mil seriam utilizados para o plantio de um legume que contribuisse para aumentar o teor de nitrogênio do solo, como a alfafa. Com um rendimento médio de 49 toneladas de tubérculos por hectare, esse complexo seria capaz de produzir 230 mil toneladas de álcool e 63 mil toneladas de proteínas (extraídas dos caules e folhas) a cada ano. O investimento total para um complexo desse porte seria somente 115 milhões de dólares — quase nada em comparação com o custo de uma usina nuclear, uma usina de liquefação de carvão ou até mesmo uma nova refinaria.

A única desvantagem do álcool como combustível é que não produz tanta energia ou potência quanto os combustíveis de petróleo. Para substituir determinada quantidade de óleo combustível num forno, por exemplo, seria necessário utilizar 1,5 vezes essa quantidade em álcool. De modo geral, o etanol é um excelente combustível para automóveis. É mais limpo que a gasolina, e produz menos poluição quando utilizado puro ou em mistura com a gasolina.

Além disso, o álcool pode tornar-se — como já o é no Brasil e na Índia — uma matéria-prima para alguns setores da indústria química.

Uma sociedade que use álcool como combustível será muito mais limpa que outra que queime



combustíveis fósseis, que enviam para a atmosfera vastas quantidades de carbono. A liquefação e a gaseificação do carvão mineral somente contribuirão para agravar o problema. De fato, os combustíveis sintéticos, além de exigirem grandes investimentos de capital, são triplamente antieconômicos e poluidores. Há consumo de energia e produção de poluição quando o carvão é retirado da mina, quando é convertido em combustível, e quando o produto final é queimado. Já a biomassa não faz mais do que reciclar os elementos básicos — carbono, hidrogênio, oxigênio e nitrogênio. As plantas verdes retiram da atmosfera o carbono introduzido no ar pela queima de seus produtos. Assim, a sociedade que use álcool como combustível ajudará naturalmente a eliminar os problemas de chuvas ácidas, poluição urbana e o efeito da inversão térmica provocado pela presença de grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera.

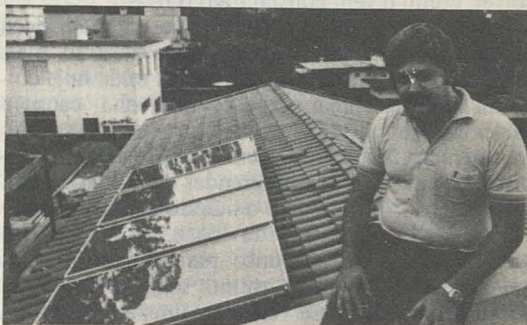
O carvão, combustível fóssil, é altamente poluidor; o álcool poderá (combinado a energia solar) ajudar a eliminar esse problema



As vantagens da mandioca

A mandioca se adapta de tal forma ao aproveitamento em grande escala da biomassa que até parece ter sido feita especialmente para esse fim. Não tem época obrigatória para colheita: continua a crescer até que o lavrador se disponha a colhê-la. Ao contrário da cana-de-açúcar, que precisa ser processada oito horas após o corte, os tubérculos da mandioca só começam a apresentar problemas de deterioração após quarenta e oito horas. A parte aérea da planta pode ser cortada e processada, enquanto os tubérculos permanecem indefinidamente no solo, sem se estragar. Ou, então, os tubérculos podem ser secados e armazenados, o que permitiria a produção do álcool a qualquer época do ano num clima onde a colheita em qualquer época seria impossível.

Como o plantador pode escolher entre uma centena de variedades diferentes de mandioca, esta pode ser plantada em muitos climas, terrenos e altitudes diferentes. Requer apenas metade da água e do adubo exigidos pela cana-de-açúcar. Como euforbiácea típica, resiste bem à seca. Durante as lon-



gas estiagens, as folhas caem e a planta como que "adormece" até a chegada das chuvas; nessa ocasião, lança mão das reservas acumuladas nas raízes e faz germinar folhas novas. Presente em toda a planta, o ácido cianídrico precisa ser retirado mediante fervura ou moagem antes que a planta possa ser consumida pelo homem, mas é esse ácido que a torna naturalmente resistente às doenças e pragas da lavoura.

Mas a principal característica da mandioca é sua produtividade. Daremos alguns exemplos. A um rendimento de 49 toneladas por hectare, bastariam 22% de toda a terra arável do Terceiro Mundo para que o plantio de mandioca pudesse suprir todo o consumo de energia queimada por esses países sob a forma de derivados de petróleo em

1979. A Austrália, que é o continente mais seco, poderia — dependendo de usar ou não seus lençóis subterrâneos de água — produzir o equivalente de duas a cinco vezes seu consumo atual de combustíveis derivados do petróleo, sem que para isso precisasse reduzir apreciavelmente a terra destinada a outras culturas.

A saúde do Terceiro Mundo

Admitindo-se, para fins de discussão, que já existem uma agronomia e uma tecnologia de processamento da mandioca, cheias de potencialidades e esperando apenas o momento em que serão desenvolvidas, como iniciar e desenvolver a produção de etanol da mandioca nos países tropicais da maneira mais inteligente e que traga o maior benefício para todos os povos do mundo?

Embora o mundo tropical não use adequadamente a terra que possui por não ter recursos para fazê-lo, podemos pressupor que, a esta altura, resta pouca terra virgem nas regiões tropicais. Sem dúvida, existem florestas, mas o mundo precisa de suas selvas e florestas tropicais. Atualmente, estas já se encontram ameaçadas e precisam de nossa proteção, não de devastação para novos plantios. Além disso, a transformação de selva úmida em terra de cultivo cria tantos problemas quantos pretende resolver, como o vem constatando o Brasil.

Mas mesmo aqueles países que possuem boas terras aráveis ainda não cultivadas acharão mais sensato plantar mandioca em terras onde hoje cultivam cana-de-açúcar, tabaco, café, chá, cacau e talvez outras culturas menores que tenham as mesmas características dessas cinco, ou seja, cujos produtos sejam vendidos em grandes quantidades para o hemisfério norte, que é o mundo desenvolvido, e tenham valor nutritivo duvidoso. Se o Terceiro Mundo agisse em conjunto para substituir essas culturas pela mandioca, numa redução ordenada e uniforme que fosse relativamente a mesma em cada país, é provável que isso trouxesse uma série de benefícios.

Em decorrência da diminuição da oferta, haveria um aumento no preço de seis *commodities* — bebidas, doces, cigarros, chá, café e chocolate. O aumento seria maior para aquelas que não têm substitutos reais em grande escala — cigarros, café e chocolate — e menor no caso do chá e do açúcar. No fim da década, um maço de cigarros talvez custasse 3 dólares, ao passo que o quilo de café ultrapassaria a marca dos 30 dólares. O aumento de preço e a redução da oferta trariam uma redução do consumo desses produtos, todos prejudiciais à saúde. O açúcar refinado, na forma que é hoje consumido no mundo, é rico em calorias, mas quase não contém vitaminas nem sais minerais. É um fator de obesidade e cáries dentárias. O café contribui para

problemas cardíacos; o tabaco é fator de câncer da garganta e dos pulmões. Metade de todas as mortes que ocorrem hoje em dia no mundo desenvolvido é o resultado da ingestão excessiva de açúcar, cafeína, nicotina, gorduras, colesterol, sal e álcool — “excesso de nutrição”, como é ironicamente chamada. No entanto, aqueles que continuarem a exigir sua Coca-Cola e seu maço de Marlboro poderão continuar a comprá-los, embora a um preço bem mais elevado.

A substituição dessas culturas pela mandioca contribuirá de duas maneiras para a saúde do Terceiro Mundo. Trabalhando em conjunto para reduzir a extensão de terra a elas dedicadas, os países produtores ganharão mais — provavelmente muito mais — produzindo menos. Uma redução de 15 a 20% das terras produtoras de café levará, ao cabo de alguns anos, a dobrar o preço do produto no mercado mundial. Isto criará uma transfusão de capital do Norte para o Sul — divisas e créditos que as nações do Terceiro Mundo poderão utilizar para comprar alimentos ou para outros fins que mais lhe convenham. E, reduzindo suas importações de energia através da produção local de álcool, terão verba adicional para comprar mais alimentos ou, o que é mais provável, expandir sua nascente indústria de etanol. E, naturalmente, estarão produzindo também um precioso suprimento de proteínas que poderão acrescentar aos pratos locais.

Um outro tipo de terra que o mundo tropical poderia utilizar é aquele dedicado a culturas que podem ou não ter valor alimentício e que são vendidas principalmente para o Norte. Estas incluem frutas, algodão, borracha e plantas têxteis, principalmente juta e sisal. Isso em nada contribuiria para a saúde do mundo desenvolvido — no caso das frutas, iria prejudicá-la — mas aumentaria a renda e a produção de proteínas do mundo tropical. Finalmente, a mandioca poderia ser plantada em terras aráveis não cultivadas, mas, pelos motivos já mencionados, conviria ao Terceiro Mundo usá-las na menor escala possível. O tipo de terras que os países em desenvolvimento não devem utilizar para a mandioca é aquele dedicado a culturas como arroz, bambu e outras que eles mesmos consomem.

A idéia parece ótima, mas, daria certo? O plano é radical, e existem bons argumentos em contrário.

O mais óbvio de todos é que a elevação de preço para determinada mercadoria criará a tentação de ampliar sua cultura, especialmente num Terceiro Mundo desesperadamente necessitado de dinheiro. Um país produtor de chá, como o Quênia, desejaria que todos os outros passassem a produzir menos chá, enquanto ele ampliaria suas culturas, talvez até sacrificando a produção de alimentos, para produzir chá devido ao aumento de preço. Trata-se de uma reação natural, especialmente for-



A mandioca poderá substituir as culturas de certos produtos, trazendo benefícios ao Terceiro Mundo



te num primeiro estágio da mudança. No entanto, vários fatores sugerem que não seria difícil sobrepujar essa tendência.

O papel do Brasil, China e Índia

Somente poucos países detêm o grosso da produção mundial de cana-de-açúcar, café, tabaco, chá, cacau, borracha e algodão. De um mínimo de três países no caso do chá e da borracha, até um máximo de sete no caso do tabaco, os grandes produtores são responsáveis por 56 a 80% dessas culturas. Caso os três grandes do Terceiro Mundo — Índia, Brasil e China — aceitassem o plano e agissem em conjunto, poderiam exercer considerável pressão sobre o preço dessas mercadorias, uma vez que produzem 42% do total mundial. E, se fossem seguidos por Paquistão, Colômbia, Cuba, Indonésia, México, Tailândia e Malásia, provavelmente poderiam elevar os preços até o nível desejado, pois esses dez países são responsáveis por 70% da produção total mundial. E, embora os países menores provavelmente não tenham o poder de fazer baixar os preços, também produzem essas mercadorias. Zaire, Camarões e Peru cultivam todas as sete, e a maioria dos países tropicais cultiva várias delas. Em média, cada uma dessas sete mercadorias é cultivada por 58 países do Terceiro Mundo. Todos estão interessados em manter os preços elevados, e isto só ocorreria se mantivessem baixo o total de terras a elas dedicadas.

O mais importante, porém, é que este contra-argumento ignora as vantagens da mandioca, que proporcionam um triplo benefício. Se um dos países do Terceiro Mundo, em oposição aos seus irmãos, resolvesse aumentar, ao invés de diminuir, o total de terras dedicadas a uma dessas culturas, grande parte da renda adicional que auferiria voltaria para o exterior sob a forma de importações de petróleo. Por outro lado, se diminuísse o total de terras ocupadas por tais culturas e plantasse mandioca, seguindo o exemplo de outros produtores, teria energia de fabricação nacional para reduzir suas contas de petróleo. Isto equivaleria a aumentar sua receita de exportação. Além disso, criando sistemas energéticos locais, reduziria o desemprego, que é um grave problema em todo o Terceiro Mundo, e aumentaria sua produção de proteínas. Tudo isso, lado a lado com um preço maior pelas mercadorias acima mencionadas, uma vez que o país estaria agindo em conjunto com os outros para manter os preços elevados.

Os substitutos representam um argumento mais sério contra esse plano. Vejamos o segundo grupo de culturas: frutas, algodão, borracha e plantas têxteis. Cada uma delas é um produto muito especial. As frutas são um alimento vital para a saúde, de sorte que seria de esperar que o Norte exigisse que

o Sul não diminuísse o total de terras em que são cultivadas. O algodão é uma mercadoria que o Terceiro Mundo exporta para o mundo desenvolvido somente em pequenas quantidades.

Caso o Terceiro Mundo reduzisse drasticamente o total de terras dedicado à cultura do algodão, deixaria de vendê-lo ao Norte. Mas a substituição do algodão pela mandioca faz sentido, porque o país poderia usar parte do etanol como combustível e outra parte para a produção de fibras sintéticas, a fim de compensar a redução da oferta de tecidos de algodão. Isso para não falar da produção adicional de proteínas. A borracha é um material estratégico, e novamente os países desenvolvidos poderiam exigir que os produtores não diminuíssem apreciavelmente o total das terras dedicadas à plantação de borracha. É possível produzir borracha a partir de guaiúle (*Parthenium argentatum*) nas regiões subtropicais do mundo; mas, como o rendimento é menor que o das árvores tropicais, e como a planta é nativa de regiões áridas — onde a água é escassa — o custo seria alto. Os Estados Unidos só poderiam produzir grandes quantidades de borracha de guaiúle se esta planta passasse a substituir outras culturas nas terras irrigadas do sudoeste do país, o que elevaria o preço destas últimas. E o fariam por precisar da borracha, não para forçar a baixa do preço do produto tropical.

Uma vez que quase todo país do mundo tem certa produção nacional de açúcar a partir de cana ou beterraba, e como é possível produzir açúcar a partir de milho e de outros cereais (inclusive mandioca), pode parecer que nem mesmo uma redução dramática da cultura de cana poderia forçar um aumento apreciável do preço do açúcar. Não obstante, o milho já é usado hoje para diversas finalidades, além de ração animal, sendo que a conversão em etanol já é hoje uma dessas finalidades importantes. Wallace Tyner, economista agrícola da Universidade Purdue, que estudou o efeito do "gasool" sobre o preço do milho e dos cereais, prevê que, quando a produção de álcool de milho ultrapassar a casa dos dois bilhões de galões por ano (o que pode ocorrer antes do fim da década), o preço do milho aumentará substancialmente. É pouco provável que se possa desviar grandes quantidades de milho para a produção de açúcar sem que o preço suba ao ponto de torná-la antieconômica.

A produção de beterraba não poderia ser expandida para satisfazer a procura; a percentagem da produção de açúcar natural de beterraba é hoje 34%, e está declinando. Acontece que a beterraba é também uma excelente cultura de biomassa, e a Europa, que possui metade da produção de beterraba e importa a maior parte do petróleo da Opep, pode muito bem vir a preferir o açúcar mais caro a uma gasolina mais cara. Assim, parece correto afirmar que o preço do açúcar não subirá tanto

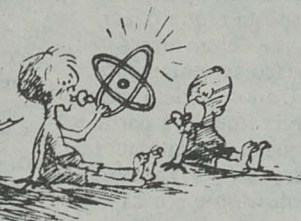
nem tão depressa quanto as outras mercadorias que não têm substitutos reais, mas o preço subirá se o mundo tropical reduzir apreciavelmente suas culturas de cana-de-açúcar. E o mais importante na substituição da cana-de-açúcar pela mandioca é que a cana atualmente ocupa as melhores terras tropicais; o rendimento da mandioca em terras de plantio de cana logo tenderá a exceder as 49 toneladas de tubérculos por hectare que servem de base ao nosso cálculo.

O preço do café

Os consumidores de bebidas não alcoólicas serão as maiores vítimas deste plano. Se o café fosse a única mercadoria a sofrer a pressão da oferta, os consumidores de café passariam a beber refrigerantes, chá e chocolate quente. Mas estes três também estarão mais caros. Restariam somente chás de ervas, sucos de fruta, refrigerantes dietéticos e leite para suprir a demanda, o que não traria muita satisfação aos viciados em cafeína. Uma vez que os preços em ascensão dessas quatro mercadorias — açúcar, café, chá e chocolate — servem de apoio uns aos outros, e uma vez que o Norte está viciado em cafeína, o que significa uma demanda real independentemente do preço, não seria irrealista prever um aumento do preço do café para 20-30 dólares o quilo e o da lata de refrigerante para 2-3 dólares dentro de dez anos.

Suponhamos agora que o mundo tropical aceite esta idéia e, trabalhando em conjunto com as Nações Unidas para a formação daquilo que provavelmente poderia ser chamado de um cartel, começassem a reduzir sistematicamente suas culturas de cana-de-açúcar, café, chá, tabaco, cacau, algodão, borracha e juta. O que poderia ocorrer daqui a 12 anos, tempo suficiente para gerar algumas alterações? O que isso poderia significar em termos de mudanças de condições materiais para o Terceiro Mundo?

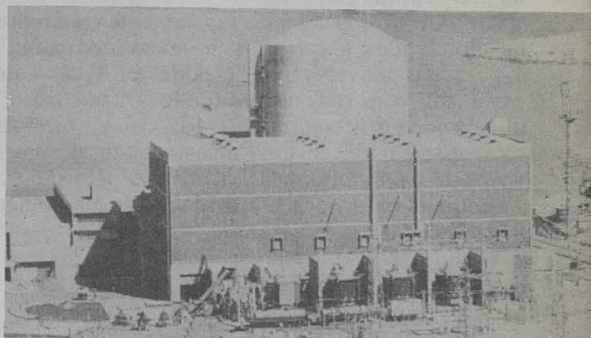
Digamos que, por volta de 1993, as culturas de chá e de açúcar tenham sido reduzidas à metade, e que isso tenha duplicado o preço dessas mercadorias que vigorava em 1979, mesmo depois de descontada a inflação. As culturas de tabaco, café e cacau também terão sido reduzidas à metade, mas, uma vez que é mais difícil substituí-las, o preço terá triplicado. Uma vez que a borracha é uma matéria-prima estratégica e como os produtores de borracha foram generosos com o mundo desenvolvido, cortando somente 10% das culturas existentes em 1979, o preço apenas duplicou, graças em parte à borracha de guaiúle. Os produtores de algodão do Terceiro Mundo também reduziram à metade suas culturas. O preço subiu, mas não chegou a dobrar, dada a concorrência das fibras sintéticas, grande parte das quais produzidas a partir do eta-



A desnutrição é um fato inquestionável em todo o Terceiro Mundo. A utilização da mandioca poderá produzir mais combustível social (inclusive anulando a poluição e o terrorismo da opção nuclear) e mais combustível humano útil (proteínas, amido, açúcar)

nol da mandioca. Mas o Sul já não estará vendendo algodão ao Norte, de modo que deveremos subtrair os 435 milhões de dólares (que era quanto o Sul ganhava com o algodão em 1979) de sua receita de 1993. O mesmo se aplica à juta, pois os países produtores de juta estariam recebendo em 1993 somente um terço de suas receitas de exportação de juta de 1979, embora, por outro lado, tenham drasticamente reduzido suas importações de petróleo e aumentado seu consumo de proteínas.

Processando todos esses dados num computador, verificaremos que a terra subtraída a essas oito mercadorias e destinada à mandioca produzirá 51,4 bilhões de galões de álcool por ano. Essa cifra se baseia na utilização de três quartos da terra para o plantio de mandioca, e um quarto para o plantio de alfafa, cujo valor monetário ignoraremos a fim de simplificar os cálculos. Feito o ajuste referente ao menor teor de calorías do álcool, verificamos que essa produção substitui 20% de todo o petróleo consumido pelo Terceiro Mundo em 1979. Isto significa uma economia de 25,7 bilhões de dólares. Acrescentem-se a isto os 9,4 bilhões de dólares resultantes do aumento de preços causado pela redução das culturas, e teremos uma receita efetiva mais alta para o Terceiro Mundo de 35,1 bilhões de dólares em 1993. São algarismos conservadores. Mark Mueller, analista de mercadorias da firma *Bache Halsey Stuart Inc.*, de Nova Iorque, confirma que é realmente conservador sugerir que, se as culturas de cana-de-açúcar, chá, café, tabaco e cacau fossem reduzidas à metade em 1993, os preços do açúcar e do chá apenas dobrariam, e os preços do café, do tabaco e do cacau apenas triplicariam. Uma geada no Brasil pode facilmente fazer



dobrar o preço do café. Se considerarmos que os preços de chá e açúcar triplicarão, e os preços de café, tabaco e cacau quadruplicarão, teremos uma receita mais alta para o Terceiro Mundo de 47,3 bilhões de dólares em 1993.

Portanto, reduzindo suas culturas de tais mercadorias e plantando mandioca, como propomos acima, o Terceiro Mundo geraria, anualmente, mais de 35 bilhões de dólares de receita líquida. Os países tropicais do Terceiro Mundo reduziriam o consumo mundial de combustíveis fósseis poluentes, promoveriam as indústrias locais que ajudam a reduzir o desemprego, e ajudariam a eliminar o *kwa-shiorkor* — doença causada pela extrema deficiência de proteínas — produzindo 41 milhões de toneladas de proteína de folhas de mandioca por ano.

Há ainda outro benefício que não deve ser esquecido. Este plano promove a sociedade renovável. A biomassa pode ser dividida em dois tipos: aquela decorrente diretamente das culturas agrícolas e aquela que resulta de fontes não-agrícolas,

como resíduos vegetais, animais e humanos, lixo e outros resíduos. Amory Lovins, o estrategista da energia que contribuiu para ampliar nossa compreensão do problema com o termo *soft energy* (energia branda), prevê que a biomassa resultante de fontes não-agrícolas pode produzir toda a gasolina que os Estados Unidos usarão em começos do próximo século. Note-se que o consumo de gasolina dos EUA em 1979 representou 70% de todo o petróleo consumido no mesmo ano pelos 3,5 bilhões de pessoas do Terceiro Mundo. Se isso é verdade, ou ainda que reduzamos à metade a estimativa de Lovins, para que perder tempo com a mandioca? Por que não usar esse tipo de biomassa também no Terceiro Mundo? A resposta é que o Terceiro Mundo pode desenvolver — e desenvolverá — sua biomassa de fontes não-agrícolas juntamente com a mandioca, e, dentro de 50 anos, poderá produzir grande parte de sua energia líquida a partir dessa biomassa e somente pequenas quantidades a partir de mandioca. Mas, para isso, o Terceiro Mundo precisará de possuir o *know-how* e o capital necessários.

O *know-how* está sendo rapidamente criado nos Estados Unidos, graças ao seu programa de "gasool" e pesquisas universitárias, e pode ser facilmente partilhado com o Terceiro Mundo. Quanto ao capital, a coisa é diferente; e este plano é um meio de gerar esse capital de uma maneira natural, sem a chamada ajuda externa. Um método pelo qual o Terceiro Mundo pode pôr a funcionar sua bomba de energia.

A retaliação econômica

Caso o Terceiro Mundo venha a adotar esse plano, os países do Norte poderiam retaliar, aumentando o preço dos produtos manufaturados que vendem ao Sul. Essa será a reação de muitos conservadores, e os economistas do mundo desenvolvido ficarão muito mais insatisfeitos com a inflação promovida pelo Norte do que impressionados com os aspectos saudáveis do plano. Assim, a retaliação econômica seria uma medida insensata. A inflação está à espreita do mundo desenvolvido, qualquer que seja a opção tomada: uma política de cruzar os braços, baseada em preços cada vez mais altos da Opep; o custo ainda mais elevado, a poluição e o terrorismo da opção nuclear e dos combustíveis sintéticos; ou os preços cada vez mais caros da comida resultante da biomassa, com o Norte usando principalmente a biomassa de fontes não-agrícolas, e o Sul principalmente a mandioca. A inflação causada pela última ocorrerá naqueles aditivos que não representam alimentos; e, se desenvolvermos a biomassa e outras formas de energia branda o mais breve possível, os preços do petróleo e da gasolina tenderão a estabilizar-se.

Excelente solução

Tudo isso se baseia no pressuposto de que não existam problemas intransponíveis no tocante a uma tecnologia da mandioca. No entanto, pode ser que existam. Problemas que não podem ser previstos, mas em grau suficiente para impedir o desenvolvimento em grande escala. Ou talvez surja outra solução melhor. No momento atual, porém, a mandioca se nos afigura como excelente solução.

O argumento mais usado contra a biomassa resultante de fontes agrícolas é que ela utiliza terra que um mundo faminto poderia usar para a produção de alimentos. Afinal, o Banco Mundial calcula que há no mundo 1 bilhão de pessoas subnutridas. O consumo de proteína das populações do Sul é apenas 59% do consumo nos países do Norte, e 55% do consumo norte-americano. Ainda assim, até mesmo nos EUA há quem morra de subnutrição, e o motivo disso não é a produção inadequada de alimentos. No mundo inteiro, as causas da desnutrição e da subnutrição são barreiras políticas, barreiras comerciais, barreiras ideológicas, o desemprego, a ignorância, a cobiça e a distribuição inadequada — para citar algumas de uma lista interminável de causas. A insuficiência de terras de cultivo ainda não é uma causa importante. Uma prova pelo menos parcial disso são os 32 milhões de hectares de terra que o Terceiro Mundo dedicou ao plantio de cana-de-açúcar, café, chá, tabaco e cacau em 1979.

A conversão de parte dessas terras para o plantio da mandioca não eliminará todas as causas da subnutrição, mas constitui provavelmente o maior e melhor passo isolado nessa direção, porque muitas das causas pertencem à categoria geral da pobreza. Ou, para reduzir o argumento à sua essência, o plano reconhece que tanto os alimentos como o petróleo e o etanol são combustíveis. O alimento serve de combustível ao corpo humano; o petróleo e o etanol servem de combustível à sociedade humana. Substituindo pela mandioca aqueles alimentos que constituem mau combustível humano — café, chá, tabaco etc. — poderemos produzir mais combustível para a sociedade (etanol) e mais combustível humano útil (proteínas). E, reduzindo a oferta daqueles maus alimentos, que não passam de aditivos geradores de dependência, aumentamos seu valor monetário, criando um fluxo de capital na direção daquela região do mundo que mais necessita — e recebe — ambos os tipos de combustível, humano e social. De sorte que, além de mais etanol e proteínas, o Terceiro Mundo gera uma receita maior que contribui para minorar sua pobreza. Com isso, pode comprar e distribuir uma quantidade maior dos alimentos saudáveis de que precisa.

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73871/2/3 • Teleg. "INCAFE" • R.P.A.